

MARCOS ANTÔNIO DO MONTE SANTOS

DOS LENTES AOS COMPÊNDIOS:

O ENSINO DA DISCIPLINA HISTÓRIA NO
ATHENEU SERGIPENSE ENTRE OS ANOS
DE 1875-1890



Editora
SEDUC

**DOS LENTES AOS COMPÊNDIOS: O ENSINO DA
DISCIPLINA HISTÓRIA NO ATHENEU SERGIPENSE
ENTRE OS ANOS DE 1875-1890**

**DOS LENTES AOS COMPÊNDIOS: O ENSINO DA
DISCIPLINA HISTÓRIA NO ATHENEU SERGIPENSE
ENTRE OS ANOS DE 1875-1890**

MARCOS ANTÔNIO DO MONTE SANTOS

**ARACAJU
2020**

GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE
Belivaldo Chagas Silva

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE SERGIPE
Eliane Aquino Custódio

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO
ESPORTE E DA CULTURA**
Josué Modesto dos Passos Subrinho

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE EDUCAÇÃO
José Ricardo de Santana

SUPERINTENDENTE ESPECIAL DE ESPORTE
Mariana Dantas Mendonça Gois

Coordenador do Programa Editorial da SEDUC
Sidiney Menezes Gerônimo

**Assessor Administrativo do Programa
Editorial da SEDUC:** Jonas José de Matos Neto

Membros do Conselho Editorial:
Josué Modesto dos Passos Subrinho
(Presidente), Sidiney Menezes Gerônimo
(Coordenador), Simone Paixão Rodrigues,
Rosemeire Marcedo Costa, Eliana Midori
Sussuchi, Débora Evangelista Reis Oliveira,
Roberto Jerônimo dos Santos Silva, Aglaé
D'Ávila Fontes.

Dos Lentes aos Compêndios: O Ensino da Disciplina História no Atheneu Sergipense - Marco Antônio do Monte Santos

Capa: Isabela de Abreu Hsu

Diagramação e Projeto Gráfico: Isabela de Abreu Hsu

Editora SEDUC – 2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Santos, Marcos Antônio do Monte

S237d Dos lentes aos compêndios: o ensino da disciplina História no Atheneu Sergipense entre os anos de 1875-1890 / Marcos Antônio do Monte Santos. – Aracaju : Editora SEDUC, 2021. 176 f. : il. color – (Coleção História de Sergipe)

ISBN 978-65-5371-019-1

1. História da Educação - Sergipe. 2. Ensino de História. 3. Atheneu Sergipense - Aracaju, 1875-1890. 3. Compêndio de História. 4. Professor Catedrático - Lente. I. Santos, Marcos Antônio do Monte. II. Título.

CDU: 37.016:94(813.7)(091)

Ficha elaborada pela bibliotecária Ma. Isis Carolina Garcia Bispo – CRB-2037

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE
E DA CULTURA



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC
Rua Gutemberg Chagas, 169, DIA Inácio Barbosa, Aracaju - SE | CEP: 49040-780

O PROGRAMA EDITORIAL DA SEDUC

O Programa Editorial da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura - SEDUC/SE apresenta à sociedade os livros produzidos por estudantes, professores(as), profissionais de gestão e pesquisadores(as) em geral, envolvidos(as) com as redes públicas estadual e municipais da educação sergipana. O lançamento dessas obras sinaliza para a concretização de metas estabelecidas no **Plano de Governo Pra Sergipe Avançar (2019-2022)**, cuja execução contou com a participação do Conselho Editorial da SEDUC, de representantes das comunidades escolares e das academias de letras locais. O resultado dessa construção coletiva está materializado nas **Coleções de livros** do Programa Editorial da SEDUC.

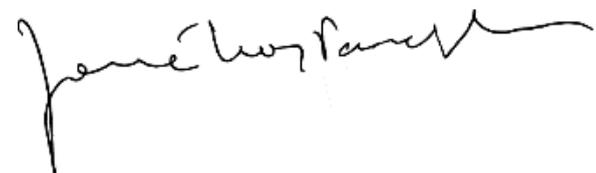
A magia de escrever e desenhar é a coleção que cultiva o jardim das primeiras letras, cuidando carinhosamente do processo de alfabetização. A coleção **Estudante escritor(a)** cuida de cada palavra como flor do processo de letramento, que evolui junto com nossos(as) estudantes dos ensinos fundamental e médio.

Já a coleção **Palavra de Educador(a)** transforma dissertações e teses em livros científicos, bem como publica as aventuras docentes pelo universo literário. A coleção **Saberes em gestão educacional**, por sua vez, abriga a produção dos(as) profissionais de gestão que atuam nas estruturas administrativas da SEDUC e das Secretarias Municipais de Educação - SEMEDs.

Histórias de Sergipe é o nome da coleção responsável pela preservação da memória sergipana, ao passo que a coleção **Paradidáticos sergipanos** gesta material de apoio didático para todos

os componentes curriculares da educação básica. Por fim, a coleção **Autores(as) da inclusão** abraça as criações de estudantes com deficiência no âmbito da educação pública do nosso Estado.

Espera-se que, a cada ano letivo, um novo empreendimento editorial seja divulgado, a fim de que as comunidades escolares possam desenvolver uma cultura escolar do hábito da leitura e da produção da escrita.



Josué Modesto dos Passos Subrinho
Secretário de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura

SUMÁRIO

PREFÁCIO | 9

INTRODUÇÃO | 13

1. A CADEIRA DE HISTÓRIA NO ATHENEU SERGIPENSE

1.1 O ENSINO SECUNDÁRIO EM SERGIPE NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XIX | 33

1.2 ARACAJU, A NOVA CAPITAL DA PROVÍNCIA
DE SERGIPE | 52

1.3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CADEIRA DE
HISTÓRIA NO ATHENEU SERGIPENSE | 59

2. O ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DA CÁTEDRA DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

2.1 O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DOCENTE EM SERGIPE ENTRE
OS ANOS DE 1875–1890 | 83

2.2 OS LENTES RESPONSÁVEIS POR REGER A CADEIRA DE
HISTÓRIA NO ATHENEU SERGIPENSE ENTRE OS ANOS DE
1875–1890 | 93

2.3 O PAPEL DO LENTE DE HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DOS
CONHECIMENTOS HISTÓRICOS NO SÉCULO XIX | 109

3. OS COMPÊNDIOS DE HISTÓRIA ADOTADOS NO ATHENEU SERGIPENSE ENTRE OS ANOS DE 1871–1890

3.1 A PRODUÇÃO DE COMPÊNDIOS VOLTADOS AO ENSINO DE
HISTÓRIA NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XIX | 115

3.2 A MATERIALIDADE DO COMPÊNDIO LIÇÕES DE HISTÓ-
RIA DO BRASIL UTILIZADO NA INSTRUÇÃO DA DISCIPLINA
HISTÓRIA NO ATHENEU SERGIPENSE | 129

3.3 A DISPOSIÇÃO DOS CONTEÚDOS DO COMPÊNDIO
LIÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL, ESCRITO POR LUÍS DE
QUEIRÓS MATTOSO MAIA | 144

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 157

REFERÊNCIAS | 161

FONTES | 169

ANEXOS | 171

PREFÁCIO

Uma cátedra de História: lentes e compêndios no imperial Atheneu Sergipense

No âmbito da historiografia brasileira, algumas páginas emblemáticas têm se dedicado ao estudo da história do ensino de História. São leituras significativas, que contribuem para a amplificação da visibilidade da história ensinada como um campo de investigação historiográfica e potencializam a compreensão do ensino em perspectiva histórica. São pesquisas que reverberam o ímpeto de pensar historicamente o ensino.

As leituras perspicazes atinentes à história do ensino de História tornaram-se possíveis a partir do investimento analítico sobre registros documentais muitas vezes negligenciados pelos historiadores e, não raramente, descartáveis dos acervos escolares, como livros didáticos, cadernos de estudantes, diários de classe, atas de reuniões. Substanciada na análise dessas fontes, a história como disciplina escolar emerge como um privilegiado objeto de estudo e o chão da escola desponta como palco de importantes experiências.

Contudo, em um país marcado por grandes desigualdades regionais, o emergir de uma vasta produção historiográfica acerca da história do ensino de História encobre a necessidade de inquirir novos espaços educacionais. Enquanto o ensino de História no Colégio Pedro II é constantemente revisitado por novos pesquisadores, instituições escolares provinciais congêneres como liceus e ateneus continuam com experiências de ensino silenciadas.

Felizmente, essa realidade tem sido mudada de forma conside-

rável, a partir da iniciativa de pesquisas originais que tem se debruçado acerca das múltiplas experiências de ensino de História no país, como um resultado coletivo da proliferação de programas de pós-graduação e do empenho individual de investigadores que anseiam por entender as especificidades do ensino da História em seus respectivos espaços.

Com isso, foi com grande satisfação que recebi o convite para prefaciar o livro *Dos lentes aos compêndios: o ensino da disciplina História no Atheneu Sergipense entre os anos de 1875-1890*, do jovem e talentoso historiador Marcos Antônio do Monte Santos. O livro é resultante da dissertação de mestrado, defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, sob a competente e sempre elegante orientação da Professora Doutora Eva Maria Siqueira Alves.

O livro que agora vem à lume, tem por escopo o ensino de História na mais prestigiada instituição de ensino secundário da província de Sergipe, o Atheneu Sergipense. Em uma pesquisa que vasculhou o valioso acervo do Centro de Educação e Memória do Atheneu (CEMAS), Marcos Monte nos apresenta as tensões e negociações que perpassaram a constituição da cadeira de História no Atheneu Sergipense. De certa forma, a pesquisa nos revela os bastidores do emergir do professor de História como um campo de atuação profissional em terras sergipanas.

Em *Dos lentes aos compêndios: o ensino da disciplina História no Atheneu Sergipense entre os anos de 1875-1890*, Marcos Monte nos brinda com uma leitura que confirma o que muitos pesquisadores já desconfiavam: apesar de existirem muitos pontos de proximidade entre as experiências da disciplina História no Atheneu Sergipense em relação ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, é notória a existência de elementos que tornam a experiência sergipana singular. Essas especifi-

idades históricas validam a necessidade de mergulhar no estudo sobre o ensino escolar da História em diferentes espaços. Marcos Monte nos apresenta dados que corroboram com a ideia de que a história ensinada no oitocentos elucidava polifonias e polissemias de experiências.

Com isso, Marcos Antônio do Monte Santos nos apresenta um cenário educacional do Atheneu Sergipense no qual é possível encontrar vestígios sobre a disciplina História que se aproximavam da vivência escolar da corte imperial, como o uso de compêndios escritos por notáveis docentes de História do Colégio Pedro II, como Joaquim Manuel de Macedo e Luís de Queiroz Mattoso Maia, mas sem negligenciar com a busca de uma coloração local, por meio das narrativas históricas produzidas pelos lentes que lecionaram História nos salões do Atheneu Sergipense. É assim que emergem também atores como Raphael Arcanjo de Moura Mattos, Ascendino Ângelo dos Reis, José João de Araújo Lima e Narciso da Silva Marques. Professores de História que em suas práticas docentes forjariam o lugar da disciplina no âmbito da cultura escolar do Atheneu Sergipense.

Neste sentido, é possível afirmar que Marcos Antônio do Monte Santos nos apresenta uma significativa contribuição para a história do ensino de História em Sergipe. Mas, além disso, ao contribuir para dissipar a névoa que encobria a história ensinada na principal instituição de ensino secundário de Sergipe, Marcos Monte revela outras nuances do ensino de História no Brasil e contribui para ampliar a visibilidade das fissuras discursivas que perpassavam pela disciplina História. Com isso, vamos adentrar o Atheneu Sergipense, e com a leitura do livro de Marcos Monte, vamos descortinar o lugar da disciplina História no ensino secundário em Sergipe oitocentista.

INTRODUÇÃO

Magno Francisco de Jesus Santos
Professor do Departamento de História da UFRN
Natal, julho de 2020

O desenvolvimento da pesquisa e a conseqüente escrita desse livro, se somam a uma série de estudos¹ relacionados a História da Educação em Sergipe, que a partir da criação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, em 1994, passaram a descortinar partes de um passado educacional voltado à instrução do nosso povo.

Tais estudos versam sobre os primeiros sinais de organização do ensino secundário em nosso território, tendo como foco um conhecimento mais detalhado sobre temas referentes à educação da província na segunda metade do século XIX. Com base nos documentos pertencentes às instituições iniciadoras desse processo, buscamos desvendar novos fatos e contribuir com possíveis esclarecimentos a respeito do assunto.

Deste modo, ressaltamos a importância do acesso a boa parte das fontes do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)², que desde a sua fundação, em 2005, organiza e conserva uma quantidade expressiva da documentação que remonta a história da mais antiga instituição pública de ensino do estado, o Atheneu Sergipense.

Com esse conjunto de fontes, nos foi possível entender a gênese e o funcionamento da cadeira de História em suas primei-

1 Para conhecer parte das pesquisas relacionadas à História da Educação em Sergipe, consultar os estudos realizados por Nascimento (2003) e Santos (2003).

2 Sobre a entidade, indicamos a leitura de Alves (2015) *Entre papéis e lembranças: O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a história da educação*.

ras décadas de atividade na referida instituição de ensino. Para isso, conhecemos os primeiros anos de atividade dessa cadeira – período referente aos anos de 1875 à 1890 –, sendo possível, assim, entendermos não só os caminhos trilhados por essa área do conhecimento, mas o cenário que envolveu o seu funcionamento no ensino público secundário sergipano.

Essa circunstância assevera a importância da criação do Atheneu Sergipense, em 1870, para a estabilidade do ensino secundário em terras sergipanas, visto que sua fundação representou o início de um novo ciclo para a educação na província, muito em função da reunião das aulas do ensino secundário, até então avulsas, em um só local. Tal iniciativa representou, sobretudo, a concretização de um projeto que, por décadas, foi tentado sua viabilidade por meio da criação de estabelecimentos de ensino, os quais, desde 1848, eram criados e postos em funcionamento, mas que em pouco tempo fechavam suas portas por uma série de problemas.

Importa dizer, que nas primeiras décadas de atividade da cadeira de História no Atheneu Sergipense, foi possível perceber, mediante análise de sua trajetória, a forma como ocorreu o seu desenvolvimento na instituição. Além disso, tornou-se perceptível os vários esforços promovidos pelas autoridades locais na tentativa de organizar o ensino secundário na província.

Mas, por que pesquisar a cadeira de história no Atheneu Sergipense? Tudo começou no ano de 2015 com a minha entrada no grupo de pesquisa *Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem* (DEHEA/UFS/CNPq). Nas reuniões mantidas mensalmente, tive acesso aos trabalhos já desenvolvidos por membros do grupo e a outras leituras relacionadas às temáticas exploradas. Engajado nas discussões

e debates ocorridos ao longo daquele ano, aos poucos meu foco direcionou-se à uma das disciplinas lecionadas no Atheneu Sergipense desde o início do seu funcionamento, em 1871, qual seja: a cadeira de História.

Falar sobre essa temática implicou alcançar uma visão mais ampla e detalhada da forma em que se constituíram e se desenvolveram as aulas de História no ensino público secundário nos anos iniciais do funcionamento da mencionada instituição. Isto porque, até a escrita deste livro, não foram encontradas pesquisas que abordassem tal temática. O estudo de Teles (2009) é o que mais se aproxima, pois o autor analisa a realização dos concursos para professores da cadeira de História no Atheneu Sergipense ocorridos entre os anos de 1875 e 1916.

Além deste trabalho, é relevante dar destaque à outros estudos acerca da educação em Sergipe no século XIX que tratam sobre a disciplina História, a exemplo da tese de doutorado de Alves (2005), intitulada *O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária Examinada Segundo os Planos de Estudos 1870-1908*. Nessa pesquisa, dentre outras abordagens, a autora enfatiza o desenvolvimento da cadeira de Geografia e História no Atheneu Sergipense.

Para explorar informações acerca das primeiras décadas de atividade da disciplina História na província de Sergipe, uma dica de leitura é a tese de doutorado de Conceição (2012), intitulada *Internar para Educar: Colégios-Internatos no Brasil 1840-1950*. O autor, por meio dos estudos relacionados aos colégios internatos em Sergipe no século XIX, faz menções, em diferentes momentos, à disciplina História no ensino secundário da província.

Enfatizo, também, a obra de Nunes (2008), *História da Educação em Sergipe*, como fundamental para o entendimento do con-

texto analisado, pois ela apresenta um apanhado de informações referentes ao ensino na província desde os primórdios da educação em Sergipe até o início da era Vargas, em 1930.

Em concordância com Toledo (2015), entendo que ainda são muitas as interrogações a serem respondidas acerca do ensino de História em Sergipe, pois, “[...] quase nada se sabe sobre sua trajetória nesse período, em particular nos estados brasileiros que não estão na rota Rio de Janeiro e São Paulo [...]” (TOLEDO, 2015, p. 17).

Ao notar a carência de pesquisas diretamente voltadas ao ensino de História em Sergipe, abracei o desafio de buscar novas fontes que pudessem contribuir no entendimento do modo em que essa disciplina se desenvolveu na província a partir do Atheneu Sergipense. Para isso, os seguintes questionamentos nortearam a nossa escrita: Como era organizada a cadeira de História no Atheneu Sergipense entre os anos de 1875-1890? Quem foram os primeiros professores da cadeira de História a atuarem na instituição? Quais os compêndios de História do Brasil utilizados na instrução dessa disciplina no Atheneu Sergipense durante os anos de 1875 a 1890?

Em concordância com as reflexões de Bloch (2001) a respeito do papel do historiador, compreendemos ser de suma importância sua função perante os fatos ocorridos não só no passado, como também no presente, pois é do historiador o ofício de encontrar, analisar e revelar os fatos ao longo do tempo na sociedade humana.

A história no entanto, não se pode duvidar disso, tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina. É que o espetáculo das atividades humanas, que forma

seu objeto específico, é, mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens. (BLOCH, 2001, p. 44).

Deste modo, conforme Bloch (2001), justificamos a nossa sedução não só pelo “ofício do historiador”, mas, também, pelo papel da disciplina História, por isso a vontade em compreender os primeiros passos dessa área do conhecimento e o seu desenvolvimento no Atheneu Sergipense.

Iniciamos, então, em 1975, ano em que ocorreu o primeiro concurso para cadeira de História do Atheneu Sergipense, e fechamos com 1890 por ser o ano em que foi registrado o segundo concurso para essa área do conhecimento no referido estabelecimento de ensino. A ocorrência dos dois certames nos fornece, dentre outras informações, os indícios dos conteúdos que eram trabalhados nas aulas de História no Atheneu Sergipense, uma vez que, por meio dos pontos estabelecidos e divulgados durante os referidos concursos, eram expostos os assuntos exigidos para as provas, as quais eram submetidos os candidatos a docente da instituição.

No período que corresponde ao marco temporal aqui trabalhado houve mudanças entre o primeiro e o segundo concurso quanto aos requisitos exigidos para o ingresso do candidato ao referido cargo na instituição, bem como pela forma como sucederam tais seleções, conforme constatado nos Regulamentos da Instrução Pública de Sergipe de 1870 e de 1890.

De acordo com o primeiro regulamento³, o participante do concurso de 1875 para professor da cadeira de História precisava passar

³ Os documentos referentes ao século XIX foram transcritos conforme a grafia da língua portuguesa utilizada na época.

por uma prova escrita e outra oral acerca de um importante período histórico, como pode ser percebido no Artigo 99, Parágrafo 2 deste regulamento:

O exame de **Historia e Geographia** consistirá no desenvolvimento escripto e na exposição oral de algum dos mais importantes períodos históricos, sendo o pretendente interrogado também sobre os factos que tenham relação com os mesmos períodos, sobre a posição geographica do paiz ou paizes de que se tratar, e, em geral, sobre quaesquer pontos da Geographia terrestre, astronomia e chronologia (Regulamento da Intrução Pública de Sergipe, 1870, p. 13, grifo nosso).

Já no segundo concurso, de acordo com o Regulamento da Intrução Pública de 15 de março de 1890, além das provas escrita e oral, os pretendentes a esse cargo precisavam, antes mesmo de serem submetidos a essas provas, escreverem uma dissertação a partir de um ponto escolhido por meio de sorteio. O assunto a ser abordado fazia parte de alguns pontos selecionados e estabelecidos pela congregação de professores do Atheneu Sergipense.

O Artigo 307 desse mesmo Regulamento apresentou uma das novas exigências estabelecidas para os interessados em ocupar não só a cadeira de História, como as demais cadeiras do ensino público secundário sergipano que, a partir daquele ano, passou a ser exclusivamente ofertado no referido estabelecimento de ensino.

Cinco dias antes de submeter-se a concurso, apresentará o candidato na secretaria da escola uma dissertação, que poderá ser impressa, sobre

uma these relativa às matérias da cadeira. Sobre essa these será o candidato arguido por um dos professores antes de começar as outras provas (SERGIPE, 1890).

O grau de dificuldades determinadas pelo regulamento de 1890 em relação às regras impostas no de 1875, não cessaram. A prova oral, por exemplo, consistia em uma arguição recíproca entre os candidatos, onde cada um tinha cerca de trinta minutos para conseguir responder aos questionamentos impostos por seus pares. Segundo o Artigo 306 daquele regulamento, mesmo o candidato conseguindo superar seus concorrentes, ainda passava por uma nova arguição, dessa vez feita por professores da congregação do Atheneu Sergipense.

Assim, por meio das mudanças na forma de ingresso para a cadeira de História, entendemos que tais modificações alteraram o perfil do professor de História até então existente no Atheneu Sergipense. A partir dos registros documentais referentes ao período abordado, percebemos as transformações ocorridas na cadeira de História no ensino secundário entre os anos de 1875 e 1890 como meio de compreendermos a implantação dessa área em nível secundário.

Nesse sentido, o conceito de disciplina escolar de Chervel (1990) nos guiou para obtermos uma melhor compreensão em relação à gênese e ao desenvolvimento da cadeira de História em Sergipe a partir do seu desdobramento no Atheneu Sergipense. Para o autor, uma disciplina pode ser definida como um meio de transmissão cultural dos “[...] diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte.” (CHERVEL, 1990, p. 180). Em sua concepção, uma disciplina escolar é formada mediante a reunião de elementos, os quais

podem, de forma conjunta, contribuir para a melhoria dos resultados advindos do processo de ensino aprendizagem. Seguindo essa ideia, ela surge em meio a combinação de alguns constituintes, sendo eles “[...] um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e um aparelho docimológico, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, a sua maneira, em ligação direta com as finalidades” (CHERVEL, 1990, p. 207).

Embora o conceito mobilizado seja o de Chervel (1990) relacionado ao significado do termo disciplina escolar, consta nas fontes pesquisadas a utilização da palavra *cadeira*⁴, que na segunda metade do século XIX, quando relacionada ao ambiente escolar, além de um móvel com encosto e assento, pode ser entendida como uma nomenclatura utilizada para denominar uma posição ou posto ocupado por um *lente*⁵ que, por sua vez, regia as aulas de uma ou mais disciplinas. Desse modo, quando esse vocábulo for aqui mencionado, estaremos seguindo a forma descrita e apresentada nos documentos referentes ao Atheneu Sergipense ou aos do próprio ensino secundário da Província.

Recorremos a duas das constituintes apontadas por Chervel (1990): o ensino de exposição simbolizado pela figura do professor e

4 De acordo com Lacerda (1862), o termo Cadeira possui o seguinte significado: (Gr. Kathedra; de kata, em cima, e hedra, assento. Lat. (Cathedra) assento com encosto e braços, e algumas vezes sem eles; cathedra, tribuna elevada em forma de púlpito onde se sentam os professores públicos; (fig) cargo, emprego de professor; o seu exercício; sede, dignidade e jurisdição episcopal ou apostólica: - s, pl. (fig.) ancas, parte posterior do corpo humano, sobre as vertebrae lombares.

5 Para Lacerda (1862), Lênte, s.m. (Lat. legens tis, p. a. de legere, ler) professor que dá lições em universidade, ou escola pública, pessoa que lê para outrem ouvir, ou para se instruir.

os exercícios representados pelos manuais de conteúdo. Entendemos que para o emprego dos demais pontos apresentados pelo autor, seria necessário o uso de fontes que nos fornecessem um conhecimento mais detalhado acerca de metodologias adotadas pelos docentes da época, como tipos de provas ou mesmo um indicativo da forma como se comportavam professores e alunos durante os processos avaliativos ocorridos no período.

Com os indícios apresentados por meio da análise das fontes pesquisadas, seguimos o método indiciário de Ginzburg (2004), uma vez que, para o autor, todo historiador se utiliza de pistas ou indícios para construir a sua narrativa histórica, inclusive quando são dependentes da análise de livros de Atas.

Entender o funcionamento de uma disciplina, como no caso a de História, em uma instituição de ensino público secundário, nos permitiu compreender não só os caminhos e as estratégias trilhadas por essa área do conhecimento para sua permanência ao longo do tempo na instituição, como também boa parte do processo de desenvolvimento da organização educacional da qual ela fez parte. No caso do Atheneu Sergipense, os conhecimentos acerca da disciplina História se confundem em meio a uma série de informações referentes à própria instituição de ensino, uma vez que, desde a inauguração do estabelecimento em 1870, essa disciplina foi ofertada aos interessados em cursar o Ensino Secundário.

De acordo com Chervel (1990), cada disciplina escolar possui em sua estrutura uma finalidade diferente. No entanto, na maioria das vezes, elas tendem a se reunir para o atendimento de determinados propósitos impostos pela sociedade. Dessa maneira, a escola torna-se, então, o local ideal para os pontos de convergências entre elas.

Para isso, presume-se “[...] ordinariamente, de fato, que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha” (CHERVEL, 1990, p. 180), já que os conteúdos apresentados por cada disciplina atendem a uma ordem predefinida e indicam o que deve ser apresentado em sala de aula.

A vista disso, ao pesquisarmos a disciplina História na segunda metade do século XIX, estamos certamente descortinando uma boa parte dos pensamentos e conceitos adotados que, por conseguinte, foram colocados em prática ao longo daquela época.

Por meio do diálogo estabelecido a partir das considerações de Chervel (1990), conhecemos as concepções de escola e, principalmente, de disciplina desenvolvidas pelo autor em seus estudos sobre o ensino na França entre os séculos XIX e XX. Segundo o pesquisador francês,

A concepção de escola como puro e simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela está na origem da ideia, muito amplamente partilhada no mundo das ciências humanas e entre o grande público, segundo a qual ela é, por excelência, o lugar de conservadorismo, da inércia, da rotina. Por mais que ela se esforce, raramente pode-se vê-la seguir, etapa por etapa, nos seus ensinamentos, o progresso das ciências que se supõe ela deva difundir. (CHERVEL, 1990, p. 182).

Dessa forma, ao descobrirmos a representatividade do *Atheneu Sergipense* para a sociedade sergipana daquele tempo, entendemos um pouco mais sobre o seu prestígio e a importância da instrução

da disciplina História para o ensino secundário daquele tempo.

Conforme Freitas (2006), a produção histórica realizada no Brasil durante o século XIX atendia a um “autodidatismo” oriundo inclusive de algumas relevantes instituições da época, a exemplo do Colégio de Pedro II. De acordo com o autor, a escrita da História realizada ao longo daquele século, a partir desse estabelecimento de ensino, seguia os conteúdos descritos por Francisco Adolfo de Varnhagen e buscava, de certo modo, unir o passado brasileiro ao dos nossos colonizadores. Ainda segundo Freitas (2006), durante o século XIX, e mesmo nas primeiras décadas da República, não se tinha, no Brasil, uma ideia fechada sobre a pedagogia histórica a ser ensinada. O que havia eram disputas sobre a forma como deveria proceder o ensino dessa área do conhecimento.

Durante o desenvolvimento do nosso escrito, realizamos levantamentos sobre os trabalhos relacionados com a temática aqui discutida a fim de direcionarmos nosso estudo para uma visão mais ampla das já apresentadas. Assim, nossos esforços estiveram concentrados na identificação de pesquisas dos últimos dez anos, com o marco temporal entre os anos de 1875 e 1890 e que versassem sobre algum dos seguintes temas: utilização de compêndios, disciplinas escolares em Sergipe, ensino de História e/ou profissão docente.

Por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), acessamos as produções desenvolvidas em instituições públicas e privadas de ensino do país.

Dentre as pesquisas existentes, destacamos o estudo de Faria (2012), que em *O ensino de História no primeiro Gymnasio da capital (1894-1931)* procurou identificar, a partir dos métodos e conteúdos utilizados em diferentes épocas, de que forma estruturou-se

o ensino dessa disciplina no Ginásio de São Paulo, de modo a compreender como se desenvolveu o processo de afirmação da disciplina História no currículo do ensino público secundário do estado de São Paulo durante o período abordado.

Destacamos também a dissertação de mestrado de Martins (2013), *O ensino de história na escola normal de São Paulo (1880-1890)*, que traz em seu desenvolvimento uma pesquisa sobre a Escola Normal dessa capital, tendo como recorte temporal os anos entre 1880 e 1890. Nesse estudo, o autor buscou conhecer como incidiu o ensino de História na formação de professores daquele estabelecimento doravante a instituição de uma reforma educacional, responsável por redirecionar o modelo educacional até então vigente no país.

O estudo de Morais (2016), *O ensino de História no Liceu Paraibano oitocentista (1839-1886)*, apresenta o desenvolvimento da cadeira de História no ensino secundário paraibano a partir do Liceu da Paraíba durante o século XIX. A autora aborda em sua pesquisa, em meio a outros pontos, as relações entre professor e aluno, a influência e os limites dessa disciplina na própria instituição de ensino com base em uma série de fontes, principalmente relacionadas ao poder público provincial daquele lugar.

Já a tese doutoral de Pirola (2013), *Lutas, leis e livros: professores de história na história do ensino no Espírito Santo (1850 - 1950)*, discorre sobre a importância dos docentes para o processo de constituição dessa disciplina no Espírito Santo, tomando como marco temporal a segunda metade do século XIX e os primeiros cinquenta anos do século XX, período que marca o desenvolvimento da profissão docente na província com a oficialização desse cargo e outras iniciativas do poder público provincial da época, a exemplo da criação

do Gymnasio Espírito-Santense.

Sobre o Atheneu Sergipense e as disciplinas que, juntamente com a de História, foram lecionadas naquela instituição entre os anos de 1875 e 1890, temos os trabalhos de Silva (2017), que pesquisou a configuração da disciplina Língua Inglesa no Atheneu Sergipense entre os anos 1870 e 1877. Outro trabalho pertencente a esse período é o de Santos (2016), que estudou a primeira congregação de professores dessa instituição nos anos de 1870 a 1875. Também destacamos as pesquisas de: Santos (2010), que fez uma abordagem sobre o ensino de Retórica e Poética entre os anos de 1874-1891; Alves (2014), que apresentou a disciplina de Geografia e o seu desenvolvimento na instituição e Souza (2016), que pesquisou os concursos de professores do ensino secundário para esse estabelecimento de ensino entre os anos de 1875 a 1947.

Além das mencionadas produções referentes ao Atheneu Sergipense, tivemos acesso a outras pesquisas relacionadas às temáticas aqui averiguadas, as quais, em uma abordagem mais ampla do ensino secundário em Sergipe e no Brasil durante o século XIX, possibilitaram um melhor entendimento sobre determinados aspectos da época estudada.

Sobre os temas compêndios e professores, localizamos o trabalho de Santos (2013), que fez uma análise de dois compêndios da disciplina *Filosofia Racional e Moral* utilizados no ensino secundário sergipano durante o século XIX. Além do estudo de Santos (2017), que pesquisou sobre a disciplina Inglês através de algumas das obras utilizadas para instrução dessa língua no ensino secundário brasileiro.

Outros dois trabalhos que se enquadram no período estudado são: a tese doutoral de Santos (2013), que investigou a relação entre

o ofício docente e a elite letrada no Brasil do século XIX, tendo como base a província de Sergipe; e a de Reis (2013), que buscou, a partir da análise de livros didáticos e pareceres, desenvolver um conhecimento sobre a ideia de ensino de História no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no período de 1850 a 1876.

Em conformidade com as palavras de Bloch, entendemos que “[...] o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.” (BLOCH, 2001, p. 75).

É exatamente em função desse aperfeiçoamento que nos sentimos motivados pela necessidade de encontrarmos novas informações a respeito da disciplina História na segunda metade do século XIX. Será a partir de tais conhecimentos que, certamente, poderemos apresentar novos dados referentes ao passado dessa disciplina em Sergipe. Destarte,

Reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato, ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda sorte (BLOCH, 2001, p. 82).

Os acervos documentais localizados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), na Biblioteca pública Epifânio Dórea, nos arquivos do poder público municipal e estadual, além dos arquivos do judiciário e do CEMAS contribuem, diretamente, para a elaboração de pesquisas científicas com base em resultados voltados ao

conhecimento do processo educacional em nosso estado. Porém, em muitos casos, as fontes localizadas nestes lugares são insuficientes para o atendimento de questões diretamente ligadas as primeiras instituições públicas de ensino de Sergipe. Estas que, por não terem, ao longo dos anos, estruturado e mantido seus arquivos, acabaram perdendo boa parte das suas histórias em função do descarte das documentações referentes ao passado.

No caso do Atheneu Sergipense, fundado na segunda metade do século XIX, em 1870, torna-se perceptível que, desde os primeiros anos de seu funcionamento, existiu, naquela instituição, conforme apresentado por Santana (2012), todo um cuidado em se registrar o cotidiano da escola por meio de uma série de documentos que incluíam desde livros de atas a outros tipos de registros, organizados a época no próprio arquivo da instituição.

O resultado dessa prática certamente contribuiu para que, mesmo depois de mais de um século de funcionamento e da falta de cuidados, principalmente ao longo do século XX, fosse relativamente grande o acervo encontrado pertencente a essa instituição. No entanto, vale ressaltar que a preservação de boa parte dos documentos hoje existentes só foi possível com a criação, em 2005, do CEMAS.

A partir de sua fundação, uma numerosa quantidade de documentos, na época amontoados em locais inadequados no próprio prédio do Atheneu Sergipense, foram recuperados e catalogados, dando início a um processo de organização do acervo, que conta hoje com boa parte de sua documentação digitalizada e disponível para o acesso de pesquisadores.

Com base na sistematização do local, acessar essa base de documentação foi o nosso primeiro passo para o levantamento das

fontes que nos levariam a uma melhor compreensão da nossa problemática. Com a leitura dos documentos encontrados, selecionamos aqueles que melhor nos ajudaram no desdobramento deste escrito.

Dentre os documentos consultados, o primeiro livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, referente aos anos de 1871 a 1916, possibilitou investigarmos a trajetória da disciplina História na instituição, como também boa parte da atividade docente dos três primeiros professores da disciplina, uma vez que esse documento registra os primeiros quarenta e cinco anos de funcionamento do referido estabelecimento de ensino.

O aprofundamento na leitura desta fonte permitiu que localizássemos dados relevantes a respeito dos primeiros anos de funcionamento da disciplina História no Atheneu Sergipense, colaborando, assim, para que entendêssemos, de forma mais clara, como se constituiu a instrução dessa área do conhecimento no ensino secundário da Província.

Além do mencionado livro de atas, outras fontes foram utilizadas para que tivéssemos uma melhor compreensão do período abordado, tais como: livros de registros da instituição, jornais de circulação da década de 1870 – a exemplo do *Jornal do Aracaju* e *O Povir* –, o compêndio *Lições de História do Brasil*, indicado pelos planos gerais de estudos do Império para as instituições públicas de ensino secundário desde a década de 1880; como também leis e decretos promulgados pelo governo da província, entre outros documentos que julgamos necessários para elaboração desse estudo.

Tais fontes precisaram ser consultadas em diferentes lugares além do CEMAS, que atualmente funciona nas instalações do Colégio Estadual Leandro Maciel, localizado no bairro Ponto Novo, na

capital sergipana. Assim sendo, fizemos diligências no IHGSE, local onde encontramos o *Jornal do Aracaju*, um dos periódicos de circulação da época pesquisada.

Na Biblioteca Pública Epifânio Dória, tivemos acesso, a partir de sua hemeroteca, a outros periódicos, a exemplo do jornal *O Povir*, este produzido, à época, por alunos do Atheneu Sergipense. Já no Arquivo Público Municipal de Aracaju, constatamos alguns documentos e imagens referentes a essa cidade na segunda metade do século XIX.

Para a exposição das informações encontradas nos documentos analisados e melhor compreensão do leitor, organizamos o presente livro em três capítulos, além das considerações finais e introdução. No primeiro capítulo, *A cadeira de História no Atheneu Sergipense*, delineamos desdobramento do ensino secundário em Sergipe, desde a criação do Liceu de São Cristóvão, até a fundação do Atheneu Sergipense, no ano de 1870 em Aracaju. Durante o seguimento deste capítulo, retratamos parte do cotidiano da cidade de Aracaju na segunda metade do século XIX e da organização da sociedade sergipana daquele período. Assim, evidenciamos o local onde estava inserida a única instituição pública de ensino secundário da Província.

A partir desses conhecimentos, mostramos a forma como ocorreu o desenvolvimento da cadeira de História no Atheneu Sergipense, desde os primeiros registros de aulas ao crescimento de matrículas para essa disciplina, assim como as mudanças de nomenclatura, distinção da cadeira de Geografia e a importância dessa área do conhecimento, exigida nos exames preparatórios para o ingresso nos cursos de Direito e Medicina das faculdades do Império. Evidenciamos, ainda, o papel de destaque exercido pelo colégio de Pedro II du-

rante boa parte do império, considerado, na época, a mais importante instituição de ensino secundário do Brasil.

No segundo capítulo, *O ensino de História por meio da cátedra de profissionais liberais*, discorremos sobre os primeiros lentes ocupantes da cadeira de História no Atheneu Sergipense, a saber: Raphael Arcanjo de Moura Mattos, Ascendino Ângelo dos Reis e José João de Araújo Lima.

Revelamos, também, a área de formação dos professores mencionados e apresentamos as profissões e os cargos, além do magistério, exercidos por cada um deles na sociedade sergipana. Por meio dos documentos referentes ao Atheneu Sergipense, demonstramos como ocorreu o funcionamento da cadeira de História durante o período abordado e procuramos perceber o papel do professor na constituição dessa disciplina.

No terceiro capítulo, *Os compêndios de História adotados no Atheneu Sergipense entre os anos de 1875-1890*, delineamos alguns conteúdos de História do Brasil trazidos em compêndios utilizados em aulas da disciplina História no ensino secundário brasileiro. Para isso, trazemos uma das obras escritas no período e utilizada por lentes do Atheneu Sergipense para ministrar suas aulas, o compêndio de História do Brasil, produzido por um dos professores do Colégio de Pedro II e usado na mesma instituição para instrução do ensino secundário. A partir da exposição do compêndio *Lições de História do Brasil*, que teve sua primeira edição escrita, de acordo com Moreira (2010), na década de 1880, pelo professor Luís de Queiroz Mattoso Maia, apresentamos a composição da obra por meio de sua materialidade e de mostras dos seus conteúdos.

Dessa forma, seguindo a sequência do roteiro estabelecido,

tentamos reconstruir o percurso da cadeira de História entre os anos de 1875 a 1890, no Atheneu Sergipense, buscando, assim, compreender a importância da participação docente no processo de desenvolvimento e consolidação dessa disciplina no ensino secundário sergipano.

1. A CADEIRA DE HISTÓRIA NO ATHENEU SERGIPENSE

Neste capítulo apresentamos a forma como foi estruturado o ensino secundário sergipano a partir das tentativas introdutórias de sua organização na primeira metade do século XIX, expondo as descontinuidades características das instituições de ensino criadas naquele período, que tinham como propósito reunir as aulas avulsas em um único espaço.

Ademais, situamos o leitor no local onde foi inserido o Atheneu Sergipense, apresentando o desenvolvimento da cidade de Aracaju, de modo a tornar mais claro as percepções com relação a essa cidade e elencamos as instituições públicas de ensino secundário nas quais houve a oferta do ensino de História em Sergipe antes de 1871.

1.1 O ENSINO SECUNDÁRIO EM SERGIPE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

As primeiras tentativas de organização das aulas do ensino público secundário em terras sergipanas ocorreram, de acordo com Lima (2005), a partir do ano de 1833 quando, por meio de ofício, o presidente da Província da época, José Geminiano de Moraes Navarro, pôs em funcionamento, na então capital São Cristóvão, a primeira instituição pública de ensino secundário, o *Gymnázio Geral*.

Conforme a autora, essa instituição, conhecida por dois outros nomes – Escola de Humanidades ou, simplesmente, Liceu – reuniu

as aulas das cadeiras de Francês, Geometria, Latim e Retórica em um único espaço. No entanto, as pretensões de organizar o ensino secundário foram interrompidas em março de 1835, em função dos cortes de gastos públicos na Província.

A ideia de organizar o ensino secundário sergipano só voltaria a ser pensada cerca de doze anos depois com a criação do Liceu de São Cristóvão, iniciativa que teve como objetivo atender, ainda que de forma tardia, a algumas regulamentações impostas por meio do governo imperial, mediante a aprovação do Ato Adicional de 1834 que, dentre outras finalidades, atribuiu as assembleias legislativas provinciais a tarefa de organização do ensino secundário.

Repercutia, consideravelmente, no desenrolar da educação do Brasil, o parágrafo 2º do art. 10, desse Ato Adicional, que transferia às Assembleias Legislativas Provinciais, então criadas, o direito de legislar em matéria de ensino primário e secundário, embora não excluísse a competência do poder central na criação de escolas no país. (NUNES, 2008, p. 55).

No caso da província de Sergipe, segundo Nunes (2008), os desafios para as autoridades públicas começaram a partir do momento em que as aulas destinadas ao ensino secundário encontravam-se dispersas por algumas vilas da província, cabendo aos encarregados pela organização do ensino a tentativa de conseguir o remanejamento das aulas até então avulsas para um único local, mediante a criação de uma instituição pública de ensino.

Ainda conforme Nunes (2008), o ato adicional, promulgado no decorrer de 1834, promoveu mudanças importantes nos rumos da

educação no Brasil, uma vez que cada assembleia provincial, ao ficar encarregada da organização e desenvolvimento do ensino, em suas respectivas províncias, o fez de acordo com suas possibilidades financeiras.

O que, conseqüentemente, acabou levando a educação das províncias brasileiras naquele momento a percorrer diferentes caminhos na busca por soluções para os problemas que afligiam a instrução nas diferentes regiões do Império. No caso de Sergipe, o governo provincial promoveu o fechamento do Liceu em funcionamento e, posteriormente, procurou realizar esforços na tentativa de organização do Ensino Secundário com a criação do Liceu de São Cristóvão.

Está creado o Lyceu, reunidas as cadeiras de latim, francez, logica, rhetorica, e geometria, segundo os estatutos que organizei, e vos serão presentes, estabelecido no convento do carmo desta cidade, tendo-se alugado as salas necessarias por 16\$000 rs. mensaes, e preparado com a quantia votada. A sua creação augmentou o interesse pela instrução, é á ele tem concorrido alumnos, que de outro modo terião de ir estudar mais longe de seos pais na provincia vizinha. (SERGIPE, 1847).

As palavras do Presidente da província de Sergipe, Ferreira Souto, lidas no início dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial de 3 de maio de 1847, noticia a abertura da nova instituição de ensino público secundário de Sergipe. Mais que isso, nos traz os investimentos do poder público para organização das aulas, até então avulsas, em um único espaço.

Por meio da leitura do destacado documento, percebemos o

valor investido para concretização desse esforço. Por outro lado, nos são apresentados os improvisos e precariedades da época quando é informado o local de funcionamento daquelas aulas. Porém, é destacada a preocupação em se manter funcionando na Província uma instituição que possibilitasse aos sergipanos a permanência desses em sua terra natal, evitando, assim, a necessidade de dirigirem-se para as províncias vizinhas em busca da realização dos seus estudos.

As atenções ao ensino secundário de Sergipe passaram a ganhar um maior destaque após a criação do Liceu em 1847, quando tornou-se perceptível o interesse pela continuação desse estabelecimento por meio da ampliação da quantidade de disciplinas ofertadas, o que pode ser observado em outro relatório apresentado pelo presidente da Província, o senhor Jose Teixeira.

O Lyceu Srs., acha-se actualmente sob a direção do zeloso e inteligente padre mestre José Gonçalves Barrozo, que foi por mim nomeado em virtude da autorização concedida ao governo pela lei nº 200 de 31 de julho p. p., e vai sendo mui proveitoso á mocidade. Cuido Srs., que bem fareis se desseis ao Lyceu 2 cadeiras mais: uma para lições da língua ingleza, e outra para lições de **história e geographia**. A importancia das matérias que aponto, é bem conhecida, e com ellas ficaria completo o ensino chamado preparatorio. Para que menos pesado se torne a provincia a despesa com o que tão útil julgo. (SERGIPE, 1848, grifo nosso).

Na fala do governante da província de Sergipe, constatamos a importância da implantação de outras cadeiras na instituição, a exem-

plo da cadeira de História e Geografia. A inclusão da História no Liceu de São Cristóvão possivelmente esteve atribuída ao fato de essa disciplina já ser exigida para os exames preparatórios das faculdades das Províncias vizinhas, como a da Bahia e a de Pernambuco, as quais ofertavam, respectivamente, os cursos de Medicina e Direito.

Conforme destacado por Chervel (1990, p. 186), as “[...] disciplinas são esses modos de transmissão cultural que se dirigem aos alunos. Foi a existência das disciplinas que historicamente traçou o limite entre secundário e superior”.

A inclusão dessas áreas do conhecimento e o conseqüente aumento do número de disciplinas ofertadas na nova instituição de ensino secundário da província eram tidos como fundamentais para as pretensões do presidente Ferreira Souto que, como descrito, visava deixar o referido estabelecimento em condições de atender e preparar o alunado local.

Até a segunda metade do século XIX, as instituições públicas de ensino criadas na província de Sergipe sofreram com algumas dificuldades para manterem-se em atividade. Entre elas, ressaltamos o elevado custo de funcionamento, a baixa frequência, o imprevisto das instalações e o fraco aproveitamento dos alunos. Somava-se a esses problemas, segundo Conceição (2012), o fato de esses locais não oferecerem os exames preparatórios.

No caso específico do fechamento do Liceu de São Cristóvão, em 1855, de acordo com Nunes (2008), a mudança da capital para Aracaju no mesmo ano contribuiu diretamente para o encerramento de suas atividades. Além do fechamento do Liceu da antiga capital, o poder público provincial sofreu com alguns outros fracassos na tentativa de alavancar o ensino secundário da Província.

Visto que foram criadas, em diferentes pontos do território sergipano, outras instituições secundárias para o atendimento do alunado local, conforme Conceição (2012), a criação de estabelecimentos públicos de ensino fez parte dos esforços advindos das autoridades locais que, durante décadas, colecionaram sucessivos fracassos com a implantação e, pouco tempo depois, com o fechamento de estabelecimentos recém-criados.

Tais tentativas podem ser percebidas a partir da criação de algumas instituições de ensino, a saber: o Colégio Nossa Senhora do Amparo, em Estância, no ano de 1855; o Colégio Público de Laranjeiras, no mesmo ano e o Liceu Sergipense, em Aracaju, em 1862. De acordo com Nunes (2008), estas instituições não lograram êxito, uma vez que tiveram suas atividades encerradas anos depois de sua fundação.

Em conformidade com Haidar (2008), durante o século XIX, o ensino secundário brasileiro sofreu com as contínuas trocas de presidentes de província, com os sérios problemas financeiros enfrentados por estas e com o fato de os liceus localizados em grande parte do território brasileiro não terem suas aprovações reconhecidas nos cursos superiores do Império.

De acordo com o censo realizado em 1854, a população da província de Sergipe, como destacado por Botelho (2005), era de cerca de 183.600 habitantes. No quadro 1 apresentamos o quantitativo de homens e mulheres livres, como também os números referentes aos dois sexos para o percentual de escravizados.

Quadro 1 – Total de habitantes da Província de Sergipe em 1854

| Homens Livres | Mulheres Livres | Homens Escravizados | Mulheres Escravizadas | Total de Habitantes |
|---|-----------------|--|-----------------------|---------------------|
| 71.692 | 73.621 | 19.491 | 18.796 | |
| Total de pessoas livres 145.313 | | Total de Escravizados 38.287 | | |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em Botelho (2005).

No quadro 1, percebemos que, apesar de a província já possuir um número de pessoas livres relativamente grande, 154.313, em comparação ao quantitativo de escravizados, 38.287, ainda era pequena a disponibilidade de aulas do ensino secundário durante aquele período.

Um levantamento realizado no ano de 1860, *consoante* Nunes (2008), trazia os seguintes dados referentes à quantidade de alunos matriculados no ensino secundário *sergipano naquele ano*:

O Curso Secundário contava com 179 alunos cursando as seis aulas de Latim sediadas em Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Estância, Capela e Itabaiana (110 inscrições), as de Francês de Laranjeiras e Estância (150 inscrições), e de Geometria destas duas cidades (19 inscrições). À escola secundária chegava, assim, uma parcela ínfima da população sergipana. (NUNES, 2008, p. 103).

O termo *parcela ínfima* utilizado pela autora justifica a pouca fração de alunos matriculados no ensino secundário em relação à quantidade de habitantes em Sergipe, pois, mesmo se levarmos em conta que uma considerável parte da população era de escravizados e

de pessoas fora da idade escolar, ainda assim reconheceremos como pequeno o número de alunos matriculados.

Da mesma forma, o saber se distribuía em porções que variavam de acordo com a parcela da população à qual se destinava. Se em relação ao povo livre a distinção era mais camuflada, podendo ser observada apenas quanto a intensidade do conteúdo oferecido nas escolas, havia outros seguimentos em que a exclusão podia ser percebida mais facilmente. Esse era o caso dos negros, proibidos de frequentar as escolas primárias da província e, da mesma forma, a Escola Normal. (VILLELA, 2000, p. 108).

Durante o Império, grande parte das províncias brasileiras sofreu com a instabilidade política e o despreparo da maioria daqueles que assumiram o cargo de presidente nesses locais. Esse fato, somado a problemas principalmente de ordem financeira, possivelmente contribuiu para os insucessos da educação pública secundária na maior parte do território brasileiro, como assinala Haidar (2008).

Na verdade, porém, a instabilidade dos presidentes que se sucediam, muitas vezes, na razão de dois ou mais por ano na gestão dos negócios provinciais, a incapacidade e o despreparo de muitos desses delegados do poder central, norteados antes pela preocupação política que pela intenção de bem servir aos interesses das Províncias, opunham obstáculos consideráveis ao progresso da instrução pública provincial. (HAIDAR, 2008, p. 30).

Na província de Sergipe, essa instabilidade política, apontada por Haidar (2008) como fato recorrente em grande parte das províncias do império, tornou-se nítida quando constatamos que a “[...] troca constante de presidentes fez Sergipe possuir entre 1840 e 1889, 43 presidentes nomeados” (NUNES, 2006, p. 102).

Essa rotatividade de governantes na província de Sergipe acabou gerando prejuízos basicamente em todas as áreas da administração pública. Na educação, em especial, ficaram prejudicadas as reformas educacionais propostas pelo império e que demoraram, ou não entraram em vigor, por conta desse problema.

Em muitos casos, segundo Haidar (2008), além da constante troca de presidentes, concorriam para os insucessos da instrução pública, na maioria das vezes, os poucos recursos financeiros da província e a falta de vontade por parte dos governantes de tratarem de assuntos que não fossem, como descritos pela autora, de ordem “polítiquera”.

Diante do exposto, no quadro 2 apresentamos os nomes e o tempo de governo dos presidentes da província de Sergipe responsáveis pela direção do serviço público entre 1871 e 1890. Ainda naquele período, a ocupação desse cargo era determinada por ordem do Imperador.

Quadro 2 - Nomes de presidentes da Província de Sergipe entre os anos de 1869-1889

| PRESIDENTE | TEMPO DE GOVERNO |
|--|-------------------------|
| Francisco José Cardoso Junior | 12/12/1869 – 11/05/1871 |
| Antônio Cândido da Cunha Leitão | 11/05/1871 – 14/08/1871 |
| Luís Alvares Macedo | 17/02/1872 – 16/07/1872 |
| Joaquim Bento de Oliveira Junior | 16/07/1872 – 05/11/1872 |
| Manuel do Nascimento Fonseca Galvão | 08/03/1873 – 14/11/1873 |
| Antônio dos Passos Miranda | 14/11/1873 – 30/04/1875 |
| João Ferreira de Araújo Pinho | 24/02/1876 – 09/01/1877 |
| Francisco Ildefonso Ribeiro de Menezes | 15/03/1878 – 11/11/1878 |
| Teófilo Fernandes dos Santos | 10/03/1879 – 10/06/1880 |
| Luís Alves de O. Belo | 20/07/1880 – 05/04/1881 |
| Herculano Inglês de Sousa | 18/05/1881- 22/02/1882 |
| José Aires do Nascimento | 22/05/1883 – 18/07/1883 |
| Francisco de G. Cunha Barreto | 25/08/1883 – 07/09/1884 |
| Luiz Caetano Muniz Barreto | 07/09/1884 – 09/07/1885 |
| Benjamim Aristides F. Bandeira | 27/07/1885 – 19/09/1885 |
| Manuel de Araújo Góis | 23/10/1885 – 05/03/1888 |
| Olimpio Manuel dos Santos | 19/03/1888 – 19/07/1888 |
| Francisco de Paula Prestes Pimentel | 30/07/1888 – 01/02/1889 |
| Jerônimo Sodré Pereira | 05/07/1889 – 24/10/1889 |

Fonte: Quadro pelo autor com base em Nunes (2006).

Os nomes em destaque no quadro 2 representam, respectivamente, o governante responsável pela criação do Atheneu Sergipense, o único sergipano a exercer o cargo de presidente da Província na segunda metade do século XIX, os presidentes que mais tempo ficaram à frente da administração de Sergipe e aquele que, por último, tomou posse do cargo antes da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

No quadro 2 é possível percebermos, também, o alto número de presidentes de Sergipe entre os anos de 1871 e 1889, sendo um total de 32 nomes ao todo, dos quais, em quase sua totalidade, eram descendentes de outras províncias brasileiras, com ressalva para o sergipano Manuel do Nascimento Fonseca Galvão.

Tais números podem justificar, em parte, as dificuldades enfrentadas por esses presidentes para conseguirem governar a província de Sergipe, uma vez que a duração de cada gestão levava em média um ano, exceção feita aos governos dos presidentes Antônio dos Passos Miranda, que atuou de 14 de novembro de 1873 a 30 de abril de 1875, e Manuel de Araújo Gois, de 23 de dezembro de 1885 a 05 de março de 1888, sendo esse último o que mais tempo durou no cargo.

Os dados apresentados no quadro 2 apenas fazem referência ao quantitativo de presidentes nomeados por intermédio do governo geral. Não foram apresentados, portanto, os nomes e o tempo de duração dos vices presidentes que assumiram a função nos intervalos entre a saída e a posse de um governante.

Diferente dos titulares do cargo oriundos de outras partes do Brasil, a função do vice em Sergipe foi assumida durante o Império, na maioria dos casos, por sergipanos que, nas palavras de Nunes,

eram “[...] os vice-presidentes, geralmente, potentados rurais” (NUNES, 2006, p. 170) os escolhidos a comandar a presidência a partir da vacância temporária do cargo.

Mesmo diante dessa grande instabilidade política, o século XIX para educação em Sergipe no que diz respeito ao desenvolvimento do ensino secundário, possuiu dois momentos distintos, pois, se na primeira metade daquele século as adversidades atrapalhavam os projetos das autoridades provinciais e impediam o progresso do ensino público, em sua segunda metade essa realidade começou a ser modificada e melhorada gradativamente.

A década de 1870, em especial, ficou marcada para a província de Sergipe como um período de importantes mudanças nos rumos da educação pública sergipana, apesar dos insucessos nas tentativas de organização do ensino secundário já apresentados em décadas anteriores.

Essa foi a época em que as autoridades provinciais conseguiram sacramentar, de uma vez por todas, uma ideia que há quase três décadas vinha lhes desafiando e deixando sem muitas opções o alunado da província que buscava, nas aulas do ensino secundário, uma habilitação para o ingresso nas faculdades do Império.

É bem verdade que uma soma de fatores, principalmente de ordem econômica, contribuiu decisivamente para que a década de 1870 fosse, sem sombra de dúvidas, um divisor de águas para o melhoramento da educação em Sergipe. No tocante ao ensino secundário, de acordo com Nunes (2008), assumiu grande importância o art. 17 do regulamento de 24 de outubro de 1870, responsável pela criação daquela que seria, enfim, a concretização dos vários esforços feitos ao longo das décadas para a organização do ensino secundário:

o Atheneu Sergipense.

Inaugurado em Aracaju no dia 3 de fevereiro de 1871, a referida instituição de ensino passou a contar, desde a sua implantação, com os cursos de Humanidades e o Normal, os quais, conforme Alves (2005), tiveram em conjunto uma frequência de 117 estudantes no primeiro ano de funcionamento. Desse total, 4 alunos optaram pelo Normal e os demais preferiram seguir as orientações do curso de Humanidades.

Para Nunes (2008), inicialmente esse estabelecimento de ensino funcionou somente com as disciplinas exigidas para os exames preparatórios naquele período. Nesse caso, o ensino de História se fez presente em ambos os cursos, sendo ofertado durante os quatro anos do de Humanidades e nos dois anos dos estudos relacionados ao curso normal.

A princípio, segundo Alves (2005), a instituição deu início a suas atividades em um local improvisado, onde funcionava a câmara municipal. Posteriormente, a partir de investimentos do governo provincial e de doações financeiras, vindas de algumas pessoas da sociedade sergipana providas de bons recursos, teve seu primeiro prédio edificado no local onde hoje está localizada a Praça Olímpio Campos, em Aracaju.

Em um relatório elaborado no ano de 1872 pelo vice presidente da Província, José da Trindade Prado, o Barão de Propriá, como forma de transmissão do governo de Sergipe a Luiz Alvares de Azevedo Macêdo, foi exposta a união entre o poder público e alguns particulares para conseguirem erguer o primeiro prédio do Atheneu Sergipense.

A construção deste edifício acha-se a cargo do cidadão José Agostinho do Nascimento, por contracto firmado com a Província. Teve começo a custa de donativos que lhe fizeram alguns sergipanos; mas, tendo-se esgotado este meio, e achando-se a Província exausta de recursos pecuniarios, em data de 24 de janeiro findo determinei ao contractante da obra que suspendesse a execução do seu contracto. (SERGIPE, 1872, n.p).

De acordo com esse trecho do referido documento, em um primeiro momento as obras do Atheneu Sergipense tiveram que ser interrompidas em função das dificuldades financeiras pelas quais passava a província de Sergipe. A retomada dessa construção veio a ocorrer em meados de 1872, já no governo de Luiz Alvares de Azevedo Macêdo, como pode ser percebido em parte do relatório escrito pelo então presidente:

OBRA DO ATHENEU.

Ficaram por algum tempo paradas as obras: Os recursos pecuniarios da Província assim o aconselharam. Mandei, entretanto, ha pouco tempo prosseguir nas mesmas obras, não só atendendo ao novo credito decretado pela Assembléa Provincial, como porque se estragara o que já se achava feito, se não se fosse por diante, ao menos até a cobertura do edificio, e sobretudo agora na estação das chuvas, que concorreriam efficazmente para se perder muito do que se havia já feito. (SERGIPE, 1872, n.p).

Conforme Alves e Silva (2017), a obra do Atheneu Sergipense marcou o início de uma modernização no que diz respeito às formas de construção até então encontradas em prédios destinados ao atendimento do ensino público em Sergipe, pois, além de ter sido construído exclusivamente para esse fim, possuiu características arquitetônicas que o diferenciava dos demais.

Segundo Alves (2005), nas primeiras décadas de funcionamento, o Atheneu Sergipense migrou por diferentes endereços localizados nas imediações do centro da cidade de Aracaju, situando-se nos seguintes pontos: Rua de Boquim, no ano de 1899; Avenida Ivo do Prado, por volta de 1926 e, a partir de 1950, no endereço da Praça Graccho Cardoso, onde permanece até os dias de hoje.

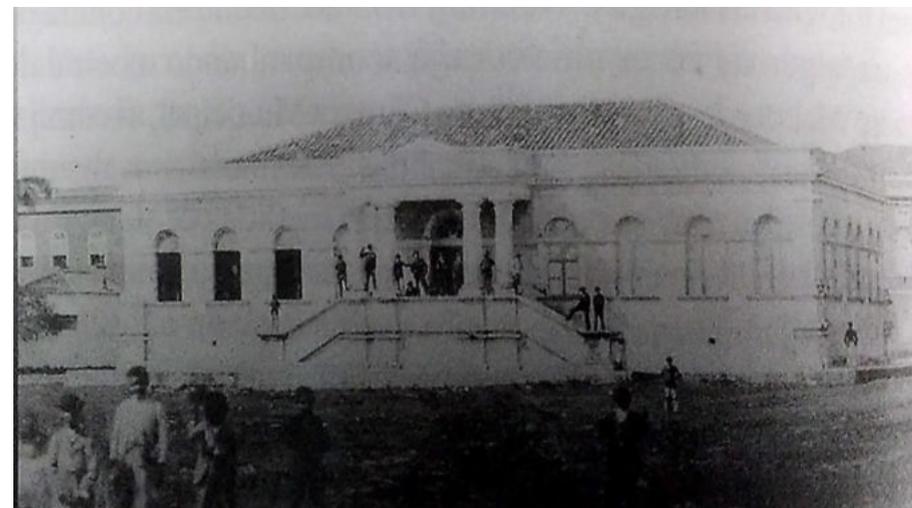


Figura 1 – Prédio do Atheneu Sergipense em 1871

Fonte: Porto, 1991, p. 40.

O Atheneu Sergipense, a partir de sua criação era visto, nas

palavras de Manuel Luiz Azevedo d’Araújo, primeiro diretor da instituição, do seguinte modo:

O Atheneu Sergipense é merecedor de todo zelo e solicitude da administração, pois que sendo o único estabelecimento de instrução secundária que contamos na Província, é o único foco de luz, onde se irão iluminar as classes menos afortunadas que, não podendo, pela falta de recursos, comprar os favores das sciências na Bahia, Pernambuco, São Paulo, ou Rio de Janeiro, recebeu em seu seio esses preciosos rudimentos que lhes franqueiam o peso ao melhor serviço à sua terra natal; pode ser, além disto, o primeiro degrau para aquelles que aspiram estudos superiores, e que pequena idade fora cruel e arriscado afastá-los para muito longe de suas famílias. (JORNAL DO ARACAJU, 11 de abril de 1872, n. 260, p. 1- 2).

As palavras de Manuel Luiz, diretor do Atheneu Sergipense e da Instrução Pública, publicadas no *Jornal do Aracaju*, periódico de sua propriedade no ano de 1870, representavam não só o desejo de um dos membros da Congregação do Atheneu Sergipense, mas, também, a vontade de todos aqueles que lutaram pela criação e desenvolvimento de uma instituição pública de ensino na província de Sergipe.

Nos anos subsequentes à sua inauguração, os responsáveis pelo funcionamento do Atheneu Sergipense foram diariamente lutando contra os mesmos problemas que, desde 1848, afligiram e fecharam as portas dos estabelecimentos públicos de ensino secundário criados na Província, principalmente no tocante ao problema da frequência dos alunos e o não reconhecimento dos exames realizados na

instituição para o acesso às faculdades do Império, como apontado por Alves (2005).

Aliás, os dois problemas mencionados representaram grande parte das dificuldades que as autoridades sergipanas tiveram para conseguir manter em funcionamento os estabelecimentos criados até então, pois, a ida de estudantes para outras províncias, a exemplo da Bahia e Pernambuco como já mencionado, era resultado do “[...] monopólio dos exames preparatórios pelas Faculdades do Império, o qual impulsionava a migração de jovens para os colégios das províncias onde estavam localizadas essas faculdades” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 219-220).

No caso dos exames preparatórios, o Atheneu Sergipense foi contemplado dois anos após o início do seu funcionamento, com o decreto do governo imperial de número 5.429 de 2 de outubro de 1873, o qual, como apresentado por Alves (2005), legitimou os exames preparatórios de acesso às faculdades do Império com a criação de mesas examinadoras em todas as províncias brasileiras, conferindo, assim, valor as provas realizadas em diversas instituições de ensino secundário.

Tal decreto proporcionou ao Atheneu Sergipense um grau de importância ainda maior no ensino secundário sergipano, porque além de ser a única instituição pública a ofertar esse nível de ensino na Província, foi também a primeira a possibilitar ao alunado sergipano o ingresso nas faculdades do Império por intermédio da aprovação nos exames preparatórios.

Essa habilitação concedida ao estabelecimento contribuiu diretamente para o prosseguimento das atividades funcionais do Atheneu Sergipense, pois, mesmo com baixos índices de assiduidade dos

alunos, a procura por matrículas manteve-se ativa com o passar dos anos em função da necessidade do alunado participar dos exames preparatórios.

De acordo com Oliveira e Teles (2007, p. 127), a “[...] importância dos Exames Gerais de Preparatórios era tamanha que a nomeação da Banca Julgadora desses, era feita pelo Presidente da Província. Com a Proclamação da República, a nomeação passa a ser efetuada pelo Governador do Estado”.

Desse modo, o Atheneu Sergipense, diferente dos seus congêneres criados na província em anos anteriores, além de sua organização interna, constatada mediante os livros de atas da própria instituição, contou com fatores externos que contribuíram para sua consolidação no ensino público secundário de Sergipe.

O desejo pela organização do ensino, por parte do poder público, era evidenciado e apresentado por meio de relatórios que, em muitos casos, eram publicados na imprensa escrita daquele tempo, fato constatado a partir da leitura de um dos jornais de circulação do período, o *Jornal do Aracaju*. Neste periódico, encontramos um relatório apresentado à assembleia provincial pelo vice-presidente da província de Sergipe, Cypriano de Almeida Sebrão, o qual dispunha das seguintes afirmações:

A instrução publica que de alguns anos a esta parto tem merecido em todos os Estados cultos as maiores atenções, a instrução publica que dos Altos Poderes do Imperio tem merecido todos os disvellos, em Sergipe é hoje o primeiro cuidado d’queles que dictam a Lei, d’quele que a executa e d’queles que a aproveitam. [...] Pode-se assegurar que, comparativamente, nenhuma Provincia

do Imperio tem sido mais prodiga em diffundir a instrução do que a vossa Provincia. (JORNAL DO ARACAJU, 05 de março de 1873).

No mencionado relatório, Cypriano de Almeida Sebrão continuou sua fala tecendo comparações entre a Província do Rio de Janeiro e a Província de Sergipe no tocante ao quantitativo de escolas e alunos matriculados no ensino público de primeiras letras e no ensino secundário, assim descrevendo a situação em terras sergipanas:

[...] A instrução secundaria é ministrada no Atheneu Sergipense, e consta de Latim, Francez, Inglez, **Geographia e historia**, Phylosophia, Grammatica phylosophica, Pedagogia, Arithmetica, Algebra e Geometria; na cidade de Larangeiras onde se ensina o latim e na cidade da Estancia onde se ensina o Latim e Francez [...] (JORNAL DO ARACAJU, 05 de março de 1873, grifo nosso).

As palavras do vice-presidente da província dão notoriedade à organização do ensino público em Sergipe e, sobretudo, reiteram o Atheneu Sergipense como única instituição de ensino público a oferecer o secundário. Em vista disso, entendemos que é somente a partir da constituição desse estabelecimento que o ensino público secundário de Sergipe começa, de fato, a se desenvolver e a ganhar força para, no decorrer dos anos, conseguir superar suas principais adversidades.

Dessa forma, chegava à década de 1870 o ensino secundário sergipano, apresentando, enfim, os resultados de um longo processo nas tentativas de melhoria da educação na Província. E isto ocorreu devido à criação do Atheneu Sergipense e a continuidade do seu fun-

cionamento, o que simbolizou uma conquista e o primeiro sinal de efetiva organização do ensino secundário em Sergipe.

No entanto, algumas aulas do ensino público secundário continuaram por mais de uma década sendo ministradas separadamente em cidades de Sergipe. “Até o ano de 1890 havia aulas avulsas de Latim nas cidades de Estância e Laranjeiras, as quais, a partir daquele ano foram suprimidas, passando o estudo secundário público de Sergipe a ser ministrado exclusivamente no Atheneu Sergipense” (ALVES, 2005, p. 73).

1.2 ARACAJU, A NOVA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE SERGIPE

Situado às margens do Rio Sergipe, o então povoado de Santo Antônio do Aracaju era, até o ano de 1854, de acordo com Nunes (2006), uma pequena localidade de pescadores que contava com um número inexpressivo de habitantes, quando comparado ao quantitativo de pessoas existentes na cidade de São Cristóvão naquele mesmo ano.

Entretanto, no ano seguinte, por decisão do presidente da província de Sergipe Inácio Joaquim Barbosa, a pequena povoação foi elevada, de uma só vez, a condição de cidade e capital da Província por meio da Resolução 413, de 17 de março de 1855, que transferiu o título de capital de São Cristóvão para a mais nova cidade sergipana, Aracaju.

A antiga capital da província, São Cristóvão, contava, no momento da mudança, com uma série de prédios públicos e uma infraes-

trutura bem mais adequada que a encontrada em Aracaju. A recém-criada cidade basicamente teve que começar do zero, dando início a um processo de melhoramento e urbanização de suas ruas.

Porém, antes mesmo de receber os títulos de cidade e capital, a comunidade do povoado de Santo Antônio do Aracaju passou a contar estrategicamente, conforme Nunes (2006), com a instalação de órgãos públicos que ajudaram a futura cidade na movimentação de alguns serviços – como a alfândega, o consulado geral da Província, dentre outros – que, posteriormente, vieram a fazer parte do novo centro administrativo de Sergipe.

O processo de mudança da capital possivelmente esteve relacionado a interesses de ordem política e econômica, uma vez que a nova capital não dispunha, naquela época, de uma estrutura adequada que justificasse sua elevação ao posto de principal centro da administração pública de Sergipe.

A transferência da capital enquadrava-se no momento de transformações político-econômicas vividas pelo país sob o comando do Gabinete de Conciliação, do qual o Presidente Inácio Barbosa era um dos colaboradores. Tornava-se importante o desenvolvimento das economias regionais, buscando-se maior produtividade agrícola visando à exportação e aos lucros dela obtidos. (NUNES, 2006, p. 139).

Sem maiores contestações, o ato do Presidente Inácio Joaquim Barbosa teve sucesso e Aracaju, a partir de então, seguiu como capital da província de Sergipe. Daquele momento em diante, basicamente toda movimentação comercial que envolvia o escoamento da

produção passou a ser realizada através da nova cidade.

Coube ao engenheiro Sebastião José Basílio Pirro o desenvolvimento de um projeto de modernização que pudesse promover o alinhamento das ruas e o traçado dos quarteirões da cidade. Para isso, foi iniciado um processo de aterramento e drenagem das áreas pantanosas e alagadiças, consideradas locais propícios para a proliferação de epidemias, como as febres intermitentes. De acordo com Calasans (2013), doenças como a varíola, febre amarela, malária, cólera morbus, entre outras enfermidades, se espalhavam muito rapidamente em consequência da falta de higiene e saneamento básico das ruas. Essa situação acabou gerando diversos problemas de saúde e uma grande quantidade de óbitos. Inclusive, foi a precariedade das condições sanitárias da nova capital que “[...] vitimou, no mesmo ano de sua transferência para a nova sede, o seu idealizador, o Presidente Inácio Joaquim Barbosa” (ALVES, 2005, p. 53).

Apesar das incertezas surgidas após a morte do idealizador da mudança da capital, a “cidade criança”, como descrita por Nunes (2006), foi com o passar dos anos melhorando sua infraestrutura, crescendo em virtude da construção de várias casas e prédios públicos e se adequando, gradativamente, a nova realidade urbana.

No entanto, tal urbanização manteve-se, durante muitos anos, dependente dos problemas, principalmente relacionados à vulnerabilidade do solo pantanoso da nova capital. Conforme Calasans (2013), as condições do terreno representaram um desafio para aqueles que resolveram apostar em uma vida na recém-criada Aracaju.

Começava o combate do homem contra o riacho,
contra o pântano, contra a lagoa, numa palavra,

contra a água, o grande inimigo do povoador da nova cidade. Foi uma luta heroica do homem contra o meio físico esta que se travou nas praias da Aracaju. (CALASANS, 2013, p. 115).

De acordo com Rolim (2007), muitos dos trabalhadores que se empenharam na tarefa de tornar urbanizado o terreno em que foi erguida a nova capital da província vieram de diferentes partes do interior sergipano, sendo eles, em sua maioria, trabalhadores rurais e agricultores que “[...] deixaram suas funções para trabalhar nos serviços urbanos exigidos pela montagem da nova capital” (ROLIM, 2007, p. 69).

A década de 1860, em Aracaju, foi marcada por alguns acontecimentos, como a visita do Imperador Pedro II às terras da nova capital de Sergipe, o crescimento da cidade, a construção de novos prédios oficiais e a implantação da iluminação pública à querosene. Ainda naquela década, a questão da salubridade, segundo Nunes (2006), continuou representando uma grande preocupação para os governantes locais.



Figura 2 - Imagem da Rua Olympio Campos em Aracaju no século XIX

Fonte: Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/entretenimento/fotosantigas/ler.asp?id=123681>> Acesso em: 19 mar. 2017.

A figura 2 retrata uma das ruas do centro da cidade de Aracaju, no século XIX, e, por meio dessa fotografia, podemos perceber, além do alinhamento das residências, o sistema de iluminação a que-rosene das ruas da cidade, feito por intermédio de postes dispostos ao longo da via.

Os sucessores de Inácio Joaquim Barbosa deram continuidade, na medida do possível, ao processo de modernização idealizado para Aracaju. Contudo, a instabilidade política, relatado anteriormente, possivelmente comprometeu o adiantamento desse processo. “A instabilidade dos gabinetes repercutia na administração das Províncias, atesta Sergipe com a nomeação de nove presidentes en-

tre 1860 e 1870, e dez vice-presidentes assumindo na sua ausência” (NUNES, 2006, p. 170).

O transcorrer daquela década foi marcado, também, por iniciativas voltadas a organização e promoção do ensino secundário na cidade de Aracaju, a exemplo da criação do Liceu sergipense, inaugurado em 1862. Como noticiado, esse espaço educativo funcionou durante um curto espaço de tempo, fechando suas portas dois anos depois, em 1864.

Seria apenas nos idos de 1870 que finalmente a cidade de Aracaju iria dispor de um estabelecimento de ensino público secundário onde fosse possível atender a crescente população da jovem capital da Província. Foi no governo do Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior (1869-1871) que tal carência pôde ser suprida.

Conforme Nunes (2006), apesar dos vários serviços de relevância prestados por esse presidente para o bom funcionamento da economia na Província, sobretudo no que diz respeito à modernização da agricultura sergipana naquele período,

O que, porém, projetaria sua presidência na história de Sergipe Imperial foi a Reforma educacional estabelecida no Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870, graças a cooperação do Inspetor-Geral de Instrução Dr. Manoel Luiz Azevedo d’Araújo, homem talentoso, conhecedor das teorias educacionais mais avançadas da época. (NUNES, 2006, p. 197).

Desse modo, “a debutante” cidade de Aracaju, como descrita por Alves (2005), foi palco de uma significativa reforma educacional estabelecida pelo Regulamento Orgânico de 1870, o qual trouxe, para

aquela cidade, a reunião das aulas do ensino secundário mediante a criação do Atheneu Sergipense.

No avançar da década de 1870, a salubridade da capital sergipana continuava representando problema para os seus moradores. No ano de 1871, em Relatório apresentado no dia 14 de agosto pelo então Presidente da Província, o senhor Antônio Cândido da Cunha Leitão, tornou-se notória a fragilidade estrutural de Aracaju e a convivência com os problemas de outrora.

O rigor da estação invernososa que atravessamos, as chuvas torrenciais e as aguas que estagnadas permanecem nos grandes reservatorios que uma natureza ainda não amenizada offerece em diferentes pontos d'esta Provincia, principalmente nesta capital onde quase tudo está a fazer-se em bem da salubridade e hygiene publica, dsenvolveram n'elles as febres intermitentes e outras de mau character, as quaes ainda que não tenham feito grande numero de victimas, todavia não tem passado sem vestigios penosos. (SERGIPE, 1871, n.p).

Apesar dos problemas apresentados, para Rolim (2007), naquela década, a cidade já dispunha de um considerável aparelhamento burocrático do estado, com um bom número de repartições públicas em funcionamento. Conforme esse autor, também era notável a valorização dos terrenos em boa parte da cidade de Aracaju, o que pôde evidenciar uma maior procura pela ocupação de seu espaço urbano.

Assim, chegava-se “a debutante” capital sergipana, na década de 1870, buscando resolver as questões estruturais que ainda afligiam parte da sua população e, ao mesmo tempo, tentando adequar-se

ao progresso urbano e educacional, colocando em funcionamento o Atheneu Sergipense. Instituição esta que desde o início de suas aulas em 1871, manteve-se em funcionamento ininterruptamente até os dias atuais, qualificando várias gerações de aracajuanos e sergipanos para o engajamento nas mais variadas áreas do serviço público e privado do Império.

1.3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CADEIRA DE HISTÓRIA NO ATHENEU SERGIPENSE

O ensino da disciplina História passou a ser obrigatório nas instituições educativas a partir da primeira metade do século XIX, por volta do ano de 1837, quando, conforme Bittencourt (2009), a disciplina foi integrada aos planos de estudo e lecionada no Colégio de Pedro II, localizado no Rio de Janeiro, então capital do Império à época.

Em terras sergipanas, os primeiros registros do funcionamento da disciplina História voltada ao ensino secundário surgiram, como já apontado, com a criação do Liceu de São Cristóvão, quando as autoridades da província resolveram ampliar o número de cadeiras ofertadas naquela instituição.

De acordo com Nunes (2008), as cadeiras ofertadas inicialmente naquele Liceu contava com as disciplinas de Gramática Latina, Língua Francesa, Filosofia Racional e Moral, Aritmética, Geometria e trigonometria, sendo que a de História foi implantada posteriormente. Consoante à mesma autora, esse “[...] elenco de disciplinas ampliou-se em 1848, quando o presidente Zacarias de Góis e Vascon-

celos (26/4/1848 a 7/2/1849) criou a cadeira de Geografia e História, entregue ao Dr. Antônio Nobre de Almeida Castro, e a de Inglês lecionada por Luís Alves dos Santos” (NUNES, 2008, p. 73).

Apesar de fazer parte do conjunto de disciplinas ofertadas no Liceu de São Cristóvão, a cadeira de História, à época, encontrava-se vinculada a cadeira de Geografia, que, por sua vez, não teve alunos matriculados para suas aulas durante os dois primeiros anos de funcionamento da referida instituição de ensino. Segundo Alves (2005), somente no ano de 1850 essas disciplinas passaram a receber a matrícula dos quatro primeiros alunos.

Conforme Conceição (2012), durante aquele período, o baixo número de matrículas para o ensino secundário foi um dos principais motivos para o fechamento de instituições públicas de ensino criadas na província de Sergipe. No caso específico do fechamento do Liceu de São Cristóvão, em 1855, a mudança da capital para Aracaju, no mesmo ano, contribuiu diretamente para o encerramento de suas atividades.

Além do fechamento do Liceu da antiga capital em 1855, o poder público provincial em Sergipe sofreu com alguns outros fracassos na tentativa de alavancar o ensino secundário em terras sergipanas. Isto porque, com o fechamento deste Liceu, foram implantadas em diferentes pontos da província, como Estância, Laranjeiras e Aracaju, outras instituições de ensino secundário que, assim como a primeira, não lograram êxito em função de dificuldades já apontadas.

No quadro 3 elencamos as sucessivas tentativas das autoridades provinciais em busca da promoção do ensino secundário em meados do século XIX. Ao mesmo tempo, também apresentamos os estabelecimentos de ensino onde foi registrada a oferta da cadeira de

Geografia e História em Sergipe antes da Criação do Atheneu Sergipense.

Quadro 3 - Instituições públicas de ensino secundário criadas entre os anos de 1847-1870 que ofertaram o ensino de História na Província de Sergipe

| Local de Criação | Instituição | Ano de Abertura | Ano de Fechamento |
|-------------------------|---------------------------------|-----------------|---|
| Cidade de São Cristóvão | Liceu de São Cristóvão | 1847 | 1855 |
| Cidade de Laranjeiras | Colégio Público de Laranjeiras | 1855 | 1859 |
| Cidade de Estância | Colégio Nossa Senhora do Amparo | 1855 | 1860 |
| Cidade de Aracaju | Liceu Sergipense | 1862 | 1864 |
| Cidade de Aracaju | Atheneu Sergipense | 1870 | Permanece em atividade até os dias de hoje. |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas obras de Conceição (2012) e Nunes (2008).

Diante das informações dispostas no quadro 3, podemos perceber que antes da criação do Atheneu Sergipense, as aulas da cadeira de Geografia e História, no ensino secundário, foram ofertadas por quatro diferentes instituições de ensino entre os anos de 1847 e 1862.

O fechamento precoce e em tempos diferentes de cada um desses estabelecimentos de ensino desestabilizou e contribuiu dire-

tamente para que as aulas na província, voltadas ao ensino secundário, retomassem basicamente a forma avulsa. No caso de Geografia e História, os registros dão conta apenas da existência de uma cadeira avulsa que funcionou na cidade de Laranjeiras, em 1859, após o fechamento da instituição pública de ensino secundário naquela localidade.

Como descrito por Conceição (2012, p. 212), perante a “[...] insignificante procura, o Colégio de Laranjeiras foi extinto em 2 de novembro de 1859, mas continuaram funcionando *na cidade* de Laranjeiras as cadeiras de filosofia e de geografia sob a direção do professor Tito Augusto Souto de Andrade”.

Embora seja mencionado o nome da disciplina Geografia e não o da disciplina História, vale ressaltar que, durante aquele período, as aulas de História eram lecionadas juntamente com as de Geografia, ou seja, as duas disciplinas faziam parte da mesma cadeira e eram ensinadas por um mesmo professor ao longo das aulas.

Apesar de ter sido disponibilizada, a cadeira de Geografia e, conseqüentemente, as aulas de História, possivelmente não receberam matrículas, tendo em vista que não encontramos registros de alunos matriculados, em 1860, para referida cadeira avulsa oferecida aos interessados em cursar o ensino secundário na cidade de Laranjeiras.

A justificativa para ausência de matrículas para essas áreas do conhecimento é apresentada por Silva (2017). O autor aponta que durante a década de 1850, os ensinamentos da cadeira de Geografia e História foram considerados sem importância. Uma vez que, na visão do governante da Província de Sergipe, os conteúdos abordados por essas disciplinas não atendiam as necessidades de conhecimento voltadas à prática do comércio.

Essas cadeiras eram consideradas sem utilidade para a instrução secundária local. Eram mais importantes as línguas estrangeiras. A esse respeito o Presidente da Província, Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1856 já afirmava que por “não ser uma aula de língua estrangeira, não havia vantagem para os interesses do comércio ou para um fim de qualquer indústria, servia apenas para complemento da educação superior” [...] (SILVA, 2017, p. 44).

Esta fala do Presidente da Província Salvador Correia de Sá e Benevides nos indica o grau de importância atribuído ao ensino de História naquele período que, nas palavras do governante, “servia apenas para complemento da educação superior”.

Apesar disso, após o fechamento das escolas de Estância e Laranjeiras, o poder público provincial buscou disponibilizar, na recém-criada capital da província de Sergipe, os conhecimentos referentes a essas disciplinas, tendo em vista que em 1862, com a criação do Liceu Sergipense, essa cadeira passou a ser ofertada como uma das áreas do conhecimento a serem lecionadas na nova instituição pública de ensino secundário.

Contudo, durante os poucos anos de funcionamento do Liceu Sergipense, em Aracaju, não foi registrada matrícula para cadeira de Geografia e História, o que nos leva a hipótese que entre a criação da cadeira avulsa de Geografia, no ano de 1860, na cidade de Laranjeiras, e a oferta dessa área do conhecimento no Atheneu Sergipense, a partir de 1871, não existiram o desenvolvimento de aulas de História no ensino público secundário em Sergipe.

Esse fato se torna notório quando observamos, em diferentes

momentos, a falta de matrículas constatadas tanto na oferta da cadeira de Geografia em 1860, quanto por meio da ausência de matrículas para História no Liceu Sergipense anos depois. Em consonância com esses fatos e colaborando diretamente para a ocorrência deles, esteve a própria precariedade do ensino público da província, que desde 1848 tentou, sem sucesso, estabelecer o ensino secundário em um único local.

Desta forma, compreendemos que durante pouco mais de uma década, o ensino de História esteve ausente nas aulas públicas secundárias da Província entre os anos de 1860 e 1871, mesmo com a necessidade de oferta desta área do conhecimento exigida como requisito, segundo Haidar (2008), em alguns cursos superiores de faculdades do império, que dentre outros certificados, exigiam os de História Universal e História do Brasil.

O ingresso nas faculdades de Medicina do Brasil, a partir de 1854, como apontado pela autora, esteve condicionado ao atendimento do Decreto 1.387, publicado em de 28 de abril daquele ano. Tal documento modificou os estatutos dessas instituições, dando novas normas para organização, funcionamento e regras para o acesso daqueles locais.

A necessidade do saber histórico para os interessados em cursar medicina se fazia presente no Título II, Capítulo II, do referido documento, que tratava das habilitações para a matrícula nas mencionadas instituições de ensino superior, como visto a partir do Artigo 82:

Os alumnos que se quizerem matricular em qual-
quer das Faculdades deverão habilitar-se com os
seguintes exames: Para o Curso medico: - latim,

francez, inglez, **historia e geographia**, philoso-
phia racional e moral, arithmetica, geometria, e
algebra até equações do 1º gráo. (BRASIL, 1854,
n.p, grifo nosso).

A exigência noticiada por Haidar (2008) foi concretizada para as faculdades de Direito do Brasil a partir da promulgação do Decreto nº 1.568 de 24 de fevereiro de 1856, que faz parte do Regulamento Complementar dos Estatutos das faculdades de Direito. Esse documento descreve a forma pela qual os participantes dos exames preparatórios seriam avaliados.

Art. 11. No exame de **Historia e Geographia** os
Examinandos farão a exposição por escripto de
hum periodo historico, e da geographia do Paiz,
ou Paizes de que se tratar, com referencia espe-
cialmente ao logar, ou logares em que os factos se
tenham passado. Serão tambem perguntados sobre
os factos que tenham relação mais immediata com
aquelle periodo e sobre os principaes pontos de
Geographia em geral. (BRASIL, 1854, n.p, grifo
nosso).

Os decretos aqui representados por meio de dois dos seus artigos trazem algumas das exigências para os exames preparatórios de dois dos principais cursos das faculdades brasileiras durante o Império, Medicina e Direito. Ao mesmo tempo, nos mostram a relevância da disciplina História e a necessidade do seu conhecimento para aqueles que almejavam o ingresso nessas instituições.

Após o fechamento do Liceu Sergipense, em 1864, as aulas do ensino público secundário, em Sergipe, retrocederam a forma avul-

sa, ou seja, aulas espalhadas por algumas cidades da província onde em nenhuma delas foi registrado o ensino de História. “[...] Assim, a instrução pública secundária na província ficou limitada a algumas aulas avulsas de latim, francês e geometria distribuídas na capital e nas principais cidades da província” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 218).

As aulas de História para o ensino secundário só voltariam a ser mais uma vez registradas em terras sergipanas a partir do funcionamento do Atheneu Sergipense em 1871. Foi nessa instituição secundária que a disciplina começou, de forma definitiva, a se estabelecer no ensino público sergipano, já que, desde o primeiro ano de funcionamento do referido estabelecimento, essa cadeira foi ofertada e recebeu matrículas para suas aulas.

No quadro 4, expomos as primeiras cadeiras ofertadas no Atheneu Sergipense, como também o quantitativo de matrículas e alunos aprovados por disciplina no primeiro ano de funcionamento dessa instituição, com destaque para a disciplina História e a sua frequência.

Quadro 4 - Disciplinas ofertadas no Atheneu Sergipense em 1871

| DISCIPLINA | FREQUÊNCIA | APROVADOS NOS EXAMES |
|----------------------|------------|----------------------|
| Latim | 23 | 04 |
| Francês | 47 | 22 |
| Inglês | 02 | - |
| Geografia e História | 05 | - |
| Filosofia | 02 | - |
| Gramática Nacional | 13 | 02 |
| Pedagogia | 04 | 02 |
| Aritimética | 16 | 02 |
| Total | 112 | 36 |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em Silva (2017).

Conforme o destacado no quadro 4, percebemos um número pequeno de alunos matriculados para cadeira de Geografia e História, ou seja, apenas cinco. Observamos, ainda, que a quantidade de discentes para as duas disciplinas só é maior que os das cadeiras de Inglês, Filosofia e Pedagogia, sendo que as duas primeiras contaram com dois alunos cada e a terceira com quatro.

Chamamos a atenção para o grande número de alunos nas Cadeiras de Latim e Francês, que juntas conseguiam reunir a matrícula de setenta alunos. Se levarmos em conta que a frequência total desses era de cento e doze, perceberemos que somente as duas disciplinas eram responsáveis por mais de 50% do total de estudantes que frequentavam a instituição.

Conforme Lages (2009), o Latim e o Francês eram considerados línguas cultas e necessárias aos ensinamentos das novas gera-

ções, enquanto o ensino do Inglês não recebia tamanha importância. A autora ressalta que o ensino da língua francesa, em solo brasileiro, tomou impulso principalmente após o fim do processo de independência do Brasil, em 1822, quando foi dado início ao “projeto civilizatório” do país, que tinha como modelo educacional a França.

Já as demais disciplinas ofertadas no Atheneu Sergipense, como os casos de Filosofia e Pedagogia, cadeiras pertencentes ao ensino normal, mantiveram, como percebido, uma pequena frequência de alunos no ano de 1871, diferente dos números apresentados para Gramática Nacional e Aritmética, que juntas somaram um quantitativo de vinte e nove alunos frequentando o estabelecimento de ensino.

De acordo com Alves (2005), os alunos que buscavam o ensino secundário realizavam matrículas para disciplinas isoladas e não para o curso completo, ou seja, o aluno poderia optar pela matrícula em uma das disciplinas ofertadas como forma de obter êxito e, posteriormente, com a aprovação em outras cadeiras exigidas conseguir se tornar apto para realização dos exames preparatórios.

O ensino secundário naquele período, segundo Haidar (2008), era visto como um meio de disciplinar os estudantes que almejavam ingressar nos estudos superiores das faculdades do império. “Impregnado de espírito científico em seus métodos e em seus programas, o ensino secundário assim concebido não formaria letrados ou cientistas, mas disciplinaria e robusteceria o espírito, preparando-o desse modo para os estudos superiores” (HAIDAR, 2008, p. 133).

Para obedecer a esses objetivos, possivelmente a disciplina História retornara ao ensino público secundário da província, na nova instituição de ensino, como forma de atender as exigências e finalidades dos planos de estudos. A sua reaparição nas salas de aula do

ensino secundário sergipano contou, conforme Alves (2005), com um número relativamente pequeno de alunos matriculados, apenas cinco no ano de 1871.

Durante grande parte do século XIX, o ensino de História esteve presente nos currículos do ensino secundário brasileiro devido à sua obrigatoriedade nos planos de estudo voltados não só aos cursos de humanidade⁶, como também direcionados aos planos dos cursos científicos⁷ em razão da necessidade dos conhecimentos históricos na preparação do alunado. Nesse contexto, a “[...] História permaneceu como ensino obrigatório, integrando tanto os currículos das humanidades clássicas como os currículos científicos” (BITTENCOURT, 2009, p. 76).

Acrescido a esse fato e em conformidade com a autora, atribuímos, além disso, à obrigatoriedade do ensino História nos planos gerais de estudo a sua importante função para o atendimento do propósito republicano da época, inculcido, principalmente, nas últimas décadas do século XIX. “Os conteúdos passaram a ser elaborados para construir uma ideia de nação associada à de pátria, integradas como eixos indissolúveis” (BITTENCOURT, 2009, p. 61).

Partindo dessa perspectiva e de acordo com o pensamento de Chervel (1990), entendemos que a disciplina escolar está direcionada ao atendimento de determinados propósitos, podendo essa intervir diretamente na formação social dos indivíduos, praticando o que o

6 “O ensino de humanidades fundamentava uma concepção de cultura afastada de qualquer utilidade imediata representada pela ideia de exercício profissional” (GASPARELLO, 2002, p. 64).

7 De acordo com Bittencourt (2009), o currículo científico foi desenvolvido a partir do avanço da industrialização na segunda metade do século XIX, quando disciplinas como a Matemática, Física, Química e a História Natural passaram a fazer parte de um tipo de formação voltado ao atendimento de um novo tipo de elite.

autor descreve como uma “aculturação”, agindo, desse modo, na tentativa de conseguir atingir os seus reais objetivos.

Observamos, com a análise do primeiro Livro de Atas, que a partir do início das atividades do Atheneu Sergipense em 1871 até o ano de 1873, a disciplina História basicamente não passou por mudanças no que diz respeito ao seu funcionamento, permanecendo ainda associada à cadeira de Geografia, assim como ocorreu em décadas anteriores.

Porém, com base no mesmo documento, constatamos, por meio de uma alteração nos horários de aulas na instituição, que a cadeira de História, no ano de 1874, passou a ser independente, separando-se da cadeira de Geografia da qual, por décadas, esteve vinculada.

Tal acontecimento ocorreu logo depois do momento em que o Governo Imperial resolveu estender a todas as Províncias do Império a disponibilidade de mesas examinadoras para a realização dos exames preparatórios, circunstância que contribuiu para o crescimento das matrículas do Atheneu Sergipense, como percebido com a cadeira de História.

Outro motivo que influenciou diretamente na separação destas disciplinas, conforme Silva (2017), está relacionado ao fato de que o “[...] presidente da Província, João Pereira de Araújo Pinho, recomendava que a organização dos exames do Atheneu Sergipense se aproximasse o mais possível do plano do Imperial Colégio de Pedro II na corte” (SILVA, 2017, p. 78-79).

A referida instituição possuiu um papel de destaque durante grande parte do século XIX e contribuiu decisivamente para disseminação do ensino de História nas províncias brasileiras. Essa dis-

ciplina, conforme afirmam Vechia e Lorenz (1998), faz parte dos programas de ensino daquela instituição desde o início do seu funcionamento em 1837.

De acordo com os autores, os programas de ensino do Colégio de Pedro II, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, passaram a servir de modelo para boa parte dos seus congêneres localizados em algumas das províncias brasileiras, estes que, por sua vez, acabavam adaptando seus planos de estudos de modo a conseguirem acompanhar as produções desenvolvidas pelo colégio da Corte.

No tocante a disciplina História, essa instituição de ensino era o principal ponto de referência para os demais estabelecimentos públicos e particulares que foram criados no Império durante o século XIX, visto que a maioria dos compêndios utilizados na instrução dessa área do conhecimento era produzida no próprio Colégio de Pedro II, ou resultava de traduções geralmente de obras francesas para o português, feitas por intermédio de alguns dos seus professores.

Desse modo, a cadeira de História no Atheneu Sergipense começou, a partir de então, a passar por um considerável aumento de suas matrículas, se levarmos em conta o ano de 1871, quando a disciplina ainda fazia parte da cadeira de Geografia e foram registrados apenas 5 alunos e o de 1874, quando esse número aumentou para 16. Esse crescimento se manteve no ano de 1875, pois a cadeira de História registrou uma frequência de 20 alunos, como pode ser visto em parte do relatório apresentado por Antônio dos Passos Miranda, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, em 1 de março de 1875.

Matricula e frequencia das aulas
ATHENEU SERGIPENSE

| <i>Materias</i> | <i>Matricula</i> | <i>Frequencia</i> |
|-----------------------|------------------|-------------------|
| Portuguez | 47 | 33 |
| Francez | 82 | 39 |
| Latin | 31 | 30 |
| Inglez | 3 | 3 |
| Arithmetica | 52 | 38 |
| Geometria | 22 | 21 |
| Geographia | 27 | 24 |
| Historia | 21 | 20 |
| Phylosophia | 9 | 6 |
| Rhetorica | 4 | 4 |
| Pedagogia | 18 | 13 |
| Religião | 18 | 13 |
| | <u>334</u> | <u>264</u> |

Figura 3 – Demonstrativo do Relatório de Antônio dos Passos Miranda com quantidade de matrículas e de frequência do Atheneu Sergipense em 1875

Fonte: SERGIPE (1875).

Entretanto, tal divisão na cadeira de Geografia e História não ocorreu de forma oficial em seu primeiro momento, ou seja, para a instrução pública da província e autoridades responsáveis pela educação. Esse fato só viria a ser concretizado um ano depois, em 1875, quando, por força de um decreto, ocorreu oficialmente a separação das duas cadeiras.

De início juntas, a cadeira de Geografia e História do Atheneu Sergipense se dividiu em Geografia; e História Universal, principalmente do Brasil, pelo Regulamento da Instrução Pública de 1875. Passaram a ser chamadas Geografia, Cosmografia e Corografia do Brasil; e História Antiga, Média, Moderna e do Brasil em 1877. (ALVES, 2005, p. 99).

A partir de sua independência, como apresentado por Alves (2005), a cadeira de História começou a trilhar o seu próprio caminho no ensino secundário sergipano. Prova disso são os concursos realizados para o preenchimento das vagas para professores dessa disciplina, ocorridos no Atheneu Sergipense.

Conforme Teles (2009), entre os anos de 1871 – quando entraram em funcionamento as aulas de História nessa instituição – e 1890 – ano que delimita o nosso estudo – foram realizados dois concursos para o provimento dessa cadeira: o primeiro deles ocorrido em 1875 e o segundo somente quinze anos depois, em 1890.

Segundo esse autor, o concurso de 1875 oficializou o professor de História que já ocupava a cadeira por meio da indicação do Governo Provincial advinda um ano antes, ato recorrente até então desde a inauguração do referido estabelecimento de ensino, que teve todo o seu corpo docente nomeado no ano de 1870 a partir da escolha do Governo Provincial de alguns nomes considerados aptos para o cargo.

De acordo com o primeiro Livro de Atas do Atheneu Sergipense, a partir de 1877, uma alteração no regulamento dessa instituição inibiu a entrada de novos professores por meio de indicações, exigindo a realização de concursos públicos para o preenchimento das vagas de docente.

No entanto, no que diz respeito à cadeira de História, as mudanças internas de professores de uma cadeira para outra no Atheneu Sergipense permitiu que essa disciplina permanecesse ocupada, até 1890, por professores que já faziam parte do quadro docente daquele estabelecimento de ensino.

Percebemos, ainda, que com o início das aulas dessa cadeira,

a mesma passou por algumas alterações em sua nomenclatura. Desde o começo do seu funcionamento no Atheneu Sergipense, até 1890 essa área do conhecimento mudou de nome por quatro vezes. Frente a estes episódios, entendemos que as disciplinas não são,

[...] com efeito, entidades abstratas com uma essência universal e estática. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas de outras) etc. Possuem uma denominação ou nome que as identifica frente às demais, ainda que em algumas ocasiões, como se tem advertido, denominações diferentes mostram conteúdos bastante similares e, vice-versa, denominações semelhantes oferecem conteúdos nem sempre idênticos. Tais denominações constituem, além disso, sua carta de apresentação social e acadêmica. (FRAGO, 2008, p. 204).

Assim, diante de tais apontamentos, apresentamos, no quadro 5, as denominações concedidas a disciplina História ofertada no Atheneu Sergipense.

Quadro 5 - Nomenclaturas da disciplina História no Atheneu Sergipense entre os anos de 1871 e 1890

| Ano | Disciplina |
|-----------|--|
| 1871-1874 | Geografia e História |
| 1874-1877 | História Universal Principalmente do Brasil |
| 1877-1882 | História Antiga, Média, Moderna e do Brasil |
| 1882-1890 | História Universal e História Especial do Brasil |
| 1890 | História Geral |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em Alves (2005).

As informações apresentadas no quadro 5 evidenciam que as constantes mudanças na nomenclatura dessa cadeira ocorreram em curtos espaços de tempo. Com exceção da quarta, que ocorreu no ano de 1882 quando a disciplina passou a se chamar *História Universal e História Especial do Brasil* e permaneceu com esse nome até 1890, quando o mesmo foi alterado para *História Geral*.

Outro fato que nos chama a atenção, diante das alterações da nomenclatura da cadeira de História efetuadas entre os anos de 1871 a 1890, o nome Brasil aparece em todas as trocas realizadas ainda durante o Império, possivelmente como forma de enfatizar o ensino da História do país naquele momento.

No entanto, na última modificação ocorrida dentro do período aqui abordado, notamos que pouco tempo depois do fim do Império, em 15 de novembro de 1889, o nome da disciplina passou a ser de

História Geral apenas um ano após a mudança do regime, em 1890. Seria mera coincidência ou o ensino de História estava realmente direcionado ao atendimento dos propósitos republicanos? Chervel (1990) afirma que

O ensino escolar é essa parte da disciplina que põe em ação as finalidades impostas à escola, e provoca a aculturação conveniente. A descrição de uma disciplina não deveria então se limitar à apresentação dos conteúdos de ensino, os quais são apenas meios utilizados para alcançar um fim. (CHERVEL, 1990, p. 192).

Com base nas palavras do autor citado, inferimos que, na instrução escolar as finalidades impostas por parte daqueles que detém o poder estão sempre presentes no ambiente da instituição de ensino, por mais que não possam ser percebidas. Segundo esse mesmo autor, o processo de “aculturação” que ocorre no ambiente da escola é praticado de várias maneiras.

Os horários das aulas de História, assim como os das outras disciplinas ofertadas no Atheneu Sergipense entre os anos de 1875 e 1890, eram elaborados a partir das reuniões da congregação de professores da instituição, que geralmente ocorriam no início de cada ano, no mês de fevereiro.

As aulas das disciplinas ofertadas no Atheneu Sergipense geralmente possuíam a duração de uma hora. Para a instrução de cada área, no entanto, em alguns momentos esse tempo chegou a ser de uma hora e meia, como verificado no ano de 1877, quando a cadeira de História esteve de fevereiro a maio daquele ano funcionando das

11h:00min da manhã às 12h:30min da tarde.

Através da análise do primeiro Livro de Atas da instituição, observamos que de 1877 a 1890 esse fato ocorreu apenas uma vez com a cadeira de História. Nos demais anos, a instrução dessa área do conhecimento possuiu sempre a extensão de uma hora, sofrendo variações em diferentes anos nos horários de início e término de cada aula.

No quadro 6, apresentamos, conforme registrado no primeiro Livro de Atas, a distribuição dos horários da disciplina História, no Atheneu Sergipense. Listamos apenas a organização referente aos anos entre 1877 e 1890 porque de 1871 a 1876 não encontramos, no referido documento, tal disposição, somente o tempo de duração dessas aulas.

Quadro 6 - Horário das aulas de História do Atheneu Sergipense, referente aos anos de 1877 a 1890

| ANO | HORÁRIO | ANO | HORÁRIO |
|------|----------------------|------|----------------------|
| 1877 | 13h30min às 14h30min | 1884 | 09h00min às 10h00min |
| 1878 | 13h00min às 14h00min | 1885 | 10h00min às 11h00min |
| 1879 | 13h00min às 14h00min | 1886 | 09h00min às 10h00min |
| 1880 | 13h00min às 14h00min | 1887 | 09h00min às 10h00min |
| 1881 | 13h00min às 14h00min | 1888 | 12h00min às 13h00min |
| 1882 | 12h00min às 13h00min | 1889 | 12h00min às 13h00min |
| 1883 | 09h00min às 10h00min | 1890 | 12h00min às 13h00min |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871 a 1916.

De acordo com a distribuição dos horários da disciplina His-

tória no ensino público secundário sergipano apresentada no quadro 6, podemos perceber que a duração das aulas dessa cadeira entre 1877 e 1890 não ultrapassou uma hora. No entanto, conforme o primeiro Livro de Atas, essa cadeira chegou a possuir duração de uma hora e meia entre os anos de 1873, quando ainda estava integrada a cadeira de Geografia, até o ano de 1876, quando já era independente.

Somente a partir de 1877 a cadeira de História passou a ter o seu tempo encurtado, muito provavelmente para ceder espaço a outras disciplinas consideradas mais importantes para época. Ao compararmos, por exemplo, esse tempo com o destinado à disciplina de Latim, que chegou a possuir uma carga horária de duas horas por aula, podemos perceber que o ensino de História não fazia parte do grupo das disciplinas mais requisitadas.

Latim, durante a primeira década de funcionamento do Atheneu Sergipense, era a única aula que funcionava com duas horas de duração. O mais recorrente era a duração de uma hora e meia, como nas aulas de Francês, Inglês, Português, Aritmética e Álgebra, ou de uma hora, como nas aulas de Português (1876 a 1880) e Geometria e Trigonometria. (ALVES, 2005, p. 128).

Por meio do quadro 6, podemos observar que de 1878 a 1881, a cadeira de História permaneceu com o mesmo ordenamento. Tal decisão era relatada no Livro de Atas, no qual a congregação deixava registrado, dentre outros assuntos, o desejo de permanecer adotando o mesmo horário do ano anterior. Em alguns casos existiram apenas pequenos ajustes, como pode ser visto nesse trecho referente ao ano de 1881.

Em seguida trataram-se do horario das aulas do Atheneu, a congregação aventou que devia seguirmos o mesmo horario do ano anterior, somente com, a alteração da hora da aula de inglez, que deve funcionar das 9 as 10 horas e meia [...] (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 1º de fevereiro de 1881).

Observamos, alicerçados nas informações do quadro 6, que em muitos casos, entre os anos de 1877 e 1890, a disciplina História funcionou no horário vespertino, mais precisamente durante nove dos quatorze anos registrados em ata pela congregação de professores. Apenas em cinco oportunidades essa disciplina foi ofertada no turno matutino, como visto nos anos de 1883, 1884, 1885, 1886 e 1887.

Nos anos entre 1886 e 1887, a disciplina História permaneceu com o mesmo horário de funcionamento. Fato este que se repetiu entre os anos de 1888 e 1890, como constatado na ata da reunião da congregação de professores do dia 1º de fevereiro de 1890, quando foi discutida, além das escolhas dos compêndios a serem adotados naquele ano, a permanência do horário.

De acordo com Frago (2008), o tempo de aula de uma disciplina está diretamente ligado à importância que os seus conteúdos podem significar para sociedade na qual está inserida. A sua utilidade será responsável por determinar o seu lugar perante as demais disciplinas no processo educacional.

Mas o código disciplinar não consiste somente em conteúdos. Tanto ou mais importante é o discurso elaborado pelos componentes do campo disciplinar – discurso que nasce com a mesma

disciplina e que se constrói frente a outros similares – sobre o valor formativo e a utilidade acadêmica, profissional ou social de tais conteúdos. Ao fim e ao cabo, a importância da disciplina em questão e seu lugar na hierarquia das disciplinas – quer dizer, seu peso nos planos de estudo (número de horas que se lhes destinam e inclusive nas que se ensina) e a consideração acadêmica de quem as ministram – dependem de que tal discurso, em luta com outros, seja aceito ou não – e em que medida – mundo acadêmico e nos centros de decisão sobre o currículo prescrito. (FRAGO, 2008, p. 207).

Apesar de não possuir a mesma quantidade de horas aulas que algumas disciplinas, os assuntos relacionados aos conhecimentos Históricos, como os voltados à História do Brasil exigidos nos exames de preparatórios das faculdades de Direito e Medicina, possivelmente deram a cadeira de História do Atheneu Sergipense uma maior notoriedade, tendo em vista que desde o ano de 1874, o crescimento de matrículas para essa área do conhecimento foi visível a partir de relatórios expedidos pelos responsáveis da instrução pública da época.

Podemos perceber, em conformidade com o Decreto de número 30, que dispõe sobre o Regulamento da Instrução Pública de Sergipe, de 15 de março de 1890, o possível direcionamento do ensino secundário sergipano, como visto na Secção II, do Artigo 186. “O ensino secundário no Estado de Sergipe compreenderá as materias preparatorias para os cursos superiores da República” (SERGIPE, 1890, n.p).

Assim, os ensinamentos relacionados à cadeira de História no

Atheneu Sergipense serviam essencialmente para que o alunado da época pudesse fazer os exames preparatórios, uma vez que estiveram principalmente direcionados ao atendimento da necessidade de obtenção de um conhecimento para o ingresso nos cursos superiores das principais faculdades do Império. Sobretudo aqueles das províncias da Bahia e de Pernambuco que, respectivamente, ofertavam os cursos de Medicina e Direito, o que tornou esses locais, por consequência, em pontos de atração dos estudantes sergipanos que queriam enveredar pelas carreiras médicas e jurídicas de Sergipe ou até mesmo de outros pontos do Brasil.

2. O ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DA CÁTEDRA⁸ DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Neste segundo capítulo apresentamos o desenvolvimento da profissão docente na segunda metade do século XIX e a ocupação desse cargo por diferentes profissionais formados em áreas distintas, mas que escolheram o magistério como uma de suas profissões entre os anos de 1875 e 1890.

É nossa intenção também, nesse segundo momento, elencarmos os primeiros profissionais responsáveis pelas aulas da cadeira de História no Atheneu Sergipense, trazendo suas formações acadêmicas e demais funções exercidas além do magistério, assim como a importância do lente de História na construção dos conhecimentos históricos naquele período.

2.1 O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DOCENTE EM SERGIPE ENTRE OS ANOS DE 1875-1890

Durante as primeiras décadas do século XIX, a educação brasileira continuava o desenvolvimento lento e gradual no sentido da organização e melhoria do ensino prestado. Em muitos casos, de acordo com Villela (2000), as aulas avulsas ainda eram ministradas pela figura do “mestre-escola”, que trabalhava de forma particular,

⁸ De acordo com Figueiredo (1899), Cátedra – f. cadeira de quem ensina; cadeira pontifícia.

atendendo em domicílio ou na sua própria residência os alunos em condições de pagar pelas aulas lecionadas por esses profissionais.

A partir dos anos 20 do século XIX, o Estado brasileiro iniciou um processo de intervenção em relação às questões direcionadas a educação. Nesse período, o magistério começou a passar por uma organização a fim de atender a alguns propósitos do Governo Imperial. “Mas é somente após a Lei Geral do Ensino de 1827, durante o Primeiro Império, que a intervenção estatal se efetivará quanto a organização docente” (VILLELA, 2000, p. 100).

Na província de Sergipe, conforme Freitas, I. (2003), o número de profissionais dedicados ao magistério foi crescendo na medida em que as necessidades decorrentes do aumento populacional iam exigindo um maior número deles na sociedade durante aquele período.

A profissão docente em Sergipe era vista como uma maneira de possuir uma pequena fonte de renda e um meio capaz de possibilitar a ascensão social, em virtude da importância que era dada ao exercício desse cargo. Esse fato pode ser percebido por meio do Relatório do Presidente da Província Antônio de Araújo d’Aragão Bulcão:

[...] Poucos são os professores que tem vocação para o magisterio: seguindo elles, em geral, a carreira, não como um sacerdocio, mas sim como meio de vida, desempenham mal os seus deveres, e é esta a razão porque alguns, embora bem preparados são máos Professores. Conheço que, como meio de vida, não offerece vantagens o emprego de Professor, mas tambem conheço que, apezar de ser pequeno o vencimento, muitos o querem porque a posição tem a importancia devida na sociedade [...] (SERGIPE, 1868, n.p).

As palavras do presidente da província, proferidas em 2 de março de 1868, representam não somente uma ideia particular sobre a figura do professor em Sergipe, mas um entendimento de parte da sociedade sobre o que estava por trás do exercício dessa profissão, considerada por Chervel (1990) o elemento mais importante no processo de ensino aprendizagem.

Diante da concepção do governante daquela época com relação à figura do professor, Souza (2016) assinala a ideia do quanto esse profissional era observado de perto por uma parcela da sociedade. A autora afirma que ser professor “[...] no século XIX significava estar disposto a outros olhares, a observadores e controladores de suas ações, de seus ensinamentos” (SOUZA, 2016, p. 79).

Durante boa parte daquele século, o Brasil continuava sendo um país basicamente agrário e com sérios problemas estruturais que refletiam diretamente em áreas essenciais para o desenvolvimento da nação, a exemplo da educação. O reflexo desse problema pode ser nitidamente compreendido quando percebemos que, conforme Souza (2012), a maioria da população brasileira era excluída do processo educacional.

De acordo com Botelho (2005), na medida em que avançava o século XIX, o percentual de escravos na província de Sergipe diminuía. No último censo realizado durante o Império em 1872, os números giravam em torno de 11% e 15% para uma população total de habitantes, estimada em 176.650 habitantes.

A apresentação de tais números referentes à população de Sergipe do início da década de 1870 servem para demonstrar que mesmo diante dos esforços dos governantes locais em tentar implementar o ensino secundário, a quantidade de alunos cursando esse tipo de

ensino continuava muito pequena quando comparado ao total da população registrada naquele momento.

Em conformidade com os números apresentados na figura 4, de que representa parte do relatório com o qual o Presidente Dr. João Ferreira de Araújo Pinho abriu os trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1º de março de 1876, evidenciamos o pequeno número de alunos matriculados no ensino secundário Sergipano naquele momento.

| NÚMEROS | LOCALIDADES | MATERIAS | Nomes dos professores | CATEGORIAS | MATRICULADOS | | OBSERVAÇÕES |
|---------|-------------|-----------------------|---------------------------------|------------|--------------|----------|---|
| | | | | | LA | PRESENÇA | |
| 1 | Capital | Latim | Antonio Diniz Barreto | Vitalicio | 38 | 38 | Estas cadeiras constituem o Alhoem Sergipense. |
| 2 | » | Grammatica nacional | Dr. Justiniano do Mello e Silva | » | 62 | 62 | |
| 3 | » | Francez | Geminiano Paes d'Azovêdo | » | 61 | 61 | |
| 4 | » | Ingloz | Dr. Ascendino Angelo dos Reis | » | 24 | 24 | |
| 5 | » | Arithmetica e algebra | Vito Augusto Souto d'Andrade | » | 66 | 66 | |
| 6 | » | Geometria | Dr. Pedro Pereira d'Andrada | » | 30 | 29 | |
| 7 | » | Geographia | Raphael Archanio de M. Mattos | » | 30 | 24 | |
| 8 | » | Historia | Dr. José João d'Araujo Lima | » | 22 | 20 | |
| 9 | » | Philosophia | Dr. Sancho do Barros Pimentel | » | 19 | 12 | |
| 10 | » | Rhetorica | Brielo Cardoso | » | 11 | 11 | |
| 11 | Estancia | Latim | José Leandro Pinto da Costa | » | 20 | 20 | Estas cadeiras são regidas por um só professor. |
| | | Francez | | | 17 | 17 | |
| 12 | Laranjeiras | Latim | Padre Antonio do Souza Mercury | » | 20 | 20 | |
| | | | | | 468 | 433 | |

Secretaria da Directoria Geral da Instrução Publica do Sergipe, em 31 de Janeiro de 1876. — O Official-Maior, Severiano Cardoso.

Figura 4 – Parte do Relatório contendo o mapa da frequência e do quantitativo de alunos matriculados no ensino secundário sergipano no ano de 1875

Fonte: Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>> Acesso em: 26 jun. 2017.

O mapa contendo as informações referentes ao total de alunos matriculados e a frequência destes no ensino secundário Sergipano,

apesar de ter sido apresentado na Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1876, tem como base o ano anterior, 1875. O referido documento também expõe os nomes dos professores responsáveis por cada uma das aulas tanto no Atheneu Sergipense, quanto nas cidades do interior.

Além disso, torna-se perceptível que grande parte das aulas e das disciplinas disponibilizadas estava na capital – Aracaju –, onde do total de 433 alunos que frequentaram regularmente as aulas do ensino secundário em Sergipe, 376 encontravam-se naquela localidade, enquanto 57 estavam divididos entre as cidades de Estância, com 37 alunos e duas cadeiras, e Laranjeiras, com 20 alunos cursando as aulas de Latim.

Conforme Alves (2005), naquele cenário o papel do professor foi exercido em muitos casos por profissionais liberais geralmente formados pelas principais faculdades do Império em áreas distintas do magistério. No entanto, em algumas situações havia também a presença de religiosos à frente das aulas em instituições de ensino até então existentes.

Tais profissionais eram, em sua maioria, ligados aos extratos sociais mais elevados da sociedade sergipana da segunda metade do século XIX, uma vez que boa parte deles era proveniente dos cursos de Humanidades que, nas palavras de Silva (2004), dentro do ensino secundário brasileiro possuía a seguinte finalidade:

É preciso ficar claro que ensino secundário (vinculado ao curso de humanidades ou não), era voltado para a formação de uma elite condutora da nação, destinado a garantir a conservação da posição social das classes dominantes, e para as-

censão social de pequena parcela dos provenientes das classes pouco abastadas. Seu objetivo era, portanto, selecionar e formar as elites. Assim, o Atheneu Sergipense e demais escolas de ensino secundário vão exercer um papel seletivo da elite sergipana, formando as gerações futuras destinadas ao comando do poder. (SILVA, 2004, p. 67).

A ausência de pessoas formadas especificamente para o exercício da docência durante aquele período do século XIX contribuiu diretamente para que a ocupação da profissão docente fosse realizada por profissionais de outras áreas, detentores de um considerado notório saber.

Esse fato é melhor esclarecido quando compreendemos que as primeiras escolas destinadas a formação de professores só começaram a funcionar, no Brasil, no final da primeira metade do século XIX, mas em outras províncias do Império e não em Sergipe, como atesta Villela (2000).

Os primeiros decretos de criação de escolas normais no Brasil remontam às décadas de 30 e 40 do século XIX como consequência das reformas previstas pelo Ato Adicional de 1834. A Proposta de formação de professores contida na lei Geral do Ensino de 1827 não tivera desdobramentos concretos, mas, a partir desse novo instrumento legal, cada província deveria se responsabilizar pela organização e administração de seus sistemas de ensino primário e secundário. [...] Podemos constatar, a partir de então, uma sequência de atos de criação dessas escolas em vários pontos do país: Província de Minas Gerais (1835), Rio de Janeiro (1835), Bahia (1836), São Paulo (1846) dentre os

primeiros. (VILLELA, 2000, p. 104).

As instituições de ensino com essa finalidade criadas no século XIX, de acordo com Freitas, A. (2003), inicialmente atendia a alunos somente do sexo masculino. Esse panorama só passou a ser modificado, segundo a autora, com a baixa procura a esse tipo de ensino por parte do público. O que fez com que, aos poucos, tais espaços fossem sendo ocupados pelas mulheres.

Na província de Sergipe, a primeira escola destinada à formação de professores iniciou o seu funcionamento apenas no ano de 1871, quando entrou em atividade, na cidade de Aracaju, o Atheneu Sergipense, o qual, conforme Alves (2005), ofertava os Cursos de Humanidades e o Normal, sendo este último destinado aos interessados em seguir a carreira do magistério.

O local era o único estabelecimento público de ensino secundário da província, naquele momento, que ofereceria a formação no magistério. Contudo, a incumbência da instrução aos alunos do Atheneu Sergipense continuou, durante um bom tempo, a cargo de médicos, advogados, engenheiros, delegados, juizes de paz, farmacêuticos, padres, dentre outros.

Inicialmente, os primeiros lentes a serem convidados a ingressarem no Atheneu Sergipense no ano de 1870 conseguiram acesso a instituição por meio de convite do Governo Provincial, como observado no capítulo 3, artigo 23, do Regulamento da Instrução Pública de 1870, que trata do ensino secundário em Sergipe.

No acto da promulgação do presente Regulamento, que crea o— Atheneu Sergipense—, poderá

ser o provimento das cadeiras que o consti-tuem feito pelo Governo, elegendo este as pessoas que mais aptas lhe pareçam para o fim que se pretende. Fora deste caso, as cadeiras que não forem providas, assim como as vagas que asilos se derem, só serão preenchidas na forma dos arts. 90, 97 o seguintes deste Regulamento. (SERGIPE, 1870, n.p).

Como sancionado no regulamento, além da prerrogativa do poder de nomeação exercido pelo presidente da província, somente apenas com base no disposto nos artigos 90 e 97 é que seria possível o ingresso de um lente no ensino público secundário. Tais artigos versavam sobre o provimento das vagas, feito somente a partir da realização de concurso público e a das regras para efetivação do mesmo.

Art. 90. Nenhuma cadeira publica do ensino primário ou secundário será provida sem o competente concurso.

Art. 97. O praso para o processo de habilitação e concurso das cadeiras do ensino secundário será de 60 dias, anunciado por editaes na imprensa da Capital e das províncias limítrofes. (SERGIPE, 1870, n.p).

O capítulo I do título III do Regulamento da Instrução Pública de 1870 trazia, em seu Artigo 79, os requisitos para o exercício da profissão docente no ensino público secundário de Sergipe. Os critérios a serem atendidos foram dispostos na seguinte ordem: Maioridade Legal, Moralidade e Capacidade profissional.

As exigências apresentadas deveriam ser criteriosamente atendidas e certificadas mediante o documento de batismo, folha cor-

rida dos últimos três anos, com atestado comprobatório referendado pelo pároco da comunidade onde residiu o candidato. Sendo necessária, ainda, a comprovação da veracidade por parte da câmara municipal e de autoridades judiciais desse local.

De acordo com Silva (2004), os ocupantes do magistério no Atheneu Sergipense faziam parte de uma nova geração de intelectuais da sociedade sergipana que, diferentemente dos seus antecessores da primeira metade do século XIX, a maioria possuía formação acadêmica.

Para Santos (2013), o exercício docente no ensino secundário sergipano funcionava como “um lugar de passagem”, uma profissão capaz de projetar o indivíduo em seu meio social a um posto que o diferenciava intelectualmente dos demais, profissão essa exercida, segundo ele, por uma “elite letrada”.

Seguindo as ideias apontadas pelos dois autores, percebemos que a ocupação das vagas destinadas a cadeira de História, no Atheneu Sergipense, entre os anos de 1871-1890, teve a presença de dois médicos e um juiz de paz, os quais, durante o período descrito, estiveram à frente dessas aulas em diferentes momentos.

O ensino de uma disciplina, como no caso a de História, possui importância significativa na formação social e cultural do aluno, uma vez que, por meio da sua instrução, podemos abordar conteúdos que ajudam na compreensão acerca dos diferentes domínios, do conhecimento, do pensamento e da arte. Por outro lado, os resultados desse processo, segundo Chervel (1990), dependem diretamente, na ordem estabelecida por este autor, da exposição dos conteúdos pelo professor e da forma como estes são colocados nos “manuais”.

Dos diversos componentes de uma disciplina escolar, o primeiro na ordem cronológica, senão na ordem de importância, é a exposição pelo professor ou pelo manual de um conteúdo de conhecimentos. É esse componente que chama prioritariamente a atenção, pois é ele que a distingue de todas as modalidades não escolares de aprendizagem, as da família ou da sociedade. (CHERVEL, 1990, p. 202).

Desse modo, o professor torna-se peça fundamental para o funcionamento do processo educativo. Suas interferências podem influenciar de forma direta e indireta os resultados obtidos, já que é dele a metodologia e a escolha dos conteúdos a serem aplicados em sala de aula.

Para Freitas (2006), em função das atividades atribuídas a esse profissional, o seu papel era a de “[...] figura central nas tarefas de instrução no curso secundário” (FREITAS, 2006, p. 100), pois dele dependia todo andamento e escolha das lições a serem proferidas em sala de aula com o auxílio dos compêndios.

Ao lado de instruir, educar, lecionar (aprender), é o verbo ensinar (enseigner) que o uso reteve como correspondente exato do termo disciplina. Ensinar (enseigner), é, etimologicamente, “fazer conhecer pelos sinais”. É fazer com que a disciplina se transforme, no ato pedagógico, em um conjunto signifiante que terá como valor representá-la, e por função torna-la assimilável. (CHERVEL, 1990, p. 192).

A profissão docente, em Sergipe, durante a segunda metade

do século XIX, foi exercida, de acordo com Santos (2013), principalmente por profissionais formados nos cursos de Direito e Medicina. Para o autor, “[...] junto das carreiras médicas e jurídicas, o ofício docente surge como uma das mais recorrentes” (SANTOS, 2013, p. 45).

Assim sendo, entendemos que a profissão docente em Sergipe, voltada ao ensino secundário da segunda metade do século XIX, possuiu em seus quadros um grupo de professores onde grande parte era oriunda das camadas sociais mais abastadas. Eram, ao mesmo tempo, considerados intelectuais e ocupantes de um cargo prestigiado naquela sociedade. Esse fato nos auxilia no entendimento acerca da passagem de dois médicos e de um juiz de paz, entre as décadas de 1870-1890, pela instrução da cadeira de História no Atheneu Sergipense.

2.2 OS LENTES RESPONSÁVEIS POR REGER A CADEIRA DE HISTÓRIA NO ATHENEU SERGIPENSE ENTRE OS ANOS DE 1875-1890

Ao longo das duas primeiras décadas de funcionamento, no Atheneu Sergipense, a cadeira de História foi lecionada por três diferentes nomes, sendo eles Raphael Archanjo de Moura Matos, Ascendino Ângelo dos Reis e José João de Araújo Lima, os quais, não por igual período, exerceram suas funções na instituição, de acordo com o primeiro livro de atas, entre os anos de 1871-1890.

Conforme constatado no mencionado documento, tais professores faziam parte de um grupo seletivo de docentes que eram reconhecidos no Atheneu Sergipense sobre as denominações de “Lente”

ou “Catedrático”. Esse fato é apresentado por Souza (2016) em seu estudo sobre os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe.

Os professores do Atheneu Sergipense pertenciam a duas categorias: Catedráticos e adjuntos. Os primeiros também eram conhecidos como lentes. Os segundos auxiliavam o ensino sob a direção do respectivo regente da cadeira, além de fazer substituições quando haviam cátedras vagas e impedimentos dos regentes. (SOUZA, 2016, p. 93).

Como já mencionado, a incumbência da instrução aos alunos do Atheneu Sergipense, inicialmente, ficou a cargo de médicos, advogados, engenheiros, delegados, juízes de paz, farmacêuticos, padres, entre outros, que, convidados por autoridades da província ou mesmo aprovados em concurso público, assumiram a função do magistério.

No quadro 7, elencamos os nomes dos primeiros profissionais e as disciplinas as quais esses homens ficaram encarregados de lecionar durante suas carreiras no ensino secundário. Conforme Alves (2005), todos tiveram efetivadas as suas nomeações a partir do disposto no artigo 23 do Regulamento de 24 de outubro de 1870.

Quadro 7 – Primeiros lentes do Atheneu Sergipense nomeados em 1870

| LENTE | AULAS |
|---------------------------------|--|
| Thomaz Diogo Leopoldo | Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos/Retórica e Poética |
| Antônio Diniz Barreto | Gramática e Tradução da Língua Latina |
| Germiniano Paes de Azevedo | Gramática e Tradução da Língua Francesa |
| Justiniano de Melo e Silva | Gramática e Tradução da Língua Inglesa |
| Tito Augusto Souto de Andrade | Aritmética, Álgebra e Geometria |
| Raphael Arcanjo de Moura Mattos | História e Geografia |
| Sancho de Barros Pimentel | Filosofia Racional e Moral |
| Ignácio de Souza Valadão | Pedagogia |

Fonte: ALVES, 2005, p. 45.

Para a cadeira de História no Atheneu Sergipense, de acordo com Teles (2009), o primeiro concurso direcionado ao provimento dessa área aconteceu no ano de 1875. Antes disso, ocorreu a nomeação do professor Raphael Arcanjo de Moura Mattos, no ano de 1870, o ingresso do lente Ascendino Ângelo dos Reis, por meio de concurso para a cadeira de Inglês, em 1873 e a nomeação de José João de Araújo Lima, no ano seguinte, 1874.

Os papéis referentes ao exame do professor Ascendino Ânge-

lo dos Reis, relativos ao concurso prestado para o preenchimento do cargo de docente da instituição no ano de 1873, foi noticiado por um dos jornais de circulação em Sergipe naquele tempo, o *Jornal do Aracaju* de 8 de fevereiro de 1873 que, dentre outras publicações, apresentava os atos oficiais do governo provincial. Como este periódico noticiou: “[...] Ao mesmo tempo, transmittindo os papeis relativos ao exame que acaba de prestar o acadêmico Ascendino Ângelo dos Reis, candidato a cadeira de inglez do Atheneu Sergipense a fim de emitir seu parecer” (JORNAL DO ARACAJU, 19 de fevereiro de 1873).

Nesse mesmo meio de comunicação, utilizado constantemente pelo governo provincial para tornar público seus atos administrativos, constatamos, também, o termo de nomeação de Ascendino Ângelo dos Reis ao cargo de professor efetivo da disciplina *Inglês* do Atheneu Sergipense. Conforme publicado pelo jornal: “Por acto de 12 do corrente, foi nomeado para reger effectivamente a cadeira de inglez do Atheneu Sergipense, depois do respectivo concurso, o cidadão Ascendino Angelo dos Reis” (JORNAL DO ARACAJU, 19 de fevereiro de 1873).

O ato descrito no periódico nos apresenta o nome da disciplina em que foi efetivado no cargo de professor o lente Ascendino Ângelo dos Reis, o qual, apesar de ter feito concurso para cadeira de inglês, esteve durante a sua passagem pelo Atheneu Sergipense também lecionando a disciplina História.

De acordo com Alves (2005), em alguns casos ocorriam as chamadas “mudanças de cadeiras”, que era quando outro professor assumia a disciplina deixada pelo titular sem a necessidade de prestar concurso. Podemos perceber melhor este caso por meio do livro de registros da instituição que corresponde aos anos de 1904 a 1940,

fonte esta localizada no CEMAS:

Registro do titulo do pharmaceutico Ulysses Vieira de Mello para reger a cadeira de historia do Atheneu Sergipense. O professor de desenho do Atheneu Sergipense, pharmaceutico Ulysses Vieira de Mello, passa a reger cadeira de historia especialmente do Brazil do mesmo estabelecimento, em virtude do acto n° 185 de 1° de maio de 1907, que o transferiu para esta cadeira. Palácio do Governo do Estado de Sergipe, 14 de maio de 1907 Guilerme de Souza Campos. (LIVRO DE REGISTROS DO ATHENEU SERGIPENSE, 1904-1940, n.p).

Apesar de não corresponder ao período dissertado, a presente citação nos oferece um direcionamento de como funcionava tal procedimento entre os lentes na referida instituição de ensino, posto que, normalmente, as alterações ocorridas no funcionamento do Atheneu Sergipense eram devidamente registradas.

Desde o início das atividades no referido estabelecimento de ensino em 1871 e até o ano de 1890, a cadeira de História contou com os seguintes nomes na composição do seu quadro docente: Raphael Archanjo de Moura Matos, Ascendino Ângelo dos Reis e José João de Araújo Lima.

Tais professores cursaram outras áreas do conhecimento, sendo que o primeiro deles não conseguimos identificar sua formação, mas os dois outros lentes foram médicos, graduados pela Faculdade de Medicina da Bahia. Dentre os mencionados nomes, apenas José João de Araújo Lima prestou concurso público para ocupar o cargo de professor de História do Atheneu Sergipense, como pode ser perce-

bido em notícia publicada no *Jornal do Aracaju*: “Acto official – Por acto de 30 de Agosto foram nomeados o Dr. Pedro Pereira de Andrada para reger a cadeira de Geometria do Atheneu Sergipense, e o Dr. José João de Araújo Lima para a de História do mesmo Atheneu” (JORNAL DO ARACAJU, 1º de setembro de 1875).

No decorrer dos anos, esses profissionais, além de proferirem os ensinamentos relacionados a História, estiveram também à frente do ensino de outras disciplinas, a exemplo do professor Ascendino Ângelo dos Reis que, de acordo com Silva (2017), enquanto fez parte da congregação do Atheneu Sergipense, migrou pelas aulas de Latim, Português e Inglês.

Esses protagonistas do ensino de História, no Atheneu Sergipense, exerceram destacadas funções na sociedade sergipana do final do século XIX, como o primeiro professor de História da instituição Raphael Archanjo de Moura Matos⁹, que após o encerramento da sua carreira docente, desempenhou os cargos de delegado de polícia e juiz de paz na cidade de Aracaju.

Entretanto, de acordo com o relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe no ano de 1868, verificamos que os conhecimentos do referido professor não estavam apenas restritos ao ensino de História e ao Atheneu Sergipense. Isto porque, nesse mesmo relatório é citada a sua remoção da cadeira de Francês da cidade de Estância para a cidade de Laranjeiras, ato celebrado pela Resolução Provincial n.º 801, de 27 de abril daquele ano.

⁹ Sobre o mencionado professor, não são muitas as informações encontradas a seu respeito antes e durante a sua vida docente no Atheneu Sergipense. No decurso dessa pesquisa, não conseguimos lograr êxito na busca por dados concretos que nos possibilitassem traçar um perfil do primeiro lente de História do Atheneu Sergipense.

Conseguimos perceber, a partir da análise do primeiro Livro de Atas, a assídua participação do lente nas reuniões da congregação onde, de acordo com os registros de 1871 a 1890, o mesmo esteve presente em 107 das 136 seções realizadas durante aquele período. Ademais, foi constatada a sua participação em comissões e à frente de bancas examinadoras para os preparatórios de História na instituição.

Outras informações encontradas a respeito do professor foram vistas na obra de Campos (1976) e dão conta apenas da sua simpatia pelo regime monárquico e da descrição de traços físicos como gordo e baixo. Os demais dados referentes ao professor pesquisado podem ser consultados nos estudos realizados por Alves (2005), os quais apresentam a profissão exercida por ele após o encerramento da carreira docente no Atheneu Sergipense em 1890.

Não conseguimos reunir elementos que evidenciassem a sua província de origem, filiação ou até mesmo o seu tipo de formação. Apenas algumas poucas notícias veiculadas em relatórios, edições do *Jornal do Aracaju* e no livro de Atas do Atheneu Sergipense dando conta de sua atividade docente no estabelecimento de ensino, a exemplo de nomeações para mesas examinadoras e mudança de horários.

Nos arquivos digitais da faculdade de Medicina da Bahia pesquisamos nas relações nominais todos os formandos desse curso e graduados entre os anos de 1812 a 1870. Porém, nenhum dado nos possibilitou ao menos descobrir qual a titulação do lente pesquisado.

Além da Faculdade de Medicina da Bahia, instituição responsável pela formação acadêmica dos dois outros professores, realizamos consultas no material disponibilizado pela Faculdade de Direito do Recife. Por meio das listas de bacharéis formados entre os anos

de 1828 e 1860, constatamos a ausência do nome de Raphael Arcanjo de Moura Mattos entre os graduados em Direito daquela instituição.

Todavia, existe a possibilidade de o nome do referido professor estar em listas de formandos da faculdade de Direito do Recife de anos anteriores ao ano de 1870, quando o mesmo já exercia a docência na cadeira de Francês das cidades de Estância e Laranjeiras em 1868.

Por outro lado, há também a hipótese de que esse professor não tenha frequentado essas faculdades e que tenha ingressado no ensino público secundário a partir das prerrogativas do notório saber que, segundo Nunes (2008), também eram utilizadas como forma de ingresso naquele período no magistério secundário.

O estudo a partir dessas duas faculdades se deu por dois motivos. O primeiro deles está relacionado à proximidade de suas sedes com a província de Sergipe e por serem elas ponto de atração dos interessados em cursar o ensino superior naquela época.

Em Sergipe, por exemplo, suprimiam-se os liceus porque os pais de família que estão no caso de melhor educar os filhos preferem manda-los estudar os preparatórios necessários para a matrícula dos cursos superiores de instrução nas vizinhas Províncias da Bahia e Pernambuco, onde tem de exhibir as provas de suas habilitações. (HAIDAR, 2008, p. 35).

O segundo motivo está diretamente ligado às condições para o acesso aos cursos de Medicina e Direito oferecidos por esses estabelecimentos de ensino, os quais, conforme Haidar (2008), exigiam em seus exames para o ingresso em suas aulas, dentre outros conhe-

cimentos, a habilitação em História do Brasil.

O que nos fez perceber que durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a maioria dos professores da cadeira de História do Atheneu Sergipense era, em muitos casos, formados em Direito ou Medicina. Tomamos como exemplo inicial os dois lentes dessa disciplina na instituição: os médicos Ascendino Ângelo dos Reis e José João de Araújo Lima.

Com base no primeiro Livro de Atas do Atheneu Sergipense, documento que conta boa parte dos primeiros 45 anos dessa instituição, e nos estudos realizados por Alves (2005), fizemos um levantamento dos professores dessa disciplina e de suas formações. O período pesquisado é referente aos anos entre 1871-1916, registrados na referida fonte.

Quadro 8 – Professores de História do Atheneu Sergipense entre os anos de 1871 e 1916

| PROFESSORES | FORMAÇÕES |
|--|-----------------------------------|
| Raphael Arcanjo de Moura Mattos 1871-1890 | ? |
| Ascendino Ângelo dos Reis 1874- 1877 | Medicina |
| José João de Araújo Lima 1874-1876 | Medicina |
| Narcizo da Silva Marques 1890-1892 | Medicina |
| Alfredo Passos Cabral 1911-1916 | Direito |
| Ulysses Vianna de Mello (1907) | Farmácia |
| Arthur Fortes (1916) | Curso secundário (Humanidades) |
| Luiz José da Costa Filho (1916) | Direito |

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em Alves (2005) e no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense.

A partir das informações elencadas no quadro 8, podemos perceber que dos oito professores pesquisados, apenas um não teve sua formação acadêmica revelada. Dos outros sete ocupantes da cadeira de História entre 1871 a 1916, três eram graduados em Medicina, dois em Direito, um em Farmácia e um outro possuía apenas o curso secundário em seu currículo.

Observamos, ainda, que os lentes Ascendino Ângelo dos Reis e José João de Araújo Lima ingressam na instituição no mesmo ano, em 1874. Porém, o primeiro tornou-se membro da instituição em 12 de fevereiro e o segundo pouco mais de dois meses depois, em 20 de abril. Nos casos dos professores Ulysses Viana de Melo, Arthur Fortes e Luiz José da Costa Filho, conseguimos identificar apenas o ano de ingresso de cada um deles no Atheneu Sergipense.

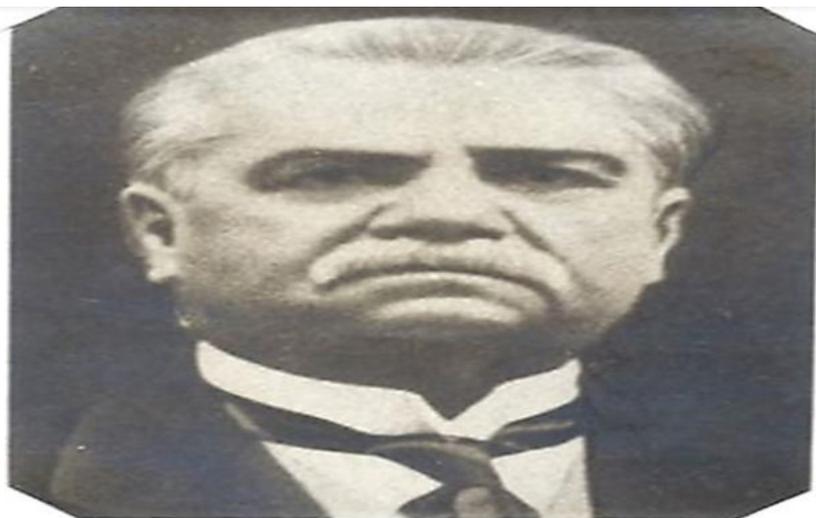


Figura 5 – O lente Ascendino Ângelo dos Reis (1852-1926)

Fonte: Disponível em: <<http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/07/062-sergipe-ascendino-angelo-dos-reis.html>> Acesso em: 26 maio 2017.

O segundo nome a compor o quadro de lentes da cadeira de História no Atheneu Sergipense foi o de Ascendino Ângelo dos Reis. Diferente do primeiro professor da disciplina, este ingressou na instituição por meio de concurso público prestado em 1873. Porém, conforme Silva (2017), não na condição de lente de História e, sim, da disciplina Inglês.

Nascido em 20 de abril de 1852, filho de João Francisco dos Reis e D. Rosa Florinda do Amor Divino, o sergipano¹⁰ natural de São Cristóvão seguiu os passos de muitos conterrâneos da província que tiveram a oportunidade de migrar para outros centros em busca da formação nas principais faculdades da região naquele momento.

No caso de Ascendino Ângelo dos Reis, este foi para a cidade de Salvador, onde ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia após sua aprovação nos exames preparatórios e formou-se médico no de 1874, como pode ser verificado na relação nominal de formandos em medicina dessa faculdade entre os anos de 1812-2008.

O “professor-médico”, como é chamado por Silva (2017), atuou como docente do Atheneu Sergipense, de acordo com as assinaturas registradas no primeiro livro de atas do estabelecimento, entre os anos de 1874 e 1885. Durante esse período, exerceu as funções do magistério à frente das disciplinas de Inglês, de 1874 a 1877, e História, de 1877 a 1885. “Ascendino Ângelo dos Reis permaneceu na cadeira de Língua Inglesa até julho de 1877, depois de participar da banca examinadora que aprovou Alfredo Montes para substituí-lo na cadeira de Língua Inglesa, quando se transferiu para disciplina de

10 De acordo com Guaraná (1925), Ascendino Ângelo dos Reis nasceu a 20 de abril de 1852 em São Cristóvão, então capital da província de Sergipe.

História” (SILVA, 2017, p. 111).

Possivelmente, o professor Ascendino Ângelo dos Reis assumiu a função de lente da disciplina História em 1877 em função da vacância do mesmo cargo após morte do titular da cadeira, o professor José João de Araújo Lima, ocorrida um ano antes, em 1876, na cidade de Aracaju.

Ao longo dos onze anos de magistério à frente das mencionadas cadeiras, o lente participou apenas de 52 das 108 reuniões da congregação de professores, ocorridas nesse ínterim. Isso nos demonstra uma frequência muito baixa de participações, principalmente quando comparamos com os números do primeiro professor de História, Raphael Arcanjo de Moura Mattos, que esteve presente em 107 dos 136 encontros.

A grande quantidade de faltas, 56 para ser mais preciso, provavelmente esteve relacionada ao tempo que o professor destinava ao desenvolvimento de outras atribuições na Província, pois, além da carreira docente no Atheneu Sergipense, consoante Guaraná (2005), exerceu, paralelamente, as funções de segundo tenente do corpo de Saúde, diretor do Parthenon¹¹ Sergipense, médico do corpo de polícia e do Asilo Nossa Senhora da Pureza, onde nesse último prestou serviços de forma voluntária.

Apesar de não ter sido um frequentador assíduo das reuniões entre seus pares, o lente Ascendino Ângelo dos Reis possuiu destacada participação na instituição como delegado especial dos exames de preparatórios, fazendo solicitações de compêndios, como já destaca-

¹¹ Colégio de instrução secundária particular, inaugurado em 2 de fevereiro de 1879 (CAMPOS, 1967). Se destacou como internato e passou a receber alunos abastados de vários pontos da Província (NUNES, 2008).

do, e participando de bancas examinadoras das disciplinas de Inglês e História.

Sua atuação como lente do Atheneu Sergipense, de acordo com o verificado no primeiro Livro de Atas da instituição, chegou ao fim em 1886, quando não encontramos mais indícios documentais de sua presença. “De fato, o professor-médico continuou em Sergipe até o ano de 1886, quando se transferiu para São Paulo” (SILVA, 2017, p. 112).

O terceiro professor de História a ingressar no quadro docente do Atheneu Sergipense, nos primeiros anos de funcionamento dessa disciplina, foi José João de Araújo Lima, o qual, a partir de 20 de abril de 1874, esteve lecionando as disciplinas de História e Filosofia, conforme aponta o primeiro Livro de Atas.

Apesar de constatarmos a assinatura do professor na data mencionada no referido documento, não foram localizadas evidências que apontassem a realização de um concurso para a cadeira de História no ano de 1874, haja vista que a mencionada disciplina tornou-se oficialmente cadeira independente no Atheneu Sergipense apenas em 1875.

Desse modo, ao que tudo indica, o lente José João de Araújo Lima, da mesma forma que o primeiro professor, Raphael Arcanjo de Moura Mattos, possivelmente foi mais um docente da cadeira de História no Atheneu Sergipense a ingressar na instituição por meio de nomeação do governo provincial.

Assim como Ascendino Ângelo dos Reis, José João de Araújo Lima possuiu formação acadêmica graduando-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1852. Ainda de acordo com o levantamento nominal de formandos em medicina da instituição, o médico

fez parte de uma turma de 36 alunos, graduados no mesmo ano.

O médico baiano, nascido em Salvador no ano de 1832, conforme Dória (2009), começou a sua vida em terras sergipanas quando foi promovido, na Bahia, a capitão e primeiro cirurgião-mor do exército, sendo transferido para Sergipe no mesmo ano, em 1860. Já em solo sergipano, reformou-se em 6 de dezembro de 1865.

Em seguida, dedicou-se a profissão da medicina, passando a clinicar em Aracaju, onde também começou a desenvolver atividades docentes. Já inserido na vida pública de Sergipe, foi eleito deputado provincial por dois biênios, exercendo tais mandatos, conforme Nunes (2006), entre os anos de 1864-1865 e três anos depois em 1868-1869.

No intervalo entre o primeiro e o segundo mandato como deputado provincial, foi nomeado, em 1866, inspetor geral das aulas públicas em Sergipe, fato que demonstra, além da sua proximidade com a atividade docente e a educação da província, a grande capacidade de inserir-se na sociedade local.

Em 1875, o mesmo professor participou do primeiro concurso para cadeira de História na instituição onde já lecionava a disciplina, porém, não de forma efetiva. Provavelmente o lente José João de Araújo Lima era uma figura muito querida em seu meio, pois ao saberem da notícia de sua aprovação, seus alunos organizaram uma passeata até a casa do referido professor, com direito ao som da banda de música da polícia como forma de homenagear o seu mestre.

O mencionado fato, assim como o nome de outro professor que também prestou o concurso, mas para outra disciplina, foi registrado na imprensa local por meio do *Jornal do Aracaju* de 1º de setembro de 1875, como pode ser visto a seguir:

Manifestação de apreço – Os estudantes do Atheneu Sergipense, impellidos por um só pensamento, - o de apreço e gratidão – reuniram-se na noite de 27 de agosto p. passado. tendo á frente a musica da companhia policial que, a seu pedido, lhes prestára o exm. snr. vice-presidente, e dirigiram-se á casa dos snrs. **dr. José João de Araújo Lima** e dr. Pedro Pereira de Andrada, para felicitá-los em consequência da satisfação que nutriam vendo que esses seus mestres continuariam na regencia das cadeiras que tão dedicadamente teem preenchido, uma vez que haviam exhibido satisfactoriamente as provas de suas habilitações no concurso publico que elles tambem testemunharam pela manhã. (JORNAL DO ARACAJU, 1º de setembro de 1875, grifo nosso).

No Atheneu Sergipense, José João de Araújo Lima, nomeado efetivo¹² em 30 de agosto de 1875, exerceu suas funções à frente da cadeira de História e buscou fazer adequações a fim de melhorar o funcionamento da disciplina e, principalmente, o atendimento ao alunado, o que pode ser percebido mediante a descrição da sessão do dia 1º de abril de 1864, registrada no primeiro livro de atas da instituição.

[...] Lida e aprovada a ata da sessão antecedente e não havendo expediente o Presidente deu a palavra aos senhores lentes que tiveram alguma proposta a apresentar, e usando da mesma o **Doutor Araujo Lima**, fez considerações acerca da necessidade de ser espaçada a hora de sua aula, para melhor aproveitamento dos respectivos alunos.

12 Acto official – Por acto de 30 de Agosto foram nomeados o Dr. Pedro Pereira de Andrada para reger a cadeira de Geometria do Atheneu Sergipense, e o Dr. José João de Araújo Lima para a de História do mesmo Atheneu (JORNAL DO ARACAJU, 1º de setembro de 1875).

Decidindo a congregação que fosse reformado o horário matutino por ser a aula de História, dirigida pelo mesmo Doutor, dada sempre que houver necessidade o acrescimento de mais meia hora isto é, das 11 horas as 12 ^{1/2} da tarde [...] (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, grifo nosso).

Porém, a carreira do professor de História do Atheneu Sergipense foi interrompida drasticamente de forma precoce, basicamente dois anos após a sua entrada no estabelecimento de ensino, quando o mesmo faleceu na cidade de Aracaju, em 22 de setembro de 1876, aos 44 anos de idade.

A morte do professor José João de Araújo Lima causou certa comoção entre alunos e colegas de trabalho na instituição, sendo inclusive solicitado em sessão extraordinária da congregação, por meio de ofício ao presidente da província, o luto pela morte do companheiro, como pode ser constatado na ata dessa reunião, ocorrida em 23 de setembro de 1876.

[...] O motivo da presente reunião era comunicar o falecimento, no dia anterior do lente da cadeira de História do Atheneu Sergipense, Doutor José João de Araújo Lima, e essa notícia foi para todos recebida com profunda magoa, deliberou-se em seguida por unanimidade de votos, que fosse consignado na ata do dia um voto de condolência pelo infausto passamento do digno Professor companheiro; e depois que se pedisse permissão ao governo da Província para suspenderem-se os trabalhos escolares do estabelecimento por espaço de três dias uteis, a contar do dia 23 deste. Finalmente foi deliberado que todos os membros

da congregação tomassem luto por sete dias. [...] (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 23 de setembro de 1876).

O presente relato nos indica o respeito e o reconhecimento adquirido pelo professor José João de Araújo Lima, perante seus pares, durante a passagem pelo Atheneu Sergipense. Uma vez que, além dos adjetivos dirigidos a figura do lente de História, foi solicitado pela congregação de professores da instituição um luto oficial de três dias em sua homenagem.

Assim, por ordem de entrada, apresentamos os três primeiros lentes da cadeira de História do Atheneu Sergipense perfazendo, desse modo, o período aqui compreendido que vai de 1875 a 1890. Durante essa fase, Raphael Arcanjo de Moura Mattos, Ascendino Ângelo dos Reis e José João de Araújo Lima revezaram-se na instrução da disciplina nessa instituição de ensino.

2.3 O PAPEL DO LENTE DE HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS HISTÓRICOS NO SÉCULO XIX

A organização do ensino público secundário de Sergipe, a partir do desenvolvimento do Atheneu Sergipense na década de 1870, possibilitou o ingresso de importantes personalidades da sociedade sergipana no campo do magistério.

Muitos foram os que não se dedicaram a esta ocu-

pação por longo tempo, ou que passaram à posteridade sob a identidade social do professor. O exercício da ocupação docente aparece como um lugar social de passagem, um espaço provisório de atuação, parte da formação para vida pública, elemento constituinte do habitus daquele grupo, posicionamento nos embates não só no campo educacional, mas também político. (SANTOS, 2013, p. 21).

De acordo com o mesmo autor, assumir a função docente em uma instituição de ensino como o Atheneu Sergipense era motivo de orgulho e prestígio naquela sociedade, pois, apesar de ser um estabelecimento público, o local era frequentado, na maioria dos casos, por pessoas de camadas sociais mais abastadas.

Sendo assim, boa parte da elite letrada sergipana via no Atheneu Sergipense, como aponta Santos, F. (2013), a oportunidade de demonstrar os seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, conseguir prestígio para assumir cargos de maiores relevâncias na Província, ou até mesmo em outras partes do Império.

Os critérios definidos pelo Regulamento da Instrução Pública de 1870 para a ocupação do cargo de professor do ensino secundário em Sergipe já afastavam, por si só, a possibilidade de alguma pessoa com pouca qualificação ou respeito na sociedade assumir o almejado posto. Mais que isso, inibia qualquer pretensão dos menos assistidos pelo poder público de ocupar a determinada função.

Se tomarmos como exemplo apenas os três professores da cadeira de História no Atheneu Sergipense, ocupantes desse cargo entre os anos de 1875 e 1890, teremos entre eles a presença de dois médicos. Isso nos indica uma possível origem desses lentes ligada aos

setores mais abastados da sociedade, de onde saía, conforme Nunes (2008), grande parte dos bacharéis, médicos e intelectuais daquele período.

De acordo com Bittencourt (2009), a disciplina História foi utilizada na segunda metade do século XIX, mais precisamente a partir da década de 1870, como um meio de difundir os ideais nacionalistas e o amor à pátria. Essa prática foi desenvolvida a partir das aulas dessa disciplina nos níveis de ensino que compreendiam desde as primeiras letras, até ensino secundário.

A disciplina escolar, para Chervel (1990, p. 177), “[...] é aquilo que se ensina e ponto final”. Desse modo, a disciplina História, naquele período, era uma das formas encontradas para difundir, com maior facilidade, os ideais considerados “civilizadores”.

O professor de História era, portanto, peça chave na obtenção dos resultados almejados durante aquela época. Para isso, foram empregados no Brasil alguns métodos facilitadores para a assimilação de conteúdo por parte dos alunos, a exemplo dos métodos mnemônicos que, consoante Bittencourt (2009), consistiam na capacidade de o aluno memorizar os conteúdos expostos pelo professor em Sala de aula. “Um método mnemônico muito difundido no ensino de História foi proposto pelo historiador francês Ernest Lavisse¹³, cuja obra didática serviu de modelo para confecção da produção pedagógica nacional” (BITTENCOURT, 2009, p. 69).

Ainda conforme a autora, o conhecimento histórico era medido pela capacidade que o aluno possuía em memorizar o maior número possível de informações referentes aos principais acontecimen-

¹³ Lavisse pretendia desenvolver a inteligência da criança por intermédio da capacidade da memorização, sendo esta construída ao se estabelecer a relação entre a palavra escrita e a imagem. (BITTENCOURT, 2009, p. 69).

tos e datas consideradas importantes, principalmente para a História nacional.

Desde que se compreenda em toda sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. (CHERVEL, 1990, p. 181).

Carvalho (1990) entende esse objetivo como uma das formas encontradas por parte dos republicanos para facilitar a mudança de regime, posteriormente implantado em 15 de novembro de 1889. Dessa maneira, tornar-se-ia mais fácil inculcar na população tais ideais como forma de conseguirem respaldo e sucesso com o movimento a partir do apoio das massas.

À vista disso, o papel do professor de História, em todos os níveis de educação no Brasil durante o Império, passava a ser moldado em conformidade com os conteúdos propostos nos compêndios. Para Chervel (1990), esses dois elementos, professor e manuais de conteúdo, eram determinantes para os resultados pretendidos no processo de ensino e aprendizagem.

A assimilação efetiva do curso, e a aculturação resultante constituem, de fato, uma garantia de que a palavra do professor foi entendida, e de que a disciplina realmente funcionou. No caso inverso, quando a corrente não passa, não se poderia

talvez falar de “disciplina”, quaisquer que sejam de resto os esforços do professor e dos alunos. (CHERVEL, 1990, p. 208).

Podemos perceber esse fato a partir da exposição do capítulo 5 do Estatuto do Atheneu Sergipense, o qual traz em seus artigos as atribuições dos seus professores na instituição, como pode ser visto no seguinte artigo: “Art. 20º Os professores darão lições orais seguindo as doutrinas e métodos determinados para o Atheneu” (NUNES, 2008, p. 306).

Desse modo, os professores da cadeira de História do Atheneu Sergipense, durante a segunda metade do Século XIX, estiveram contribuindo, de forma direta ou indireta, com a proposta educacional então desenvolvida, uma vez que a finalidade da disciplina já estava imposta por meio dos conteúdos encontrados nos manuais, esses necessários ao desdobramento das aulas naquele período.

Entretanto, compreendemos que o principal objetivo das aulas de História do Atheneu Sergipense, durante o período pesquisado nesse estudo, esteve relacionado à qualificação do seu alunado para os exames preparatórios, a fim de que esses tivessem acesso às principais faculdades do Império.

Para Chervel (1990), o papel desempenhado pelo professor é o que, de fato, determina os resultados e o sucesso de uma disciplina. Por essa razão, na ordem de importância estabelecida pelo autor, a figura do professor é a que vem em primeiro lugar, pois é a partir da exposição dos conteúdos feita por ele que se pode atingir os resultados de forma mais rápida e precisa.

3. OS COMPÊNDIOS DE HISTÓRIA ADOTADOS NO ATHENEU SERGIPENSE ENTRE OS ANOS DE 1871-1890

No terceiro capítulo deste livro apresentamos as principais características da forma de impressão e escrita dos manuais escolares durante a segunda metade do século XIX, tomando como base o compêndio *Lições de História do Brasil*, utilizado no Atheneu Sergipense, a fim de conhecermos o modo como eram produzidos os compêndios, os materiais utilizados em sua fabricação e as gráficas responsáveis por esse tipo de trabalho no Brasil.

Além disso, trazemos as razões que elevaram o Colégio de Pedro II à condição de local responsável por grande parte da escrita de compêndios de História do Brasil na segunda metade do século XIX, evidenciando o papel singular dessa instituição para o ensino secundário brasileiro. A partir do mencionado compêndio desenvolvido pelo professor Luís de Queirós Mattoso Maia, analisamos a forma como foram expostos os conhecimentos acerca da História pátria, com o intuito de compreendermos os possíveis direcionamentos políticos explícitos em sua leitura.

3.1 A PRODUÇÃO DE COMPÊNDIOS VOLTADOS AO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XIX

O livro existe para dar expressão literária aos valores culturais e ideológicos. Seu aspecto gráfico é o encontro da estética com a tecnologia disponível. Sua produção requer a disponibilidade de certos produtos industriais (que podem ser importados, feitos com matéria-prima importada ou fabricados inteiramente no país). Sua venda constitui um processo comercial condicionado por fatores geográficos, econômicos, educacionais, sociais e políticos. E o todo proporciona uma excelente medida do grau de dependência ou independência do país, tanto do ponto de vista espiritual como do material. (HALLEWELL, 2012, p. 31).

Para esse autor, o Brasil, em relação aos demais países da América latina, possuiu uma significativa produção de livros, intensificada a partir da segunda metade do século XIX, com o aumento do número de Tipografias para fabricação desses itens e o crescimento do número de livrarias para venda de tais produtos.

Ao longo daquele século, conforme destaca Hallewell (2012), além da capital do Império brasileiro, o Rio de Janeiro, outras províncias do país, como Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, desenvolveram uma relativa vida cultural, promovendo a fabricação desses impressos ou até mesmo os adquirindo por meio da compra junto a comerciantes, principalmente os oriundos da Europa.

Para o autor, os primeiros registros da produção oficial de livros escolares são percebidos a partir da chegada da Família Real ao Brasil em 1808, quando, pouco tempo depois, a Imprensa Régia passou a produzir esse tipo de escrito. No que diz respeito a títulos de obras que mencionem conhecimentos referentes à História, conforme

Hallewell (2012), essa atividade teve início no ano de 1817, quando foi produzido, no Brasil, *Corografia Brasileira, ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brasil*, do autor Manuel Aires de Cabral.

Paralelo aos primeiros esboços de uma produção voltada ao atendimento da classe estudantil em solo brasileiro, existiu, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, um comércio de livros direcionado ao uso em instituições de ensino. “Na rua dos Latoeiros n°12, uma loja vendia livros de medicina, cirurgia, história, literatura, artes, ciência e jurisprudência [...]” (HALLEWELL, 2012, p. 126).

Perante a venda de tais obras, nos chama a atenção, além daquelas possivelmente destinadas aos consagrados cursos de Medicina, Direito, do campo das artes, ciência e literatura, comuns a vida cultural das elites, a venda de compêndios de História. Isto porque, naquela década do século XIX, esta área do conhecimento não figurava como obrigatória para o ingresso aos cursos superiores do Império.

Contudo, em conformidade com Bittencourt (2004), foi partir do final da década de 1820 que a produção de compêndios começou a ganhar maior notoriedade, pois sua elaboração passou a ser destinada ao uso do ensino secundário e dos cursos de ensino superior das recém-criadas faculdades do Império.

Para Choppin (2002), os manuais possuem uma significativa importância por serem detentores de um conjunto de ideias e valores implícitos em sua forma de escrita. Sua organização permite, ainda que de forma indireta, uma aculturação por meio da transmissão dos saberes, principalmente direcionada ao público mais jovem.

O manual está, efetivamente, inscrito na realida-

de material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o “saber-ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. (CHOPPIN, 2001, p. 14).

De acordo com Bittencourt (2004), os primeiros escritores desse tipo de impresso faziam parte de uma elite cultural ligada ao poder, onde alguns dos que enveredaram pelo caminho da escrita chegaram, inclusive, a ocupar cargos políticos de relevante importância durante o Império. Esse primeiro grupo de autores passou a ter um maior número de representantes a partir da criação do Colégio de Pedro II, em 1837.

Desde a sua fundação, na primeira metade do século XIX, esse estabelecimento de ensino assumiu relevado papel de destaque para a educação secundária no Império, por ser ele o local de difusão do chamado “projeto civilizador” da sociedade brasileira, como demonstrou Toledo (2005).

Entretanto, para Bittencourt (2004), as primeiras produções de compêndios de História do Brasil registradas no ano de 1840 são atribuídas a Escola Militar do Rio de Janeiro. “A Escola Militar foi, então, o lugar institucional responsável pelo aparecimento dos primeiros compêndios dedicados ao ensino das disciplinas formadoras da ‘nacionalidade’, especialmente história e geografia.” (BITTENCOURT, 2004, p. 482).

Mas, foi a partir de outra instituição de ensino localizada na-

quela cidade que ocorreu um maior desenvolvimento da produção de compêndios voltados aos ensinamentos de História do Brasil, na segunda metade do século XIX, visto que foi do quadro docente do Colégio de Pedro II que importantes nomes da produção histórica brasileira passaram a disseminar suas obras.

Através dessa instituição oficial de ensino secundário, criaram, inicialmente, as condições necessárias para dar materialidade e forma ao nascente ensino de História no Brasil. Os escritos de seus professores, que se transformaram em compêndios, tornaram-se esforços pioneiros na tarefa de institucionalização da História como disciplina constituída de conteúdos úteis aos novos contornos sociais e legitimaram o saber escolar no Brasil com o fim de instruir as elites num saber histórico sobre as nações e a pátria. (TOLEDO, 2005, p. 39).

No entanto, para o ensino de História Geral, tornou-se necessária a incorporação dos planos de estudos brasileiros e o uso de obras estrangeiras, principalmente oriundas de países europeus como Inglaterra, Alemanha e França. Este último considerado, à época, o importante expositor de um modelo educacional desejado para o Brasil naquele período.

As primeiras obras didáticas de História geral adotadas no ensino secundário brasileiro eram, em sua maioria, originários da França ou Alemanha, países que, junto com a Inglaterra, passaram a produzir histórias universais a partir do final do século XVIII e durante todo o XIX. (MOREIRA, 2010, p. 34).

Com o alvorecer das décadas seguintes após sua inauguração, o Colégio de Pedro II ganhou destaque na criação, adaptação ou traduções de compêndios para a língua portuguesa, o que, de certo modo, conferiu a essa instituição de ensino um nível muito mais elevado que seus congêneres localizados nas demais províncias brasileiras.

Assim, a disciplina História começou a lançar as suas teias no ensino secundário brasileiro e contribuiu para a “aculturação” apontada por Chervel (1990), a partir da disseminação dos seus conteúdos por intermédio do Colégio de Pedro II que, na segunda metade do século XIX, tornou-se o *locus* da escrita histórica do Brasil.

Contudo, os escritores de compêndios ligados a essa instituição de ensino, principalmente voltados à escrita da História pátria, começaram a ganhar destaque a partir da década de 1860 quando, como descrito por Gasparello (2002), passou a ocorrer a “segunda fase” da escrita histórica que se voltou à construção dos ideais patrióticos norteados pelo pensamento da elite brasileira. Porém, antes do desenvolvimento dessa segunda fase, outros autores de compêndios com estilos e posicionamentos diferentes daqueles que seriam expostos por boa parte dos professores do Colégio de Pedro II tiveram seus compêndios utilizados na famosa instituição de ensino da Corte.

De acordo com Moreira (2010), nos anos de 1856, 1858 e 1862, ganhou destaque a obra adotada para os programas de ensino do Colégio de Pedro II escrita pelo militar pernambucano José Inácio de Abreu e Lima. Para Gasparello (2002), esse autor, assim como os demais escritores da primeira fase, desenvolveu uma escrita pautada pelo sentimento de viver em um país independente, mas com muitas incertezas relacionadas ao futuro político dessa nação.

Conforme Moreira (2010), a primeira edição da obra de José Inácio de Abreu e Lima foi publicada em 1843. Este autor fez parte do primeiro grupo de escritores com produções desenvolvidas para o ensino da História pátria. Ele teve como primeira produção o compêndio de *História do Brasil*, inicialmente produzido em dois volumes pela tipografia dos Irmãos Laemmert¹⁴, no Rio de Janeiro.

Gasparello (2002) destaca que, embora o mencionado escritor tenha produzido uma obra de grande alcance para o ensino secundário, principalmente por ela ter sido adotada pelo Colégio de Pedro II, as razões que possivelmente levaram o autor a constituir os seus escritos em nada se relacionaram com as necessidades de demanda dessa instituição, mas provavelmente por uma exposição de suas vivências e ideias relacionadas ao contexto social do seu tempo.

Com as figuras 6, 7 e 8, demonstramos partes do referido compêndio produzido na primeira metade do século XIX, em 1843, pelo militar pernambucano que ganhou destaque não só por suas produções ao longo daquele século, mas também por sua maneira de pensar a sociedade.

14 Firma criada no Brasil pelos irmãos Laemmert por volta do ano de 1877, com sede no Rio de Janeiro, “[...] na rua dos Latoeiros n° 88, com o nome de Souza Laemmert, vendedores de obras francesas modernas de filosofia, administração, artes, ciência, poesias” (WALLEWELL, 2012, p. 256).



Figura 6 – Capa do compêndio História do Brasil, escrito por José de Abreu e Lima no ano de 1843

Fonte: Disponível em: <http://www.institutoabreuelima.com.br/wp-content/uploads/2011/04/compendio_da_historia_do_Brasil.pdf> Acesso em: 29 ago. 2017.



Figura 7 – Folha de rosto do compêndio História do Brasil, escrito por José de Abreu e Lima no ano de 1843

Fonte: Disponível em: <http://www.institutoabreuelima.com.br/wp-content/uploads/2011/04/compendio_da_historia_do_Brasil.pdf> Acesso em: 29 ago. 2017.



Figura 8 – Retrato de Pedro Álvares Cabral contido no compêndio História do Brasil, escrito por José de Abreu e Lima no ano de 1843

Fonte: Disponível em: <http://www.institutoabreuelima.com.br/wp-content/uploads/2011/04/compendio_da_historia_do_Brasil.pdf> Acesso em: 29 ago. 2017.

Assim como em outros compêndios escritos naquele período e apresentados a seguir, essa obra possuiu características idênticas no que diz respeito aos materiais utilizados no emprego de sua confecção, pois tem uma capa grossa de cor escura, alguns “retratos” de personalidades históricas, a exemplo de Pedro Álvares Cabral, Cristóvão Colombo e do próprio Imperador D. Pedro II.

Ao todo, esse compêndio contém 377 páginas e é dividido em seis capítulos que, juntos, representam o Tomo I. Além desse primeiro, a obra possui o Tomo II, publicada também no ano de 1843. Diferente dos outros compêndios apresentados nesse estudo, a obra de Abreu e Lima possui em suas subdivisões a denominação de capítulos e não a de lição, como descrito nos demais compêndios verificados.

Conforme Choppin (2004), até o início do século XX, os li-

vros didáticos corresponderam a mais de 50% das publicações de livros no Brasil, o que nos faz entender a representatividade e importância desse tipo de impresso para as tipografias naquele período, principalmente no que diz respeito ao lucro gerado a partir de tais produções.

O Colégio de Pedro II, além de servir como referência, continuou, ao longo do século XIX, concentrando em seus quadros docentes a maioria dos escritores ou tradutores de compêndios utilizados no Brasil, sendo este estabelecimento de ensino o principal responsável pela escrita da História voltada aos espaços escolares.

O Colégio Pedro II representou o espaço estratégico onde ocorreu esse processo de disciplinarização da História – aqui, disciplinarização remetendo à construção científica da História, ou seja, ao lugar onde ocorreu o processo de produção de uma História escolar, ao serem criados espaços e tempos para o ensino da História de forma articulada à construção de uma história científica que, no caso brasileiro, tinha como locus privilegiado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde foi pensada e escrita a História articulada com a construção da identidade nacional. (SANTOS, 2009, p. 61-62).

Essa instituição possuiu em seu quadro docente, dentre outros importantes nomes, dois dos principais escritores de compêndios de História do Brasil: os professores catedráticos Joaquim Manuel de Macêdo¹⁵ e Luís de Queirós Mattoso Maia. Ambos são responsáveis

¹⁵ Professor do Colégio de Pedro II durante os anos entre 1849 e 1883, ocupou importantes cargos no IHGB, chegando inclusive a presidência da Instituição (MOREIRA, 2010).

pela escrita da História do Brasil a partir da década de 1860.

Conforme Moreira (2010), o professor Luís de Queirós Mattoso Maia, além de médico cirurgião, atuou durante muitos anos na instrução pública e recebeu a cátedra de Professor do Imperial Colégio de Pedro II, no ano de 1879, ao ser aprovado em concurso público na instituição com a tese *Progressos do Brasil no século XVIII até a chegada da Família Real*. Ainda segundo essa autora, o professor foi responsável por outra obra relacionada ao ensino de História. Trata-se do compêndio *Lições de História Universal*, escrito em 1887.

Estes dois autores tiveram participação direta no desenvolvimento da escrita Histórica do Brasil na segunda metade do século XIX e, possivelmente, suas obras foram utilizadas por boa parte dos Liceus brasileiros estabelecidos nas províncias. Isto porque, os escritos de ambos, conforme Moreira (2010), foram indicados pelos programas de estudo do Império a partir dos anos 70 daquele século.

O professor Joaquim Manuel de Macêdo, segundo Gasparello (2002), iniciou o segundo momento da escrita histórica brasileira ao lançar o compêndio *Lições de história do Brasil: para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*. Essa obra teve seu primeiro volume publicado em 1861 e o segundo em 1863. “Trata-se da primeira obra didática de História do Brasil a ter grande aceitação” (MOREIRA, 2010, p. 39).

O mencionado livro foi utilizado no ensino secundário brasileiro, de acordo com Bittencourt (2003), não só nas décadas finais do Império, como durante as primeiras décadas da República. Apresentamos, nas figuras 9 e 10, a capa e a folha de rosto de outro compêndio de *Lições de História do Brasil*, produzido pelo professor do Colégio de Pedro II e membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

(IHGB), Joaquim Manuel de Macedo, para uso das escolas primárias.

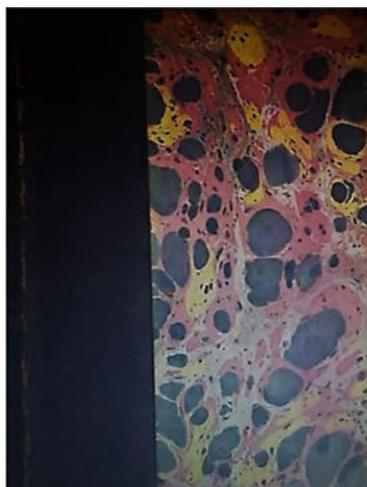


Figura 9 – Capa do Compêndio Lições de História do Brasil escrito pelo professor Joaquim Manuel de Macedo

Fonte: Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01065800>>
Acesso em: 29 ago. 2017.

Visualmente podemos perceber que a capa deste compêndio apresenta alguns tipos de pigmentos em sua parte frontal e tem material semelhante ao de muitos livros produzidos naquela época, contendo uma capa grossa, com o lado esquerdo representado por um tom mais escuro e coberto por material diferenciado do restante da capa.



Figura 10 – Folha de rosto do compêndio Lições de História do Brasil Para uso das Escolas de Instrução Primária do professor Joaquim Manuel de Macedo (1907)

Fonte: Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01065800>>
Acesso em: 29 ago. 2017.

Como pode ser percebido, a folha de rosto do compêndio *Lições de História do Brasil* possui informações referentes à obra, como o título, autor, edição e nome da pessoa responsável pela mesma, editora – que nesse caso foi a Garnier¹⁶ – local de impressão e o ano em que foi impressa. Como visto no canto inferior direito da folha representada na figura 10, este compêndio, como boa parte das impressões feitas por essa tipografia, conforme Hallewell (2012), foi produzido na França em função dos custos para esse tipo de serviço serem menores naquele país.

Este impresso contém 533 páginas e estão subdividas, ao in-

¹⁶ “Primeiro editor a envidar um verdadeiro esforço para atender às necessidades de livros escolares brasileiros e assumir um risco comercial por sua própria iniciativa” (HALLEWELL, 2012, p. 242).

vés de capítulos, em lições, que no total somam 61, sendo todas elas enumeradas em algarismos romanos. As mesmas remontam a História do Brasil desde o período colonial, até os primeiros governos civis da República. A obra foi organizada na seguinte sequência: texto sobre o assunto exposto, quadro sinóptico e questionário com perguntas em todas as lições. Por último, o compêndio conta com um índice descritivo de todo assunto abordado.

O Professor Joaquim Manuel de Macêdo, além de ter produzido *Lições de História do Brasil* para o ensino secundário e, posteriormente, para o ensino primário, foi também autor de vários outros livros. Chegou a publicar aproximadamente 65 títulos de variados gêneros textuais, como romances, comédias e compêndios destinados ao conhecimento histórico e geográfico do Brasil.

O destacado professor do Colégio de Pedro II foi o primeiro a desenvolver uma nova forma de produção histórica do Brasil direcionada especialmente para o uso dos jovens do colégio da Corte e, em seguida, utilizada por outras instituições de ensino. O compêndio *Lições de História do Brasil* foi a “[...] primeira obra didática de História do Brasil a ter grande aceitação” (MOREIRA, 2010, p. 39).

No caso específico de Sergipe, não conseguimos localizar nominalmente o registro dessa obra. No entanto, em várias passagens do primeiro Livro de Atas do Atheneu Sergipense, entre os anos de 1875 e 1890, a congregação de professores sinaliza que a instituição deve seguir os compêndios adotados pelos planos gerais de estudo do Império, os quais possuíam o Colégio de Pedro II como referência.

A obra foi escrita especialmente para os alunos do Colégio, de acordo com o plano de estudos es-

tabelecidos para a História do Brasil. Tal especificidade garantiu ao livro concessão de benefícios, como o apoio à impressão e prêmios por parte do governo. O prestígio por servir ao colégio de referência do Império, além de ser o autor professor do Pedro II e membro efetivo do IHGB, deu à obra as condições necessárias para seu sucesso. (MOREIRA, 2010, p. 39 - 40).

Isto posto, entendemos que o Colégio de Pedro II ocupou um espaço singular no que diz respeito à sua funcionalidade dentro do ensino secundário brasileiro, uma vez que, diferentemente dos seus congêneres, essa instituição abrigou, em seu corpo docente, grande parte dos escritores responsáveis pela produção da História do Brasil.

Por consequência, tal privilégio delegou a esse estabelecimento de ensino a responsabilidade direta, ou indireta, de criação de um conhecimento histórico utilizado não só em suas dependências, mas em vários outros ambientes destinados à finalidade da instrução escolar, entre eles, possivelmente o Atheneu Sergipense.

3.2 A MATERIALIDADE DO COMPÊNDIO LIÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL UTILIZADO NA INSTRUÇÃO DA DISCIPLINA HISTÓRIA NO ATHENEU SERGIPENSE

Na perspectiva de Chartier (1998), o historiador deve buscar reunir diferentes tipos de abordagens para que, a partir da junção desses elementos, tenha a possibilidade de encontrar os resultados esperados para os seus questionamentos e, com isso, conseguir, de certo modo, formular melhor suas ideias e conceitos a respeito da pesquisa.

O historiador deve poder vincular em um mesmo projeto o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos. O que quer dizer manejar ao mesmo tempo a crítica textual, a história do livro, e, mais além, do impresso ou do escrito, e a história do público e da recepção. (CHARTIER, 1998, p. 18).

Foi por meio deste pensamento do historiador francês que decidimos investigar a materialidade do compêndio *Lições de História do Brasil* como forma de entendermos melhor não só o processo que envolve a gênese desse importante tipo de impresso, mas a sua circulação e utilização a partir de instituições de ensino secundário na década de 1880.

Para Munakata (2012), entender a materialidade de um livro é conhecer todo o processo que o envolve, desde a cadeia produtiva por traz de sua criação ao próprio contexto social no qual este foi produzido. Para este autor, esse tipo de impresso carrega muito mais informações que os próprios conjuntos de ideias e valores de alguma forma já explícitos a partir dessas publicações.

Dessa maneira, ao pesquisarmos esse tipo de documento, temos a possibilidade de entender por quem e para quem foi produzido o livro *Lições de História do Brasil* durante o final do século XIX. Além disso, podemos conhecer, de forma minuciosa, características relacionadas a esse compêndio. “Aprender a materialidade é, antes, conhecer o processo de produção, circulação e consumo de livros, no interior do qual seus elementos, por exemplo, o tamanho da página, adquire inteligibilidade” (MUNAKATA, 2012, p. 184).

Escrito por outro importante nome do quadro docente do Co-

légio de Pedro II, o professor Luiz de Queirós Mattoso Maia, o compêndio *Lições de História do Brasil* foi produzido na última década do Império e ganhou destaque, segundo Moreira (2010), ao tornar-se a obra de referência para o ensino da disciplina História naquele período.

Entre 1882 e 1898, período que compreende a ruptura governamental entre Império e República, o compêndio de referência para a disciplina História do Brasil nos Programas de Ensino é o livro *Lições de História do Brasil* pelo Dr. Luiz de Queiroz Matoso Maia, ora indicado apenas por História do Brasil. (MOREIRA, 2010, p. 40).

Para a autora, essa obra teve sua primeira versão publicada no ano de 1880 pela tipografia Dias da Silva Junior¹⁷. Contudo, entre o mencionado ano e as décadas seguintes, somaram-se mais cinco edições, as quais foram publicadas por diferentes editoras, sendo que a sexta e última obra foi publicada em 1908.

Um manual é o produto de uma época, mas seu sucesso editorial, atestado pela sua longevidade e pelas suas numerosas reedições, o mais seguidamente sem modificações, e seu reemprego nas classes implica uma defasagem no tempo que pode ser considerável. É essencial ter em conta, visto que coexistem nas classes, na mesma época, reedições de obras respeitáveis e novidades. (CHOPPIN, 2002, p. 21).

17 Tipografia carioca responsável pela edição de algumas obras de destaque na segunda metade do século XIX, a exemplo da 4ª edição de *Memória de um Sargento de Milícias*, publicada em 1876 (www.bbm.usp.br/node/100).

Como destacado por Choppin (2002), o sucesso de uma obra, como foi a do compêndio *Lições de História do Brasil*, pode ser percebido a partir da grande quantidade de reimpressões pela qual passou esse escrito destinado as aulas do ensino secundário brasileiro.

Se, por um lado, não conseguimos identificar indicações do uso da obra de Joaquim Manuel de Macêdo nos documentos da instituição, tivemos êxito ao encontrarmos, no primeiro livro de atas, o registro do compêndio *Lições de História do Brasil*, escrito por Luís de Queirós Mattoso Maia.

Esse fato foi também noticiado por Alves (2005) em sua tese doutoral, pois a autora descreveu o movimento da cadeira de História nessa instituição e apresentou os nomes dos escritores dos compêndios utilizados. “Quanto aos compêndios, são adotados no Atheneu Sergipense para cadeira de História Universal e do Brasil de 1892, os de Duveny e o de Mattoso Maia” (ALVES, 2005, p. 101).

Embora o uso desse compêndio esteja registrado em 1892, dois anos a mais que a delimitação do nosso marco temporal, acreditamos que, possivelmente, ele já vinha sendo utilizado no Atheneu Sergipense, visto que, como demonstrou Moreira (2010), esse compêndio foi referência para o ensino de História do Brasil e fazia parte das indicações dos programas de ensino da década de 1880.

Outro fato que fortalece nossa hipótese são os assuntos expostos nos pontos para o concurso da cadeira de História do ano de 1890, os quais apresentam muitas semelhanças com os conteúdos existentes na obra de Luís de Queirós Mattoso Maia que constam nos anexos desta pesquisa.

Além disso, os conteúdos desse compêndio eram os mesmos utilizados no programa de ensino para as aulas da disciplina História

no Colégio de Pedro II desde o ano de 1882, como destacado por Vechia e Lorenz (1998). Esse programa continuou sendo utilizado pelo mencionado estabelecimento de ensino pelo menos até o ano de 1898, como apontam os referidos autores.

A respeito dos pontos para o concurso da cadeira de História do Brasil de 1890, apresentamos, no quadro 9, os assuntos neles contidos, conforme o primeiro Livro de Atas do Atheneu Sergipense.

Quadro 9 – Pontos para o concurso da cadeira de História do Atheneu Sergipense (1890)

| |
|--|
| 1 – Christovão Colombo aportando as Lucarias e Pedro Cabral a Porto Seguro, encontram essas duas porções da América povoada por selvagens de caracteres physicos diferentes: donde provierão esses indivíduos, como se acharam no novo Continente ao tempo das descobertas e quaes as raças que pertenciam? |
| 2- Foram racionais as medidas empregadas por D. João II para colonisar o Brazil? Surtiram d’ellas o desejado effeito, a ordem, o progresso, a segurança, a prosperidade da colônia ou a embarcaram exigindo prompto remedio? |
| 3 – Que acção directa ou indirecta exerce a Companhia de Jesus nos negócios internos e externos da colônia portugueza e os meios de que se serviram os Jesuítas para tornarem-se uma potencia na terra conquistada aos primitivos habitantes? |
| 4 – As primeiras tentativas de mineração que influencia na sorte da lavoura colonial, sob o ponto de vista ethico e scientifico. O velho Caramuru concorreu para o engrandecimento da terra descoberta. Roberio Dias será um ente imaginário? E as Minas de Prata? |
| 5 - Quais as causas que determinaram a introdução africana na colônia portuguesa? Como instituiu-se nella a escravidão? Quaes os malles ella acarretou á Pátria? Donde partiram as primeiras ideas de redempção, quem as propagou no tempo do império e que attitude tomaram no ultimo decennio? |
| 6 – Os patriotas de 1822 proclamando a independência do Brazil e entregando a coroa imperial a D. Pedro I procederam corretamente, ou serviram de cegos instrumentos a ambição do filho de D. João VI? Que juízo se pode formar do grito do Ipyranga? O príncipe estrangeiro, que fundou o império, era sincero em relação aos negócios da corte portugueza e especialmente ao Brazil? |

| |
|---|
| 7 – Que juízo formar dos liberais de 1831, promotores da revolução de 7 de abril, provocando a abdicação e estabeleceu a regência provisória no império? Este acto 29 impolitico concoreria para o atraso da pátria brasileira, oppondo-se ás tendências do espírito americano? |
| 8 – Qual a política adotada por Pedro II desde 1840 á 1889? O seu reinado terá sido um reinado constitucional, ou o pacto fundamental brasileiro limitou-se a ser uma mera formula, predominando-se poder pessoal? Que papel o parlamentarismo desempenhou em meio século de reinado? |
| 9 - Qual o estado das finanças, das lettras, da insdustria, das artes do Brazil no segundo reinado? Que vantagens auferia a lavoura dos braços escravos? Quaes os efeitos immediatos da lei nº 335 de 13 de maio de 1888? A abolição teria concurrido para resolução de 15 de novembro de 1889? Quais as relações que esta revolução tem com o passado do Brazil? |

Fonte: Elaborado pelo autor com base no primeiro Livro de Atas do Atheneu Sergipense.

Ao verificarmos os nove pontos direcionados ao concurso para provimento da vaga de lente de História do Atheneu Sergipense no ano de 1890, constatamos que somente o último ponto na ordem crescente difere dos assuntos abordados pela obra de Mattoso Maia, tendo em vista que o referido compêndio não aborda os processos de Abolição e a Proclamação da República exigidos no nono ponto.

Por meio da exposição desse quadro, podemos ter uma ideia da forma como se apresentavam as questões aos candidatos a ocupar o cargo de professor da cadeira de História do Atheneu Sergipense. Ademais, percebemos que dos nove pontos elencados, oito deles faziam menção a eventos ocorridos desde o período colonial, até o primeiro e segundo reinado no Brasil. Sobre questões mais atuais para época, apenas o item nove.

Além disso, a apresentação de tais perguntas nos indica o tipo de resposta que a banca possivelmente poderia ter em suas mãos, uma

vez que, o tom crítico de algumas questões, a exemplo do item seis, forçava o candidato a expor suas ideias por meio desse viés. O que conferia aos examinadores, a partir das respostas, um conhecimento do direcionamento político do candidato.

Dessa forma, assim como os conteúdos do compêndio *Lições de História do Brasil*, os pontos para aquele concurso, exceção feita a questão de número nove, estavam relacionados aos mesmos assuntos contidos na obra de Luís de Queirós Mattoso Maia.

Conforme Freitas, A. (2003), desde a sua fundação em 1870, o Atheneu Sergipense buscou se equiparar ao Colégio de Pedro II, o que nos leva a hipótese de que não só o compêndio de Mattoso Maia, como outros produzidos e utilizados na escola da Corte, também foram usados na mais antiga instituição pública de ensino em funcionamento no estado de Sergipe. “Todos os regulamentos e transformações pelas quais passou esta instituição foram no sentido de equipará-la ao Colégio de Pedro II, que funcionava no Rio de Janeiro” (FREITAS, A., 2003, p. 32).

Apesar de localizarmos no primeiro Estatuto do Atheneu Sergipense, de 12 de janeiro de 1871, a indicação do compêndio de Salvador Correa, *História Universal*, como obra a ser utilizada na instituição a partir daquele ano, salientamos que de 1875 a 1890 não identificamos menção a essa obra no livro de Atas do Atheneu Sergipense, apenas indícios de um possível acompanhamento dos planos gerais de estudos do Império que, conforme Vechia e Lorenz (1998), possuíram como referências, durante o período dissertado, a obra de Joaquim Manuel de Macêdo e a de Luís de Queirós Mattoso Maia.

Possivelmente em função do atendimento aos planos gerais de estudos do Império, a congregação de professores do Atheneu

Sergipense solicitou, em reunião, a equiparação da instituição a tais planos. Esse fato foi registrado no primeiro Livro de Atas do Atheneu Sergipense (1871-1916), o qual traz descrito, em uma reunião da congregação ocorrida no ano de 1876, a vontade dos docentes daquele estabelecimento em seguirem o programa geral do ensino secundário em curso no Império, como transcrito a seguir:

[...] foi lembrada pelo doutor Andrada a necessidade de se distribuir por cada professor do Atheneu um exemplar do programa dos pontos relativos aos exames gerais de preparatórios e que foi por todos aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente declarou assim encerrada a sessão [...] (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 11 de agosto de 1876, n.p).

Desde a solicitação feita pelo professor e referendada pelos demais membros da congregação, passaram-se cerca de dois meses para que o pedido fosse atendido pelo governo provincial. Após isso, foi entregue na reunião do dia 10 de outubro do mesmo ano. Fato que pode representar o interesse das autoridades provinciais em atender uma solicitação a fim de melhorar a qualidade do ensino público secundário na província de Sergipe.

[...] O senhor presidente celebrou que o governo geral havia atendido ao pedido que foi da presidência que teria feito, sob reclamação da congregação, de alguns exemplares do novo programa dos exames gerais para serem distribuídos pelos lentes do Atheneu, e fez a distribuição dos que lhe foram para tal fim enviados com os senhores lentes presentes. **O Doutor Ascendino mencio-**

nou que se pedisse ao governo provincial um exemplar de cada uma das obras mencionadas no programa dos exames gerais, para serem utilizadas nas aulas do Atheneu, e tendo sido aceito o seu alvitre, determinou o Presidente se fizesse a requisição alludida. (LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE, 10 de novembro de 1876, n.p, grifo nosso).

Como vimos na presente citação, o lente Ascendino Ângelo dos Reis, professor da cadeira de História do Atheneu Sergipense, solicitou ao governo provincial, no penúltimo mês do ano de 1876, um exemplar dos compêndios utilizados pelos programas dos exames gerais que possuía o Colégio de Pedro II, como referência para sua elaboração.

Desse modo, entendemos que o Atheneu Sergipense esteve, ao menos a partir do ano de 1876, tentando seguir não só os planos gerais de estudos propostos pelo Império, bem como boa parte dos compêndios recomendados naquele período. Estes, conforme a leitura do primeiro livro de atas, receberam a autorização de compra por parte do então presidente da Província, João Pereira Araújo Pinho.

Outro ponto que reforça a nossa hipótese que o Compêndio *Lições de História do Brasil* foi utilizado no Atheneu Sergipense antes mesmo de 1892, é a própria necessidade de equiparação dos planos de estudos voltados ao bom desempenho dos estudantes sergipanos perante aos exames de preparatórios realizados naquele período.

Circunstância que, possivelmente, condicionou o Atheneu Sergipense ao atendimento dos manuais propostos pelo Império, uma vez que, a não utilização dos compêndios recomendados poderia in-

terferir diretamente nos resultados almejados pelos estudantes sergipanos. Portanto, com base nos indícios apresentados, entendemos que a obra escrita pelo professor do Colégio de Pedro II foi parte integrante das aulas de História do Brasil proferidas no Atheneu Sergipense, ainda na década de 1880.

Das seis edições do compêndio *Lições de História do Brasil*, escrita pelo professor do Colégio de Pedro II, Luís de Queirós Mattoso Maia, tivemos acesso a sua terceira edição produzida, conforme Hallewell (2012), pela principal tipografia de livros escolares do século XIX, a Garnier.

Segundo o autor, Baptiste Louis Garnier merece destaque não só por ter ajudado a construir o mercado de publicações no Brasil, mas por ele ter sido o primeiro a pagar direitos autorais aos escritores brasileiros. É ressaltado ainda que o francês radicado no Brasil costumava cumprir, de forma honesta, os contratos firmados, o que para Hallewell (2012) representou um avanço, principalmente quando comparado com outras tipografias daquele período.

A terceira edição deste compêndio, publicada em 1891 pela mencionada tipografia localizada no Rio de Janeiro, possui um fato curioso, pois em um único compêndio estão presentes duas obras distintas. A primeira parte é destinada a *Lições de História do Brasil*, com 396 páginas e, a segunda, à obra *Corografia e História do Brasil*, especialmente do estado da Bahia, escrita por Antônio Alexandre Borges dos Reis, com 284 laudas. Dessa maneira, a publicação possui, ao todo, o número expressivo de 680 páginas.

De acordo com Menezes (2011), boa parte dos compêndios publicados durante o século XIX no Brasil foi produzida no formato retrato, ou seja, onde nesse tipo de impressão a altura da página é

maior que a sua largura. No caso do compêndio *Lições de História do Brasil*, as dimensões de suas páginas são de 12 X 19 cm, o que o aproxima, segundo o autor, do formato francês, que possui 13,5 X 20,5 cm, muito utilizado no país durante aquela época.

O tamanho de um livro tem relação com o número de vezes em que a folha de impressão original foi dobrada para resultar no livro final, variando à medida que varia o tamanho da folha original, sendo os mais comuns: in-folio (cada folha de impressão é dobrada em duas, resultando em quatro páginas); in-quarto (cada folha é dobrada em quatro, resultando oito páginas de impressão); in-octavo (cada folha é dobrada em oito, resultando 16 páginas de impressão); in-doze (cada folha é dobrada em doze, resultando 24 páginas de impressão). Outros tamanhos podem ser obtidos a partir da combinação de diversos tamanhos menores. Essa nomenclatura, no entanto, é utilizada hoje apenas para identificar o número de páginas do caderno, não tendo a ver efetivamente com o tamanho do impresso. (MENEZES, 2011, p. 17).

Apresentamos, nas figuras 11, 12, 13 e 14, imagens referentes aos principais componentes da 3ª edição do compêndio *Lições de História do Brasil*, como forma de evidenciarmos algumas características e peculiaridades desse impresso utilizado no Atheneu Sergipense para instrução da mocidade durante as aulas do ensino público secundário.



Figura 11 – Capa da 3ª edição do Compêndio Lições de História do Brasil, escrito por Luís de Queirós Mattoso Maia (1891)
Fonte: Acervo do autor.

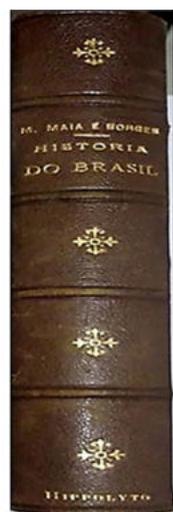


Figura 12 – Dorso da capa 3ª edição do Compêndio Lições de História do Brasil, escrito por Luís de Queirós Mattoso Maia (1891)
Fonte: Acervo do autor.



Figura 13 – Folhas de guarda da capa 3ª edição do Compêndio Lições de História do Brasil, escrito por Luís de Queirós Mattoso Maia (1891)
Fonte: Acervo do autor.

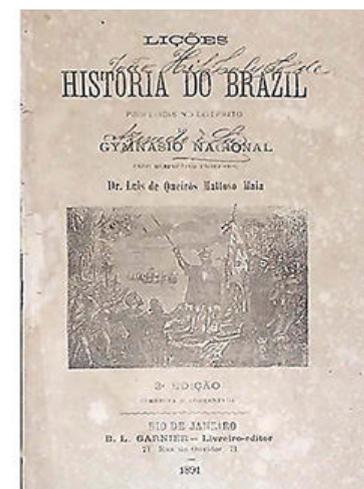


Figura 14 – Folha de rosto da capa 3ª edição do Compêndio Lições de História do Brasil, escrito por Luís de Queirós Mattoso Maia (1891)
Fonte: Acervo do autor.

Menezes (2011) destaca que foram usados alguns tipos de tamanhos e formatos de páginas para confecção de livros durante a segunda metade do século XIX. No caso do compêndio apresentado, foi empregado o método in-quarto que, segundo o autor, consiste em dobrar cada folha em quatro partes permitindo, assim, uma duplicação desse número com a impressão final de oito páginas.

Como apresentado na figura 11, esse compêndio conta com capa dura de tonalidades mescladas entre tons claros e escuros, possui sua parte esquerda frontal recoberta com um tipo de napa, suas folhas são coladas e costuradas, o que confere a esse impresso uma maior resistência e durabilidade.

O seu dorso, juntamente com a lombada, responsável pela estruturação e suporte das folhas, são revestidos com a mesma napa que inicia na parte esquerda frontal dessa obra e vai até a capa inferior. Nesta parte encontramos informações referentes ao autor, nesse caso, M. Maia e Borges, e o nome da tipografia responsável por sua produção, Hippolyto. Para Hallewell (2012), nos livros impressos por Hippolyte Garnier, todos os nomes e símbolos que aparecem neste componente estão grafados na cor dourada.

As folhas de guarda deste compêndio estão localizadas na parte interior das capas frontal e traseira, sendo representada por um tipo de papel mais rígido que o utilizado nas folhas convencionais. Esse elemento é exibido nessa obra, por meio de duas folhas mescladas com tons de vermelho, azul, preto, amarelo e creme, dispostos de forma coordenada, como apresentado na figura 13.

Na Folha de rosto, encontramos os elementos descritivos do compêndio, a exemplo do título da obra, seu autor, número da edição, local e ano de publicação, livreiro e editor responsável pela organiza-

ção e impressão. No caso de *Lições de História do Brasil*, encontramos uma ilustração que tenta reproduzir a chegada dos portugueses ao território brasileiro.

O livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude. É, igualmente, um instrumento pedagógico, na medida em que propõe métodos e técnicas de aprendizagem, que as instruções oficiais ou os prefácios não poderiam fornecer senão os objetivos ou os princípios orientadores. (CHOPPIN, 2002, p. 14).

No entanto, ao folhearmos essa obra, percebemos a ausência de ilustrações entre os conteúdos expostos, fato que também ocorre com a obra de Joaquim Manuel de Macêdo, apresentada nessa pesquisa. Conforme Moreira (2010), o desenvolvimento de ambas foi direcionado para o público estudantil, respectivamente do ensino secundário e primário, entre o final do século XIX e início do século XX.

Mas as finalidades de ensino não estão todas forçosamente inscritas nos textos. Assim, novos ensinamentos às vezes se introduzem nas classes sem serem explicitamente formulados. Além disso, pode-se perguntar se todas as finalidades inscritas nos textos são de fato finalidades reais. (CHERVEL, 1990, p. 189).

Dessa maneira, entendemos que mesmo sem a utilização de imagens que explicitassem determinadas concepções e pensamentos de uma parcela daquela sociedade, os textos produzidos por esses dois professores do Colégio de Pedro II possivelmente foram escritos em conformidade com certos preceitos, a fim de atingir determinados objetivos a partir do processo de aculturação descrito por Chervel (1990).

3.3 A DISPOSIÇÃO DOS CONTEÚDOS DO COMPÊNDIO LIÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL, ESCRITO POR LUÍS DE QUEIRÓS MATTOSO MAIA

Para Bittencourt (2009), o livro didático se diferencia de outras formas de impressos em função do seu uso, que desde a produção dos primeiros exemplares necessitou de uma intermediação por parte de um professor, a fim de que fossem feitos os acompanhamentos necessários dos conteúdos neles descritos.

Desse modo, esse importante instrumento de aprendizagem serviu como uma espécie de mecanismo de articulação onde, por intermédio da figura do docente, tornou-se capaz de alcançar as finalidades previamente pensadas durante o processo de sua criação. Esses dois elementos, juntos, lançaram na sociedade as finalidades explícitas por meio do discurso do professor e as finalidades implícitas nos conteúdos contidos nos manuais de ensino.

Em primeiro lugar, o livro de classe situa-se na articulação entre as prescrições impostas, abstratas e gerais dos programas oficiais - quando existem - e o discurso singular e concreto, mas por natu-

reza efêmero, de cada professor na sua classe. O manual constitui um testemunho escrito, portanto permanente, infinitamente mais elaborado, mais detalhado, mais rico que as instruções que supõe preparar. (CHOPPIN, 2002, p. 14).

Os manuais surgem, assim, com a finalidade de ampliar os conhecimentos e, ao mesmo tempo, de conseguir impor, perante a parcela da sociedade em que ele tem alcance, os modelos de estereótipos a serem seguidos, assim como os aspectos culturais e religiosos a serem cultuados por determinada sociedade.

Logo, a criação desse importante componente do processo de ensino aprendizagem pode ser entendida, conforme destacado por Choppin (2002), como um “canal de propagação das ideias”. Ou seja, um elo entre aqueles que detêm o poder e os que sofrem com as ações decorrentes dele.

Possivelmente, foi nesse sentido que o professor Luís de Queirós Mattoso Maia escreveu o compêndio *Lições de História do Brasil* para levar ao alcance dos seus alunos o conhecimento, transmitido até então na sala de aula, por meio das folhas impressas dos seus compêndios.

Essa obra, assim como a escrita por Joaquim Manuel de Macedo, foi dividida em lições e não em capítulos. Além disso, a produção de ambas esteve inicialmente direcionada ao atendimento das aulas do Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro, como destacou Moreira (2010). Por essa razão, o nome lições faz referência a uma sequência de aulas que, lidas por um professor, poderiam ser ministradas em outras instituições de ensino pelo país.

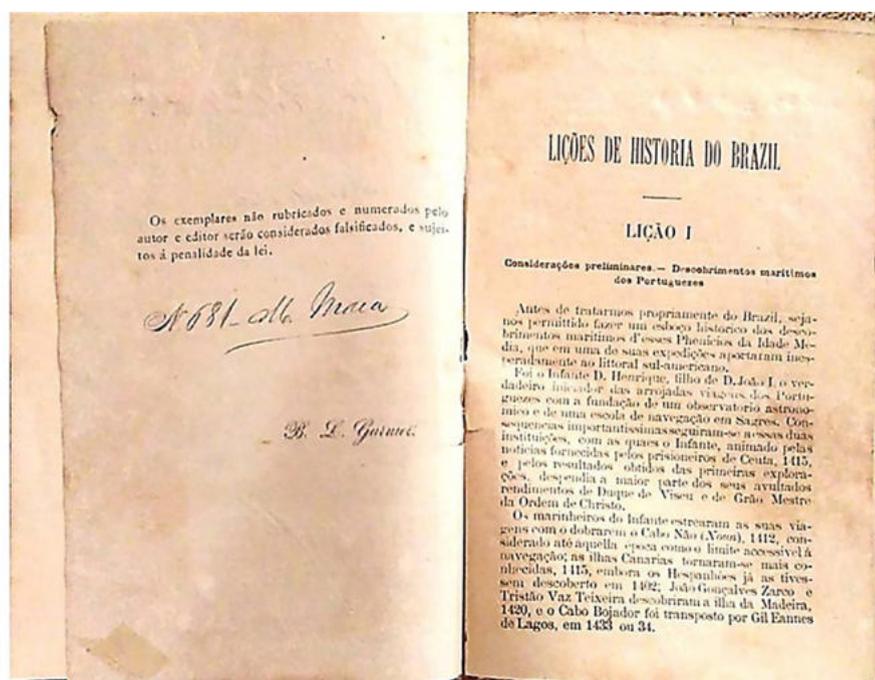


Figura 15 – Folha de autenticação da 3ª edição da obra Lições de História do Brasil e I lição do compêndio escrito por Luís de Queirós Mattoso Maia

Fonte: Acervo do autor.

Como apresentado na figura 15, a autenticidade desse compêndio está expressa por meio da assinatura do autor e editor dessa publicação na página anterior a primeira lição que, nesse caso, possui como número de ordem 681 e foi assinada por M. Maia e B. L. Garnier, respectivamente autor e editor desta obra.

Esse impresso possui 39 lições, enumeradas em algarismos romanos e, diferente da forma como foi organizada a obra de Joaquim Manuel de Macêdo, não possui quadros sinópticos e nem su-

gestões de exercícios após a apresentação dos assuntos. O que, de certo modo, conferia ao professor em sala uma maior necessidade de apropriação dos conteúdos, sendo que ele mesmo era o responsável pela produção de seus exercícios.

Os assuntos apresentados nessa obra obedecem a uma ordem cronológica dos fatos. Inicia com abordagens acerca das primeiras viagens marítimas feitas por navegadores europeus por algumas regiões do Atlântico e dá ênfase a viagem de Cristóvão Colombo em 1492, que culminou com a sua chegada à América.

De forma descritiva, o autor pontua com detalhes as negociações que antecederam a empreitada do navegador genovês, que antes do aceite dos reis Fernando e Isabel, ofereceu os seus serviços a outros monarcas da Europa. Em seguida, ele discorre sobre os descobrimientos marítimos dos portugueses, desde a chegada desse povo ao Brasil, as primeiras explorações em nosso território, princípio da administração lusa e demais acontecimentos decorrentes desse processo.

Por meio da leitura dessa obra, percebemos uma exaltação a colonização europeia na América, especialmente no Brasil, onde o autor destaca, com um relativo valor, a chegada dos portugueses a nossas terras. A partir de sua escrita, podemos verificar que o professor Luís de Queiroz Mattoso Maia realizou um estudo bibliográfico com base em escritos desenvolvidos por outros autores. Esse aspecto é demonstrado em alguns trechos da leitura e em algumas notas de rodapé expostas no decorrer de sua obra.

O que é certo é que Pedro Alvares Cabral, regressando da Índia, encontrou-se em Bezenéque,

perto da ilha de Goréa, junto ao Cabo Verde, em Maio ou Junho de 1501, com a primeira dessas expedições. **Antonio Galvão nos seus Descobrimientos Antigos e Modernos, concordando na parte substancial com a narração feita por Américo Vespucio**, diz que esses 3 navios, tendo partido de Lisbôa no mez de Maio de 1501, depois de refrescarem em Bezenégue, foram tomar terra no Brazil em 5° de latitude sul, e foram até 32° pouco mais ou menos, sempre seguindo a costa; d'ahi tomaram para S.

E. (para S. O. deveria dizer), e chegaram até 52° latitude sul, donde voltaram no mez de Abril por haver já lá muito frio e tormenta, tendo durado a viagem toda 15 mezes (a). (MAIA, 1891, p. 20, grifo nosso).

A seguir, enumeraremos alguns assuntos contidos na 3ª edição do compêndio *Lições de História do Brasil*, a fim de conhecermos melhor os conteúdos abordados e trabalhados em sala de aula sobre a regência do professor. Para Bittencourt (2009), o livro servia como uma espécie de parâmetro avaliativo das famílias em relação ao lente que, nesse caso, era julgado como bom ou mau professor baseado no maior número de lições do compêndio que conseguia ministrar até o final de cada ano letivo.

Lição I - Considerações preliminares - Descobrimientos marítimos dos portugueses; Lição II - Descobrimiento do Brasil; Lição III - Primeiras Explorações; Lição IV - Christovão Jacques e Martim Affonso de Souza; Lição V - Povos que habitavam o Brasil na época do seu descobrimento; Lição VI - Systema de colonização do Brazil empregado por D. João III – Capitánias hereditá-

rias; Lição VII - Estabelecimento de um Governo Geral no Brazil – Thomé de Souza, 1° Governador Geral, 1549 – 1553; Lição VIII - Segundo Governador Geral – D. Duarte da Costa, 1553 – 1558; Lição IX - Mem de Sá, 3° Governador Geral – 1558 – 1572; Lição X - Divisão do Brazil em dous Governos, e subsequente reunião em um só – Dominio hespanhol. – 1573-1581; Lição XI - Dominio da Hespanha: considerações geraes. – Estado em que se achava o Brazil em 1581; Lição XII - Governo interino da junta, 1581-1583. – Manoel Telles Barreto, 1583-1587. – Governo interino de uma 2° junta, 1587-1591. Lição XIII - D. Francisco de Souza, 1591 – 1602, e Diogo Botelho, 1602 – 1607; 7° e 8° Governadores Geraes. Lição XIV - D. Diogo de Menezes. – Nova divisão do Brazil em 2 Governos, e subsequente reunião em um só – 1° de janeiro de 1617. – Os Francezes no Maranhão. Lição XV - Primeira invasão dos Hollandezes: perda e restauração da cidade da Bahia – 1624-1625. (MAIA, 1891, p.397).

A citação expõe parte do índice da 3ª edição do compêndio *Lições de História do Brasil*. Com base nos conteúdos apresentados, podemos perceber que todos os temas abordados estão inseridos dentro da divisão dos fatos históricos relacionados ao Brasil no período Colonial. Período da nossa História que remonta os acontecimentos desde a chegada dos portugueses ao território brasileiro em 1500, até o retorno da Família Real portuguesa a Portugal em 1822.

Tais acontecimentos são descritos desde a lição de número um, até a lição de número trinta e dois, totalizando, assim, um quantitativo de 286 páginas diretamente relacionadas ao período apontado.

Ou seja, mais da metade do total de páginas desse compêndio, que possui 397 laudas, dão ênfase a colonização portuguesa em território brasileiro.

As outras 111 páginas que completam este compêndio perfazem os fatos históricos relacionados ao primeiro e segundo Império brasileiro. No entanto, apesar de ter sido produzido em 1891, os fatos descritos nesse impresso remontam apenas até o ano de 1870, quando é apresentada nessa obra a lição de número XXXIX, referente às guerras contra a República Oriental do Uruguai na década de 1860 e a Guerra contra o Paraguai encerrada em março de 1870.

Sendo assim, alguns importantes acontecimentos do final do século XIX, como o Movimento Abolicionista, a própria assinatura da Lei Aurea, que proibiu a escravidão no Brasil e deu “liberdade” aos escravizados em 13 de maio de 1888, a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, não aparecem descritos nas páginas dessa obra.

As lições possuem, em média, entre cinco e sete folhas escritas e são expostas por meio de uma narrativa que busca manter o leitor, no caso o aluno, informado dos acontecimentos históricos ocorridos no Brasil, a partir de elementos descritivos. A seguir, apresentaremos um trecho da lição de número V, *Povos que habitaram o Brasil na época do seu descobrimento*, como forma de exemplificarmos a maneira como eram exibidos os conteúdos.

A dous grandes grupos ethnographicos podemos reduzir as tribos de indios que habitavam o Brazil na época do seu descobrimento, a saber: 1º, raça pura ou primitiva; 2º, cruzamento d’esta, dando em resultado os tapuyas e os tupys. Com as hor-

das de origem tapuya e tupy foram logo os Portugueses relacionando-se durante o correr do século XVI; com os representantes de outra divisão ethnographica só mais se relacionaram. A raça, a que demos o nome de pura ou primitiva, que tem ainda o seu typo bem caracteristico no Guaycurú em Matto-Grosso, no Chavante em Goyas, e no Munducurú no Pará, representa um índio grande, escuro, abaúna (Ihe chama o muito illustrado Sr. Dr. Couto de Magalhães), côm de cobre tirando para o chocolate, estatura alta e corpulenta, cabellos pretos e duros, molar e orbitas salientes, olhos horizontaes, não acompanhando a obliquidade das sobrançelhas como na raça mongólica, quasi recto o ângulo do maxillar inferior, o diâmetro transverso entre os dous angulos posteriores do maxillar inferior igual ao diametro transverso do craneo de um ao outro parietal, caixa thoraxica ampla e bem desenvolvida, o calcaneo grosso, o tarso largo com um pé solido e bem feito. (MAIA, 1891, p. 40).

Como percebido nesta citação, o autor buscou apresentar os grupos indígenas existentes no Brasil durante o período da chegada dos portugueses a esse território, descrevendo, com riqueza de detalhes, os aspectos físicos do que ele chama de raça primitiva. A forma como são expostas as informações reproduz ligeiramente as características da exposição de uma aula por um professor, tendo em vista que a explicação produzida acerca do tema abordado é feita na primeira pessoa do plural.

Em outro trecho de uma das lições deste compêndio, fica ainda mais evidente essa forma de escrita semelhante a uma instrução por parte de um professor. Essa característica pode ser vista na lição

de número IX. “Vamos ocupar-nos na presente lição com a administração de Mem de Sá, cujos actos prendem mais agradavelmente a atenção do que o mal sucedido governo de D. Duarte da Costa” (MAIA, 1891, p. 86).

A escrita desse compêndio exclui informações relevantes para o entendimento do contexto que estava inserida a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, uma vez que não localizamos, a partir de sua leitura, dados referentes à estrutura da economia, a exemplo de informações relacionadas à exportação e importação de produtos, bem como fatos relativos à estrutura social daquela população.

Possivelmente, o posto ocupado por este autor no Colégio de Pedro II criou as possibilidades para que sua obra ganhasse destaque na década de 1880. Além disso, Mattoso Maia, ao elaborar o seu compêndio, adotou uma postura que provavelmente agradava os responsáveis pela educação no Império, tendo em vista que os seus posicionamentos em *Lições de História do Brasil* oferecem indícios para sua inclinação ao regime monárquico então vigente.

Para Choppin (2004), o livro didático pode exercer quatro diferentes funções: referencial; instrumental; ideológica e cultural, além da documental. Tais funções irão variar de acordo com as regras pré-estabelecidas por um conjunto de fatores existentes no ambiente sociocultural.

É de se destacar ainda que os livros escolares assumem, conjuntamente ou não, múltiplas funções: o estudo histórico mostra que os livros didáticos exercem quatro funções essenciais, que podem variar consideravelmente segundo o am-

biente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização. (CHOPPIN, 2004, p. 552-553).

O compêndio *Lições de História do Brasil*, escrito pelo professor do Colégio de Pedro II, Mattoso Maia, dentro da perspectiva estruturada por Choppin (2004), enquadra-se conforme suas características em duas das quatro funções discriminadas. Assim, ao efetuarmos as leituras do compêndio utilizado nas aulas de História do Atheneu Sergipense, identificamos, a partir dos aspectos expostos em sua escrita, elementos correspondentes à função referencial e a função ideológica e cultural.

1-Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo caso, ele constitui o suporte privilegiado de conteúdos educativos, o depositário de conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir as novas gerações. (CHOPPIN, 2004, p. 553).

No caso do compêndio estudado nessa seção, conforme Vechia e Lorenz (1998), o mesmo fazia parte dos programas de ensino do Colégio de Pedro II desde o ano de 1882, sendo este selecionado a partir do decreto de número 8.227 de 24 de agosto de 1881 e aprovado no ano seguinte por determinação do Ministério do Império em 23 de março de 1882.

A outra função, possivelmente exercida por meio desse compêndio, é a ideológica e cultural. Ela é descrita por Choppin (2004) como a mais antiga das funções e responsável, desde o século XIX, por transmitir, através do livro didático, os principais conceitos referentes à cultura, normas, língua e valores das classes dominantes.

Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Para o autor, esse importante instrumento de ensino pode ser capaz de doutrinar, por meio de seus conteúdos o público levado a fazer o seu uso por intermédio do professor no ambiente escolar. Segundo Choppin (2004), essa ação pode ser exercida de forma sistemática ou até mesmo de modo implícito sem, no entanto, perder a sua eficácia.

Dessa forma, o livro escolar é criado para atingir uma finalidade e é utilizado na escola para, por meio da exposição feita pelo professor, desenvolver o processo de aculturação descrito por Chervel (1990). Assim, o papel exercido por esses dois importantes componentes torna-se fundamental para que se alcance os resultados esperados em sala de aula.

Com base nas informações apresentadas neste capítulo, pude-

mos perceber como eram dispostos os conteúdos de História, o modo peculiar de produção e escrita de compêndios na segunda metade do século XIX, como também o papel de destaque do Colégio de Pedro II em meio a esse processo, a partir da destacada participação de alguns de seus professores na escrita de obras voltadas ao ensino secundário, a exemplo da obra *Lições de História do Brasil*, utilizado no Atheneu Sergipense e escrita pelo professor Luís de Queirós Mattoso Maia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo tivemos a possibilidade de conhecer, de forma mais detalhada, a trajetória da disciplina História no ensino secundário sergipano. Sobretudo, percebemos o seu desenvolvimento com base na cadeira de História do Atheneu Sergipense. Procuramos fazer essa análise fundamentados em duas constituintes da disciplina escolar apontadas por Chervel (1990): o professor e os manuais de conteúdo.

Assentados no marco temporal estabelecido para esse escrito, correspondente aos anos entre 1875 e 1890, pudemos ter acesso às primeiras décadas de funcionamento da cadeira de História do Atheneu Sergipense e, dessa forma, um conhecimento mais aprofundado acerca dos primeiros passos dessa disciplina naquela instituição.

Por intermédio dessa periodização, vimos que as regras para o ingresso a cadeira de História do Atheneu Sergipense foram formalizadas a partir da ocorrência de dois concursos públicos: o primeiro em 1875 e o segundo em 1890. Ambos os certames modificaram a forma de ingresso e, especialmente, de escolha do profissional responsável por dirigir os conhecimentos históricos na única instituição pública de ensino secundário da época.

Diante dos elementos apresentados com base nas fontes e de acordo com o referencial teórico utilizado, pudemos compreender as mudanças de horários e o tempo destinado a cada aula, além das várias trocas de nomenclatura pelas quais a cadeira de História passou ao longo dos anos pesquisados.

Ao analisarmos as características dessa disciplina no Atheneu

Sergipense, chegamos à conclusão de que a cadeira de História dessa instituição tinha como principal finalidade, durante o período aqui abordado, instruir o alunado da época, a fim de torná-lo apto para realização dos exames de preparatórios exigidos para o ingresso nas faculdades do Império.

Constatamos, durante esse estudo, que os três primeiros professores da cadeira de História do Atheneu Sergipense ingressaram na instituição por meio de convite do governo provincial ou mesmo através de concursos públicos. O primeiro nome, Rafael Arcanjo de Moura Mattos, foi convidado para assumir essa função em 1870, quando nomeado pelo governo provincial. O segundo, José João de Araújo Lima, ingressou, inicialmente, em 1874 por meio de convite, mas, posteriormente, em 1875, foi aprovado e efetivado no cargo após conseguir êxito no concurso para cadeira de História. Já o terceiro, Ascendino Ângelo dos Reis, integrou a instituição em 1874 através de sua aprovação em concurso para a cadeira de Inglês, passando este a ocupar, em 1876, a cadeira de História em decorrência da vacância do cargo com o falecimento do seu antecessor.

Como percebido, os três primeiros lentes da cadeira de História do Atheneu Sergipense tiveram diferentes trajetórias profissionais dentro daquela instituição, sendo o primeiro deles o que mais tempo permaneceu à frente do cargo. Contando entre idas e vindas também como professor de outras áreas, o mesmo esteve exercendo suas funções durante cerca de dezenove anos, até a sua aposentadoria no ano de 1890.

Vimos ainda que os três primeiros lentes da cadeira de História do Atheneu Sergipense fizeram parte de uma geração de intelectuais que dedicaram parte de suas vidas ao exercício do magistério

em Sergipe. Constatamos, diante do quadro de professores, uma predominância de profissionais ligados às carreiras médicas e jurídicas como responsáveis por suprirem as necessidades do espaço docente da cadeira de História.

Conforme destacado por Santos, F. (2013), essa “elite letrada” via no magistério uma oportunidade de se destacar socialmente, demonstrando as suas capacidades intelectuais a frente da instrução de aulas do ensino secundário, ao ponto de submeterem-se, a partir de 1875, as exigências e, sobretudo, as provas dos concursos instituídos a partir daquele ano para esta cadeira.

O grau de conhecimento dos primeiros representantes de *Clio*, no Atheneu Sergipense, pode ser evidenciado com base nos conhecimentos que esses profissionais possuíram além daqueles empregados no ensino da História, já que os três nomes foram responsáveis pelos saberes referentes a outras áreas do ensino durante suas passagens por aquela instituição.

Com base na apresentação dos conteúdos do compêndio *Lições de História do Brasil*, escrito pelo professor do colégio de Pedro II Luís de Queiróz Mattoso Maia, tivemos acesso ao tipo de material utilizado por ele como forma de auxílio em suas aulas durante a segunda metade do século XIX.

Apresentamos, também, algumas das características das produções de compêndios escolares da segunda metade do século XIX, como o tipo de impressão, o material utilizado, a editora responsável pela produção, além da disposição dos conteúdos contidos nesse instrumento de ensino e aprendizagem.

No caso do compêndio *Lições de História do Brasil*, utilizado naquele período na instrução do alunado, seus conteúdos apresenta-

vam conhecimentos históricos principalmente referentes ao período colonial. O seu uso esteve, possivelmente, ligado aos estudos direcionados aos exames de preparatórios e ao conseqüente conhecimento do passado histórico brasileiro.

A realização desse estudo nos fez entender alguns aspectos do funcionamento do ensino secundário sergipano a partir da movimentação da cadeira de História pelas instituições públicas criadas na província durante o século XIX. Seguindo o percurso dessa disciplina, passamos por instituições desde a criação do Liceu de São Cristóvão, em 1848, até a inauguração do Atheneu Sergipense, em 1871.

Vimos que, ao longo dessa jornada, o ensino de História desapareceu das aulas públicas secundárias em Sergipe durante pouco mais de uma década, entre os anos de 1860 e 1871, até receber suas primeiras matrículas no Atheneu Sergipense, local onde essa disciplina passou por algumas transformações no decorrer dos seus primeiros anos de funcionamento.

Por meio de dois dos constituintes apontadas por Chervel (1990), o professor e os manuais de conteúdo, apresentamos as características e a finalidade das aulas de História do Atheneu Sergipense para o alunado da época como forma de entendermos a importância dessa disciplina durante o período abordado.

Dessa forma, pesquisar a disciplina História em uma das mais tradicionais instituições de ensino público do estado em suas primeiras décadas de funcionamento nos possibilitou compreender a forma como se constituiu essa cadeira a partir de sua criação no Atheneu Sergipense. Acima de tudo, nos fez perceber a representatividade desse estabelecimento para o fortalecimento do progresso desse campo do saber em Sergipe.

REFERÊNCIAS

ALVES, André Luís Conceição. **A geografia e uma história**: a disciplina de geografia no Atheneu Sergipense entre os anos de 1870 e 1908. 2014. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

ALVES, Eva Maria Siqueira; SILVA, Waldinei Santos. A Arquitetura do Saber: o primeiro prédio do Atheneu Sergipense do século XIX. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, vol. 10, n. 22, p. 59-68, 2017.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: Uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908). 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: traços de uma história. Aracaju: ADGRAF Gráfica e Editora, 2005.

AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes (1848 – 1906)**: representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas Escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer (Org). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF/CDAPH, 2003, p. 9-38.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber histórico na sala de aula**: Livros didáticos entre textos e imagens. São Paulo: Contexto,

2001.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço nacional no Brasil do século XIX.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 7, n. 8, p. 67-83, 2005.

CALASANS, José. O ensino público em Aracaju: 1830-1871. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Aracaju**, n. 20, p. 96-120, 1951.

CALASANS, José. **Aracaju e outros temas sergipanos**. São Cristóvão: Editora UFS, IHGSE, 2013.

CAMPOS, Edilberto. **Crônicas da passagem do século, Estância e estancianos, Sergipe e sergipanos e outros**. 1 ed. Aracaju: A Estância, 1965.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora UNESP, 1998.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.

Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 11, p. 5-24, 2002.

CONCEIÇÃO, J. T. **Internar para educar: Colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. 2012. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

DÓRIA, Epifânio. **Efemérides Sergipanas**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade

Ltda., 2009.

DÓRIA, Esgragnolle. **Memória histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937**. Brasília: INEP, 1997.

FARIA, Joana Borges de. **O ensino de história no primeiro Gymnasio da Capital (1894 1931)**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte (1836 -1884)**. 2012. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FRAGO, A. Viñao. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n. 3, p. 174-208, 2008.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **‘Vestidas de azul e branco’: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão: FAP-SE, 2003.

FREITAS, Itamar. **Histórias do Ensino de História no Brasil (1890-1945)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

FREITAS, Itamar. A aposentadoria do professor provincial: Sergipe – 1834/1880. In: XVI ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 2003, Aracaju.

Anais do XVI Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste... São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-Graduação em Educação, 2003. Disponível em: <http://itamarfo.blogspot.com.br/2010/12/aposentadoria-do-professor-provincial_19.html> Acesso em: 12 nov. 2017.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de Identidade: os compêndios da história do Brasil Colégio Pedro II (1838-1920)**. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo:

Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Tentativas**. Rosario: Prohistoria, 2004.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/70121926/Dicionario-Biobibliografico-Armindo-Guarana>> Acesso em: 18 maio 2017.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua História**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

LAGES, Rita Cristina Lima. O ensino de francês em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX: os sujeitos escolares e a configuração de uma disciplina. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, p. 9-19, 2009.

LIMA, Aristela Arestides. **A instrução da mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855)**. 2005. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

MAIA, Luís de Queirós Mattoso. **Lições de História do Brasil: Proferidas no Internato do Gymnasio Nacional**. Rio de Janeiro: Livreiro editor B. L. Garnier, 1891.

MARTINS, Ritchie Soares Barbosa. **O ensino de história na escola normal de São Paulo (1880-1890)**. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MENEZES, Hermes Alves de. **Do ponto ao traço: projeto editorial e aprendizagem nos livros didáticos de História de Sergipe (1973-2007)**. 2011. 63 f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

MORAIS, Maday de Souza. **O ensino de história no liceu paraibano oitocentista (1839- 1886)**. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba,

João Pessoa, 2016.

MOREIRA, Kenia Hilda. **O ensino de história do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica**. 2011. 236 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara SP, 2011.

MOREIRA, Kenia Hilda. Livros Didáticos de História no Brasil do século XIX: Questões sobre autores e editores. **Educação e Fronteiras**, Dourados//MS, v. 3, n. 5, p. 31-44, 2010.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista brasileira de história de educação**, Campinas/SP, vol. 12, n. 3, v. 30, p. 179-197, 2012.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão, Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGE/UFES. 2003.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe provincial, II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. 2 ed. São Cristóvão: editora UFS; Aracaju: fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; TELES, Igor Pereira. Entre pleiteantes e julgadores: uma investigação dos Exames Gerais de Preparatórios. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 1, ano 1, p. 121-138, 2007.

PIROLA, André Luiz Bis. **Lutas, leis e livros: professores de história na história do ensino no Espírito Santo (1850 - 1950)**. 2013. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PORTO, Fernando de Figueiredo. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1991.

REIS, Aaron Sena Cerqueira. **Ensino de história no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: as ideias de Agostinho Marques Perdigão Malheiro**

Filho (1850) e Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1876). 2013. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

RODRIGUES, Cibele. **O Porvir, jornal literário e recreativo**: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874). 2016 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. **Por entre as memórias de uma instituição**: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense (1870-1926). 2012 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Ana Márcia Barbosa dos. **Sob a lente do discurso**: aspecto do ensino de Retórica e Poética no Atheneu. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar História no Colégio de Pedro II – a década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica**: a História e os Estudos Sociais. 2009. 29 f. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Elaine Maria. **Entre a tradição e a inovação**: professores e compêndios de inglês do século XIX. 2017. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Elite letrada e o ofício docente no século XIX**. 2013. 130 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, Fábio Alves. **Olhares de Clio sobre o universo educacional**: um estudo das monografias sobre educação do Departamento de História da UFS (1996-2002). São Cristóvão: FAP-SE, 2003.

SANTOS, Ivanildo Gomes do. **O saber histórico escolar no Liceu Alagoano**: o ensino de história do Brasil configurado nas teses do Cônego Valente.

2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

SANTOS, Marcus Éverson. **“Para instruir o espírito e melhorar o coração”**: compêndios escolares de filosofia racional e moral em Sergipe no século XIX. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, Maria Edna. **A Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875)**. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. **A Formação Intelectual da Elite Sergipana (1822- 1889)**. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SILVA, Waldinei Santos. **“Written in black and white” O ensino de língua inglesa no Atheneu Sergipense (1870 – 1877)**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SOUZA, Josefa Eliana. **O programa de instrução pública de Tavares Bastos (1861-1873)**: concepções a partir do modelo norte-americano. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SOUZA, Suely Cristina Silva. **“Habilitado” ou “inhabilitado”**: os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947). 2016. 398 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

TELES, Igor Pereira. **Concurso Para Professor do Atheneu Sergipense: O Provimento da Cadeira de História (1875-1910)**. 2009. 47 f. Monografia (Licenciado em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. **A disciplina de História no Pa-**

raná: os compêndios de História e a História ensinada (1876-1905). 2005. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

VECHIA, Ariclê, LORENZ, Karl Michael. (Org.). **Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951**. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

FONTES

BRASIL. Decreto nº 1.568, de 24 de Fevereiro de 1855. Approva o Regulamento complementar dos Estatutos das Faculdades de Direito do Imperio para a execução do § 3.º do Art. 21 do Decreto N.º 1. 386 de 28 de Abril de 1854. Rio de Janeiro, 1855. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1568-24-fevereiro-1855-558483-publicacaooriginal-79790-pe.html>> Acesso em: 28 abr. 2017

BRASIL. Decreto nº 1.387, de 28 de Abril de 1854. Dá novos Estatutos ás Escolas de Medicina. Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1387-28-abril-1854-590272-publicacaooriginal-115439-pe.html>> Acesso em: 28 abr. 2017

BRASIL. **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1838**, Rio de Janeiro, RJ, tomo 1, parte 2, secção 6, p. 61-96, jan. 1838.

Fala dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Sergipe pelo presidente Ferreira Souto, na abertura da Assembleia do dia 3 de maio de 1847. Typ. Provincial de Sergipe, 1847.

Fala dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Sergipe pelo presidente Jose Teixeira, na abertura da Assembleia do dia 3 de abril de 1848. Typ. Provincial de Sergipe, 1848.

Fala dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Sergipe pelo presidente Antônio de Araújo d' Aragão Bulcão, na abertura da Assembleia do dia 2 de março de 1868. Typ. Provincial de Sergipe, 1868.

Fala dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Sergipe pelo presidente Antônio Cândido da Cunha Leitão, na abertura da Assembleia do dia 14 de agosto de 1871. Typ. Provincial de Sergipe, 1871.

Fala dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Sergipe pelo vice-presidente José da Trindade Prado, na abertura da Assembleia do dia 17 de fevereiro de 1872. Typ. Provincial de Sergipe, 1872.

Fala dirigida a Assembleia Legislativa da Província de Sergipe pelo presidente Luís Alvares de Azevedo Macêdo, na abertura da Assembleia do dia 16 de junho

de 1872. Typ. Provincial de Sergipe, 1872.

FIGUEIREDO, Antonio Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Portugal: Livraria Tavares Cardoso & irmão, 1899. 2 v.

JORNAL DO ARACAJU. Aracaju: ano VI, 1º de set. 1875.

JORNAL DO ARACAJU. Aracaju: n. 359, 12 de mar. De 1873.

JORNAL DO ARACAJU. Aracaju: n. 357, 5 de mar. de 1873.

JORNAL DO ARACAJU. Aracaju: n. 353, 19 de fev. de 1873.

JORNAL DO ARACAJU. Aracaju: n. 260, 11 de abr. de 1872.

LACERDA, José Maria D'Almeida e Araujo Correia de. Dicionario da lingua portugueza: para uso dos portuguezes e brasileiros. Lisboa: F. A. da Silva, 1862. 2 v. em 1. Localização: Obras Gerais - I-322,7,7. Biblioteca Nacional.

Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916). Ref. 481FASS01 Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS).
Livro de Registros do Atheneu Sergipense (1904-1940). Ref. 159FASS01 Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS).

MAIA, Luís de Queirós Mattoso. **Lições de História do Brasil**: Proferidas no Internato do Gymnasio Nacional. Rio de Janeiro: Livreiro editor B. L. Garnier, 1891.

SERGIPE. Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 24 de outubro de 1870. Coleção de leis e resoluções da Assembleia Provincial de Sergipe, Aracaju, 1870.

SERGIPE. Decreto nº 30, de 15 de Março de 1890. Dá regulamento a instrução pública. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133880>> Acesso em 08 nov. 2017.

ANEXOS

**ANEXO A – Índice dos assuntos contidos na 3ª edição do
Compêndio Lições de
História do Brasil.**

Lição I - Considerações preliminares - Descobrimientos marítimos dos portugueses;

Lição II - Descobrimiento do Brasil;

Lição III - Primeiras Explorações;

Lição IV - Christovão Jacques e Martim Affonso de Souza;

Lição V - Povos que habitavam o Brasil na época do seu descobrimiento;

Lição VI - Systema de colonização do Brazil empregado por D. João III – Capitánias hereditárias;

Lição VII - Estabelecimento de um Governo Geral no Brazil – Thomé de Souza, 1º Governador Geral, 1549 – 1553;

Lição VIII - Segundo Governador Geral – D. Duarte da Costa, 1553 – 1558;

Lição IX - Mem de Sá, 3º Governador Geral – 1558 – 1572;

Lição X - Divisão do Brazil em dous Governos, e subsequente reunião em um só – Dominio hespanhol. – 1573-1581;

Lição XI - Dominio da Hespanha: considerações geraes. – Estado em que se achava o Brazil em 1581;

Lição XII - Governo interino da junta, 1581-1583. – Manoel Telles Barreto, 1583-1587. – Governo interino de uma 2º junta, 1587-1591.

Lição XIII - D. Francisco de Souza, 1591 – 1602, e Diogo Botelho, 1602 – 1607; 7º e 8º Governadores Geraes.

Lição XIV - D. Diogo de Menezes. – Nova divisão do Brazil em 2 Governos, e subsequente reunião em um só – 1º de janeiro de 1617. – Os Francezes no Maranhão.

Lição XV - Primeira invasão dos Hollandezes: perda e restauração da cidade da Bahia – 1624-1625.

Lição XVI - Segunda invasão dos Hollandezes, perda de Olinda e do Recife, histórico da guerra até a retirada de Mathias de Albuquerque. – 1630-1635;

Lição XVII - Segundo periodo da guerra hollandeza, desde a retirada de Mathias de Albuquerque até a aclamação de D. João IV no Brazil -1635-1641;

Lição XVIII - Estado do Maranhão e das capitánias da Bahia para o sul desde 1624 até 1641;

Lição XIX - Continuação da guerra hollandeza até ao rompimento da insurreição pernambucana, 1641 – 1645;

Lição XX - Ultimo periodo da guerra hollandeza desde a insurreição pernambucana até a capitulação da campina do Taborda, 1645-1654;

Lição XXI – Paz de Portugal com a Hollanda. – Causas da ruina do poder hollandez no Brazil, e do triumpho que os Pernambucanos tiveram. – Resultados da guerra, 1661;

Lição XXII – Erros administrativos no Brazil – Lutas entre os jesuítas e os colonos, Beckman, 1652-1685;

Lição XXIII – Destruição dos Palmares – Guerras civis nos Mascates e dos Emboabas, 1675- 1714;

Lição XXIV – Efeitos da Guerra da successão de Hespanha no Brazil. – Lutas com Hespanhóes ao sul. – Hostilidades dos Francezes commandados por Duclerc e Duguay Trouin no Rio de Janeiro. – Tratados de Utrecht e de Madrid, 1678-1750;

Lição XXV – Desenvolvimento e progresso do Brazil no reinado de D. João V;

Lição XXVI – Reinado de D. José I. – Questões e lutas ao sul do Brazil. – Jesuitas e sua expulsão. O Marquez de Pombal, 1750-1777;

Lição XXVII – Primeiras ideas de independencia do Brazil. – Conspiração mallograda em Minas. – O Tiradentes;

Lição XXVIII – Transmigração da Familia Real de Bragança para o Brazil: séde da Monarquia portugueza no Rio de Janeiro, 1807-1815;

Lição XXIX – Guerras com os Hespnahoés ao sul, e com os Francezes ao norte do Brazil. – Revolução Republicana em Pernambuco, 1801-1821;

Lição XXX – Revolução de Portugal de 1820: seus effeitos no Brazil: regresso da Corte portugueza para Lisbôa;

Lição XXXI – Primeiros mezes da Regencia de D. Pedro;

Lição XXXII – Desde o dia do Fico até o do Ypiranga, 9 de Janeiro a 7 de Setembro de 1822;

Lição XXXIII – Acclamação e coroação do 1º Imperador do Brazil. – Guerra da Independencia;

Lição XXXIV – Assembléa Constituinte. – Juramento da Constituição. – Revolução de Pernambuco em 1824. – Lord Cochrane segunda vez no Maranhão. – Motins na Bahia. – Reconhecimento da Independencia do Brazil por Portugal. – Guerra no Rio da Prata;

Lição XXXV – Tratados de commercio. – Medidas legislativas. – Revolta de tropas estrangeiras. – Almirante Roussin. – Tumultos em Pernambuco e na Bahia. – D. Maria II. – A imperatriz D. Amelia. – Abdicação, 7 de Abril de 1831;

Lição XXXVI – Governos Regenciaes, 1ª Parte. – Regencias Provisoria e Permanente Trina; 101

Lição XXXVII – Governos Regenciaes, 2ª Parte. – Regencias do Senador Padre Diogo Antonio Feijó e do Senador Pedro de Araujo Lima. – Declaração da maioridade de Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro II;

Lição XXXVIII – 1º Ministerio depois da Maioridade – Movimentos revolucionarios em Minas-Geraes e em S. Paulo, 1842. – Pacificação da provincia do Rio Grande do Sul, 1845. – Revolução Praieira em Pernambuco, 1848. – Guerra do Rio da Prata contra Oribe e Rosas, 1851-1852. – Tratado de 6 de Abril de 1856 com o Paraguay. – Questão Anglo-brazileira Christie, 1862;

Lição XXXIX – Guerra contra a Republica Oriental do Uruguay 1864-1865. – Intervenção indebita do Dictador Francisco Solano Lopes. – Guerra contra o Paraguay, 1864-1870 (MAIA, 1891, p. 397).

